



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

Letícia Lima de Freitas

**Sustentabilidade Sociocultural e Turismo na
Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu**

Brasília-DF
2013

LETÍCIA LIMA DE FREITAS

Sustentabilidade Sociocultural e Turismo na
Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena

Área de Concentração: Turismo, Economia.

Brasília
Julho/2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1010044.

Freitas, Letícia Lima de.
F866s Sustentabilidade sociocultural e turismo na Reserva
Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu / Letícia Lima
de Freitas. -- 2013.
139 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília,
Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação
em Turismo, 2013.

Inclui bibliografia.

Orientação: Luiz Carlos Spiller Pena.

1. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. 2.
Sustentabilidade. 3. Turismo - Aspectos econômicos
- Pará. 4. Pará - Ecoturismo. I. Pena, Luiz Carlos
Spiller. II. Título.

CDU 338.482.2:502.3

LETÍCIA LIMA DE FREITAS

Sustentabilidade Sociocultural e Turismo na
Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional em Turismo no Programa de Pós-Graduação em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

Área de Concentração: Turismo, Economia.

Data de Aprovação: ___/___/_____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Carlos Spiller Pena
CET/UnB (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Cléria Botelho da Costa
UnB/His (examinadora externa)

Prof^a. Dr^a. Marutschka Martini Moesch
CET/UnB (examinadora interna)

Prof^a. Dr^a. Iara Lúcia Gomes Brasileiro
CET/UnB (suplente)

À minha sempre linda e bela Maria Luíza, razão dos meus
dias.

Aos meus pais pelo esforço.

A todos que me acompanharam nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro, sempre, a ele, Deus, Senhor de todas as coisas, e que tem me proporcionado ao longo da vida a possibilidade de conquistar tudo o que quero, me guiando espiritualmente em busca de dias melhores.

Aos meus pais Nazaré e Claiton, que durante um ano inteiro não mediram esforços para fazer com que eu realizasse o sonho deste Mestrado. E aos meus irmãos Bruno e Caio pelo incentivo dado há anos atrás.

Aos meus parentes, avó, avô, tios e tias, primos, primas, sobrinhas, afilhados. Amo muito todos vocês pela força. Camila, Carolina, Isabela e Giovanna vocês são queridas. João Paulo: primo, você foi indiscutível neste momento.

À Bela, assim chamada carinhosamente, por cuidar da Malu, e escutar as minhas lamentações e choros, quantos choros, pelo telefone; à Ivonete, Íris e Kátia Laís (Lalá) por também estarem presentes nesta hora.

A meu orientador, Luiz Carlos Spiller Pena, pela ajuda neste momento sem igual na minha vida, pelo seu bom humor e paciência comigo. MUITÍSSIMO obrigada!

Agradeço também aos professores com quem estive nesta jornada e aos membros da banca de defesa, por participarem desta etapa tão importante do Mestrado.

À família Marinho, minha segunda família, adquirida em Brasília, que me acolheu como filha. “Seu” Jorge, Dona Helena, Rafael, Jefferson e em especial ao meu irmão Júnior Marinho.

Aos meus amigos do Mestrado, em especial à Ana Claudia Macedo que muito me ajudou, tirando dúvidas e dando força. Para minhas queridas Lara Nóbrega, Ângela Teberga, Alice Watson, Juliana Fernandes, e o conterrâneo Laércio Falcão.

Aos amigos que reencontrei e que fiz em Brasília, muito obrigada pela ajuda: Allana Castro, Eky Barradas, Igor Brasileiro, Juninho Gusmão, Bráulio Bastos, Diego Ramos e Edwin Ramos.

Aos amigos de Bragança, por estar muito ausente, e por vocês entenderem esta ausência, em especial minha comadre Amanda Quadros, Rodrigo e Kelliny Costa.

Ao meu querido amigo Ismael Neto (*in memoriam*) que no fim deste trabalho nos deixou com um grande aperto no coração. Sei que você está de algum lugar torcendo por mim, sinto sua falta. Obrigada pelo incentivo quando queria desistir.

Ao ICMBio pela permissão da pesquisa, na pessoa do amigo Fernando Repinaldo, que sempre estava pronto a ajudar e por gentilmente ceder as fotos contextualizadas nesta pesquisa. À Paula Farias, amiga e voluntária do ICMBio em Bragança.

À ASSUREMACATA e aos usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, por permitirem o convívio no seu cotidiano e me receberem tão bem em todos os momentos necessários.

Às amigas de trabalho na SETUR, em especial Keyse Viana, Ana Paula e Cláudia Guimarães, pelos momentos de descontração muito úteis, e por auxiliarem na etapa final do trabalho.

A vocês e aqueles que porventura não tenham sido citados por esquecimento deixo meus sinceros e eternos agradecimentos.

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Art. 225; Capítulo VI - Do Meio Ambiente
Constituição Federal de 1988

RESUMO

A atividade turística vem crescendo significativamente ao longo dos anos, principalmente na busca dos turistas por ambientes naturais conservados e que tragam a eles a apreciação e o contato com a natureza. Nesse contexto, destaca-se a prática da atividade turística em Unidades de Conservação (UC's) que, quando bem executada, pode, além de favorecer a proteção desses ambientes, promover a sustentabilidade sociocultural das comunidades tradicionais existentes. Tal fato orientou o presente estudo ao eleger a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, situada no nordeste do Estado do Pará, no município de Bragança, como objeto de estudo. Trata-se de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com recurso natural predominantemente de manguezal, que foi criada em uma área que sofre vários impactos negativos devido à ação humana, como a pesca excessiva e o desmatamento de áreas de mangue. Cenário que possui de um lado comunidades que vivem basicamente da pesca de subsistência e da agricultura familiar, e, de outro, um modelo de turismo massivo realizado na chamada Praia de Ajuruteua, uma área excluída da poligonal de preservação apesar de localizar-se em meio ao território da Reserva. Tal realidade, historicamente produzida e que gera diversos impactos ambientais, econômicos e socioculturais, motivou o objetivo da dissertação de identificar as implicações do turismo na sustentabilidade sociocultural das comunidades usuárias da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. Para tanto se buscou contextualizar e relacionar a noção de turismo sustentável em relação à Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, investigando como se constrói o envolvimento das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu com o turismo na Praia de Ajuruteua, identificando a produção comunitária associada ao turismo e os impactos socioculturais provocados pelo turismo praticado na Praia de Ajuruteua, para refletir sobre tais impactos em relação à construção do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. O presente estudo teve como estratégia metodológica o quadro de referência Dialético Histórico Estrutural e como método a pesquisa e análise descritiva e explicativa, com caráter qualitativo. Quanto aos procedimentos utilizou-se o levantamento bibliográfico e documental, participação em reuniões das oficinas participativas de elaboração do Plano de Manejo, pesquisa de campo *in loco*. Constatou-se que há uma relação conflituosa entre as comunidades extrativistas e a prática do turismo na Praia, e que para que haja o desenvolvimento do turismo na RESEX há primeiro que se pensar em resolver este e outros conflitos e problemas apresentados. A partir das constatações apontam-se sugestões que orientem a formulação de políticas públicas para o turismo sustentável na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu e entorno.

Palavras-chave: Sustentabilidade Sociocultural; Comunidades Extrativistas e Turismo; RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu

ABSTRACT

The tourism activities has been growing significantly over the years, mainly for tourists in search of natural environments, which bring them enjoyment and contact with nature. In this context, there is the practice of tourism in Conservation Units (CUs) that when well executed can, besides favoring the protection of these environments, promote sociocultural sustainability considering traditional communities. This fact guided the present study to elect the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu, located in the northeastern state of Para, in the municipality of Bragança, as an object of study. This is a Conservation Unit of Sustainable Use, using predominantly natural mangrove resources, which was established in an area that suffers several negative impacts due to human activities such as overfishing and deforestation of the mangrove areas. This scenario has in one side the communities living basically on subsistence fishing and farming family, and in the other, a model of mass tourism at the Ajuruteua Beach, an area excluded from the polygonal line of preservation despite being located in the middle the territory of the Reserve. This reality that has been historically produced and generates various environmental, economic and sociocultural impacts motivated this thesis objective: to identify the implications of tourism in socio-cultural sustainability of communities of users of the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu. Therefore we sought to contextualize and relate the notion of sustainable tourism in relation to Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu investigating how to build community involvement of Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu with tourism in Ajuruteua Beach, identifying community production associated with tourism and socio-cultural impacts caused by tourism practiced in Beach Ajuruteua, to reflect on such impacts in relation to the construction of the Management Plan of the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu. The present study had methodological strategy framework based on Dialectical and Historical Structural research as the method, and descriptive and explanatory analysis with qualitative character. For the procedures used the bibliographic and documentary research, attending the meetings of participatory workshops for preparation of the Management Plan, besides the field research in situ. It was found that there is a controversial relationship between the extractive communities and tourism practice in the Beach. And the development of tourism in RESEX depends of solving this and other conflicts and problems presented. From the findings we indicate some suggestions to guide the formulation of policies for sustainable tourism in the Marine Extractive Reserve Caeté-Taperaçu and surroundings.

Key-words: Sustainability Sociocultural; Extractive Communities and Tourism; Extractive Reserve Marine of Caeté-Taperaçu

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 01 - Vista da orla da Cidade de Bragança a partir do Rio Caeté.....	58
Figura 01 - Área instituída como RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.....	61
Figura 02 - Recursos Naturais existentes na Resex Marinha de Caeté-Taperaçu....	63
Imagem 02 - Artesanato Tradicional da Vila Que Era	68
Imagem 03 - Casa de Farinha na Comunidade do Jandiaí, entorno da RESEX.	69
Imagem 04 - Vila do Campo do Meio (Praia de Ajuruteua)	73
Figura 03 - Área de abrangência da Praia de Ajuruteua contida na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.	74
Imagem 05 - Exemplo de construção desordenada na orla da Praia de Ajuruteua...75	
Imagem 06 - Dinâmica do Paneiro	92
Imagem 07 - Dinâmica da Linha do Tempo	93
Imagem 08- Grupo de usuários na Oficina Participativa	94
Imagem 09 - Dinâmica do "Boneco"	95
Figura 04 - Matriz de Planejamento	135
Figura 05 - Mapa de Zoneamento Plano de Manejo da Resex Marinha de Caeté-Taperaçu	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desembarque pesqueiro no cais do porto do município de Bragança em toneladas (Abril/2006 a Abril/2007)	65
Tabela 2 - Estabelecimentos comerciais e turísticos na Praia de Ajuruteua	76
Tabela 3 - Organização das Oficinas Participativas do Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.....	91
Quadro 1 - Características/Conflitos que afetam a RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu	103
Tabela 5 - Comunidades e Polos da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.	133
Tabela 6 - Subprograma de desenvolvimento do turismo	137
Tabela 7 - Programa de Conhecimento	137
Tabela 8 - Subprograma de Relações Interinstitucionais	139

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

AMABAMA – Associação de Marisqueiros, Artesãos, Barraqueiros, Ambulantes, Pousadas, Bares, Restaurantes e Moradores de Ajuruteua

AMELIAPIS – Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas de Bragança

ASSUREMACATA – Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDEL – Conselho Deliberativo

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

ECOOIDEIA – Cooperativa de Ideias Ambientais e Tecnologias Sociais

EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAPIC – Federação dos Apicultores do Pará

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

IEA – Instituto de Estudos Amazônicos

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTur – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

OPP – Oficinas de Planejamento Participativas

PSF – Posto de Saúde da Família

RESEX – Reserva Extrativista

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará

SEMEP – Secretaria Municipal de Economia e Pesca de Bragança

SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Bragança

SEMTRAPS – Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social de Bragança

SETUR – Secretaria Municipal de Turismo de Bragança

SISBio– Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPU – Superintendência de Patrimônio da União

UC – Unidade de Conservação

USF – Unidade de Saúde da Família

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E O TURISMO	20
1.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A CULTURA E A NATUREZA NA HISTÓRIA	20
1.1.1 Desenvolvimento Sustentável	20
1.1.2 Relação entre natureza, cultura e sustentabilidade	25
1.1.3 Sustentabilidade, Áreas Protegidas e Comunidades Tradicionais	30
1.2 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	34
1.2.1 Sustentabilidade Econômica	35
1.2.2 Sustentabilidade Ambiental	36
1.2.3 Sustentabilidade Sociocultural	37
1.3 TURISMO SUSTENTÁVEL	39
2. SUSTENTABILIDADE NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU: UMA ANÁLISE DIALÉTICA	47
2.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA	47
2.2 O MÉTODO: DIALÉTICA HISTÓRICO ESTRUTURAL	51
2.3 O TERRITÓRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU.	56
2.3.1 Bragança: A Pérola do Caeté.	56
2.3.2 Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu	59
2.3.4 Praia de Ajuruteua	72
3. SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU	78
3.1 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	78
3.2 PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS	88
3.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TURISMO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	113
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

A atividade turística vem crescendo, no que se refere à busca dos turistas por ambientes naturais conservados, que tragam a eles a apreciação e o contato com a natureza, além de procurar o afastamento dos grandes centros urbanos onde se concentram vários problemas do cotidiano. Nesse contexto, podemos dar destaque ao advento da prática da atividade turística em Unidades de Conservação (UC's), em que uma atividade turística quando bem planejada pode garantir a proteção destes ambientes e criar alternativa de renda para as comunidades existentes.

Por este motivo, tem que haver o aprofundamento dos estudos nessas áreas naturais, em especial as protegidas, que seguem legislações específicas, e que em alguns casos, ocorrem em conjunto com as comunidades locais e populações tradicionais.

Pensando nessas questões, temos como escolha a Reserva Extrativista (RESEX) Marinha de Caeté-Taperaçu¹, predominantemente constituída por manguezais, que sofre diversos impactos negativos devido à ação humana, como a pesca excessiva, desmatamento de espécies arbóreas do mangue e do advento do turismo de massa, estimulado a partir da abertura de estradas e a construção de pontes em direção à Praia de Ajuruteua.

Localizada na região costeira do município de Bragança, no nordeste do Estado do Pará, a RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu foi criada pelo Decreto s/nº, de 20 de maio de 2005, abrangendo uma área em torno de 42.068 ha, com aproximadamente 55 comunidades extrativistas, que vivem basicamente da pesca de subsistência e da agricultura familiar. Como recursos naturais se destacam também, campos naturais, campos salinos alagados, capoeiras, rios, igarapés, praias, etc.(OLIVEIRA, 2007).

¹Cabe estabelecer aqui, para fins de registro, que esta pesquisa tem autorização para atividade com finalidade científica, para ser executada no âmbito da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, através do Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) sob o número 32311-1, emitido no dia 19/01/2012. Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº 154/2007, e sua validade pode ser verificada no site <<http://www.icmbio.gov.br/sisbio>>, através do código de autenticação de nº 31826436.

Por ser uma unidade de conservação de uso sustentável que visa a proteção dos meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência (BRASIL, 2005), se faz necessário o planejamento adequado do turismo na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu para garantir que os objetivos à qual foi proposta sejam alcançados.

Visto que, a partir dos mapas e dos documentos oficiais – Decreto de 20/05/2005, que cria a UC e da Portaria 17, de 24/09/07 – dois problemas são dedutíveis:

1 – A exclusão através do Decreto de criação de algumas áreas do polígono da RESEX: a área que contém a localidade da Praia de Ajuruteua e também a Rodovia PA-458, que liga a sede do Município de Bragança a essa mesma localidade. Estas áreas são, respectivamente, aquelas que correspondem ao atrativo turístico de natureza e a infraestrutura de acesso a ele, sendo que a construção da Rodovia PA-458 se deu sobre extensa área de manguezais, gerando impacto ambiental;

2 – A Portaria de criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, que terá por finalidade “contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação” não destaca na sua composição, setores públicos ou privados, diretamente relacionados ao turismo (Secretaria Estadual de Turismo do Pará ou Secretaria Municipal de Turismo de Bragança, por exemplo).

O contexto acima – mesmo com impacto ambiental negativo que parece constituir-se em ameaça à capacidade de autodepuração desse ecossistema específico, bem como à conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência – pode ser favorável à existência do turismo, ou seu potencial ainda pouco explorado e concentrado próximo a apenas uma comunidade da região, a da Praia de Ajuruteua. Porém, nessas bases, sua adoção e estímulo como vetor de promoção do desenvolvimento sustentável parece comprometida.

Tal comprometimento pode ser ressaltado ao se destacar que para o desenvolvimento sustentável existem critérios a serem observados. No contexto que estudamos, os critérios de sustentabilidade social, cultural e ecológico são os que, em grande medida, deveriam garantir às populações tradicionais sua participação no

desenvolvimento a partir da promoção da atividade turística. Segundo Sachs (2008), basicamente são critérios sociais, culturais e ecológicos.

Os primeiros visam à inclusão social a partir da *distribuição de renda justa*, do *emprego pleno e/ou autônomo com qualidade de vida decente* e da *igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais*, de forma a se alcançar uma razoável homogeneidade social. Para o ICMBio (2013) é o caso da Região do Salgado Paraense:

Na região conhecida como “Salgado Paraense” que compreende as Reservas Extrativistas Mãe Grande de Curuçá, São João da Ponta, Caeté-Taperaçu, Tracuateua, Araí Peroba, Gurupi-Piriá, Chocoaré-Mato Grosso e Soure, predomina, entre as populações tradicionais, a atividade de artesanato, associada à pesca artesanal e à cata do caranguejo.

Nas Unidades de Conservação federais do grupo Uso Sustentável, que possuem populações tradicionais em seu interior, como as Reservas Extrativistas, Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, é permitido o uso sustentável dos recursos naturais pelas comunidades. Tratam-se de atividades que se constituem em fontes alternativas de renda, trabalhadas dentro de preceitos sustentáveis e envolvendo a gestão participativa dessas populações. (ICMBio, 2013, s/p)

Os critérios culturais onde as mudanças no interior das comunidades devem respeitar uma relação sadia entre tradição e inovação, e que os projetos de desenvolvimento estimulem a capacidade de autonomia das comunidades a partir de um desenvolvimento endógeno, gerando *autoconfiança combinada com abertura para o mundo*.

E os critérios ecológicos devem garantir o usufruto dos recursos renováveis, por meio da preservação do capital natural (voltado para pesca artesanal e derivados de produção), além de *limitar o uso dos recursos não renováveis*.

Assim, a partir das análises levantadas, coloca-se como problema de pesquisa se o turismo praticado na Praia de Ajuruteua gera possibilidades de promover a sustentabilidade sociocultural das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu?

Dentro dessa implicação, surgem subproblemas que se associam ao problema maior apresentado, que são:

- Que comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu possuem relação com o turismo e quais são elas?

- Que impactos socioculturais (positivos ou negativos) podem ser identificados sobre as comunidades a partir do turismo praticado na Praia de Ajuruteua?

Partindo de tal problematização estabeleceu-se como **Objetivo Geral**: Identificar as implicações do turismo na sustentabilidade sociocultural das comunidades usuárias da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. A partir disto, se estabeleceu como **Objetivos Específicos** deste trabalho:

- Contextualizar e relacionar a noção de turismo sustentável em relação à Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu;
- Investigar como se constrói o envolvimento das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu com o turismo na Praia de Ajuruteua;
- Identificar a produção comunitária associada ao turismo;
- Identificar os impactos socioculturais provocados pelo turismo praticado na Praia de Ajuruteua;
- Refletir sobre tais impactos em relação à construção do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

A pesquisa teve como estratégia metodológica o quadro de referência dialético histórico estrutural, por estabelecer um movimento concreto, natural e sócio histórico, como uma maneira de se compreender a realidade que se encontra em constante contradição, a partir de uma análise descritiva e explicativa, com caráter qualitativo. A pesquisa qualitativa foi escolhida por proporcionar uma reflexão sobre a realidade estudada, através de métodos e técnicas que irão auxiliar na compreensão do objeto estudado em seu contexto histórico, que “remete aqui a um espaço de práticas relativamente diversificadas e múltiplas” (GROULX, 2008, p.95).

Assim, no primeiro capítulo, utilizando como referência FILHO(1999), HARVEY(1996), MORAES (2005), BATISTA;ALBUQUERQUE(2007), OLIVEIRA;MANSO(2010), CMMAD(1987), SACHS (2002;2008), procuramos entender o conceito de desenvolvimento sustentável, se apoderando de autores como GEERTZ(1978), SOARES;SOUZA(2010), SERRANO(2007), CANCLINI(1994), NUERMBERG e ZANELLA(2003), LUCHIARI(2007), SOARES e SOUZA(2010), DIEGUES(2001) para compreender como se constitui a relação entre natureza e cultura, tendo o homem como ponto central nesta relação.

Para entender importância em relação aos saberes, interesses e valores políticos, econômicos e socioculturais, das comunidades extrativistas, se utilizou autores como SACHS(2002; 2008), MORAES(2005), REDCLIFT(2006),

CRUZ(2008), PERES(2011), DIEGUES(2000; 2001; 2004), . Tratamos sobre as dimensões para se alcançar a sustentabilidade, bem como da abordagem sobre o turismo sustentável, a partir de estudiosos do assunto, como CARVALHO(2006), SACHS(2002), SWART e HORN(2012), ABRANJA e ALMEIDA(2009), HALL(2001), CAVALCANTI(2012), NASCIMENTO(2012), LOBO SANCHEZ(2003), RIBAS e MOURA(2006) RANAURO(2004), MIELKE(2009), SILVA *et al.*(2011), BRASIL(2007), URRY(2001), JAFARI (1994), CORIOLANO(2006), TREVENIN(2011), MOESCH(2002), MOLINA(2005), NERI;SOARES(2012), OLIVEIRA;MANSO(2010), DIAS (2007), OMT(2003), SWART;HORN(2012), RUSCHMANN(2008), PIRES(2012).

Quanto ao segundo capítulo, tratamos sobre o método utilizado para nortear esta dissertação, destacando autores como GROULX(2008), MOESCH(2002;2004), MINAYO(1993;2001), OLIVEIRA(2008), DENCKER(1998), GIL(1999;2007) MARCONI;LAKATOS(2008), DEMO(1980;2000;2010), CHEPTULIN(1982). Em seguida, descrevemos as técnicas de pesquisa, as técnicas de coleta e interpretação dos dados, utilizados para alcançar a interpretação da realidade através do quadro interpretativo escolhido.

Há uma aproximação com o objeto de estudo, a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, descrevendo suas principais características sociais, ambientais, culturais e econômicas ligadas ao extrativismo, com destaque para autores como SILVA (2007), BRAGANÇA(2013), SOUZA-FILHO(2005) FERNANDES(2003), TADAIESKY *et al.*(2005), ABDALA (*et al 2012 a e b*), MANESCHY (1993), OLIVEIRA(2007), OGX,HABTEC(s/d),

O terceiro capítulo trata sobre o advento do turismo em Unidades de Conservação e os benefícios que o seu desenvolvimento traz para essas áreas naturais protegidas, os tipos de categorias de UC's existentes no Brasil, bem como o recorte sobre Reserva Extrativista Marinha, descrevendo o processo de participação na elaboração do Plano de Manejo realizado na área de estudo, através das Oficinas de Planejamento Participativas (OPP's). Em seguida, analisam-se o turismo praticado na Praia de Ajuruteua, as implicações positivas e negativas que este ocasiona. Quanto à área efetiva de abrangência da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, tratamos sobre como se estabelece o envolvimento das outras comunidades usuárias com a atividade turística desenvolvida na Praia de Ajuruteua,

e que políticas estão sendo pensadas para o desenvolvimento do turismo na Unidade de Conservação.

Por fim, as considerações finais trazem uma reflexão sobre os resultados da pesquisa, apontando sugestões que venham funcionar como instrumentos eficazes na formulação e aplicação de políticas públicas sustentáveis, tanto para a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, como para a Praia de Ajuruteua. Esta última, ocasionada pela falta de um planejamento e gestão adequados do território e turismo, acaba por estabelecer impactos negativos tanto aos aspectos ambientais como aos socioculturais.

1. A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E O TURISMO

1.1 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, A CULTURA E A NATUREZA NA HISTÓRIA

1.1.1 Desenvolvimento Sustentável

Agora tudo se mundializa: a produção, o produto, o dinheiro, o crédito, a dívida, o consumo, a política. Este conjunto de mundializações, cada qual sustentando, arrastando e ajudando a impor a outra, merece o nome de globalização (Milton Santos).

As complexidades do capitalismo caracterizadas pela internacionalização do comércio, flexibilização dos processos e mercados de trabalho e mudanças no padrão e produtos de consumo conduziram à inevitável globalização e seus impactos, e de quebra consolidaram-se como o modo comum de vida da humanidade. Com a globalização, aumentou a integração entre os mercados e a concorrência entre eles, ocorreu a “diminuição” das distâncias entre os povos, houve um avanço na comunicação entre esses, e a cada dia vemos aumentarem os recursos tecnológicos.

Apesar de trazer diversos benefícios quotidianos para a população mundial – como os ocasionados pelas transformações nos meios de comunicação e transporte, por meio da internet e desenvolvimento das condições de mobilidade das informações, pessoas e produtos – a globalização colaborou com a crescente exclusão das minorias, configurando-se uma rede de dependência entre os países, principalmente, frente à fragilidade dos mais pobres em relação aos mais ricos, no que se refere à economia. Isso ocasionou uma pobreza material das populações, desenvolvimento tecnológico a favor do mercado, em especial da guerra, e, mudanças na natureza e qualidade moral da sociedade.

Se na economia as marcas foram: a descentralização produtiva e administrativa, a competitividade entre os mercados e a baixa intervenção estatal; na

vida social, a marca pode ser resumida na influência das consequências da nova relação com espaço-tempo.

O que se pode ver é que os seus efeitos não foram somente percebidos no âmbito econômico e social, também no que tange aos aspectos culturais e ambientais foi possível senti-los. Para Filho (1999, p. 181), a globalização “trouxe alienação dos cidadãos, conduzindo ao pensamento único, à uniformização de valores, atitudes, comportamentos, produtos, estilos de vida”.

A dominação do tempo e espaço tornou-se imperativo econômico e político, configurada às vantagens competitivas na dinâmica do capital. No entanto, essa revolução alterou radicalmente o modo como representamos o mundo para nós mesmos, bem como as relações sociais modernas e, ocasionando um reajuste na vida econômica, política e cultural; “a certeza do espaço e do lugar absolutos foi substituída pelas inseguranças de um espaço relativo em mudança, em que os eventos de um lugar podiam ter efeitos imediatos e ramificadores sobre vários outros” (HARVEY, 1996, p. 238).

O culto do tempo presente e a “redução” do globo incidiram nas relações sociais mudando-as; antes focadas no contexto doméstico, familiar e tribal, as características passam a apresentar o individualismo, o global e o capital como referências às práticas sociais. A contraposição do tradicional pelo moderno leva ao abandono de características associadas à paisagem natural e rural, ultrapassada e ineficiente.

Nessa linha de transformação das atitudes e concepções dos indivíduos modernos, pode-se concluir que os seus efeitos contribuíram para o aumento da degradação ambiental, pondo em risco a sobrevivência de espécies da fauna e da flora em nome do modelo de desenvolvimento econômico capitalista. Dessa maneira, baseando-se no sistema de economia capitalista, o novo padrão de consumo faz com que aumente substancialmente a destruição dos recursos naturais, visto que é da terra que se tira grande parte desses, que segundo Moraes (2005, p.102) se constitui como o “objeto universal do trabalho humano”.

Assim, antes de qualquer técnica que o homem utilize para seu trabalho, ele prescinde da chamada base material natural – a natureza – e o homem tecnológico, fruto do processo moderno, comparativamente depende muito mais da natureza que seus ancestrais imersos em modos de vida e de trabalho totalmente dependentes da natureza, contraditoriamente ao mesmo tempo em que se encontra mais livre das

limitações impostas por ela. Isso se dá por conta do aumento do consumo, exigindo cada vez mais recursos naturais e transformações, onde o homem dispõe do meio ambiente de acordo com suas necessidades.

Historicamente, as preocupações em torno da temática ambiental iniciaram-se em meados dos anos de 1950, com os primeiros debates acerca da relação meio ambiente e crescimento econômico, período denominado como a primeira década das Nações Unidas para o desenvolvimento (BATISTA; ALBUQUERQUE, 2007).

Em 1972, aconteceu em Estocolmo, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, onde se realizaram as primeiras discussões contra o modelo desenvolvimentista até então adotado, concebendo um novo modo de desenvolvimento que buscasse a articulação entre a economia e o meio ambiente, diferente do capitalismo que estimula o consumo e, conseqüentemente, a exploração intensiva dos recursos naturais da Terra.

Na década de oitenta, este debate acerca da sustentabilidade se intensificou, quando em 1983 a Organização das Nações Unidas (ONU), criou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) com o papel de realizar estudos sobre a relação ecológico-econômica (MORAES, 2005). Estes estudos da CMMAD resultaram na elaboração do documento *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório *Brundtland*, que abriu discussões sobre questões de ordem ambiental, econômica, social, etc. O documento considerava que o modelo de desenvolvimento capitalista:

[...] apostava num consumo excessivo de recursos naturais sem ter em conta a capacidade dos ecossistemas, o que deixava já à vista uma incompatibilidade entre um modelo de desenvolvimento dito sustentável e os padrões de produção e consumo existentes naquela altura. (OLIVEIRA; MANSO, 2010, p. 238)

Nesse documento, publicado em 1987, houve a introdução de um novo paradigma, o de Desenvolvimento Sustentável que afirma ser aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1987, p.46). Este relatório trouxe novas possibilidades otimistas em torno do desenvolvimento, trazendo uma nova alternativa de planejamento que fosse adequada à proteção do meio ambiente.

Já no ano de 1992, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMAD), ou Rio 92, evento esse que

reforçou a ideia de que o problema em relação ao meio ambiente é de que os maiores danos eram causados pelos países desenvolvidos, e que a responsabilidade maior pela sua proteção e conservação era deles. Nessa Conferência, outro documento importante foi elaborado com a característica de promover novas questões relacionadas ao ambiente.

A chamada *Declaração do Rio* trata da pobreza e sua ligação com a degradação ambiental; a preocupação com o patrimônio das gerações futuras; o dever de envolver as comunidades nos planos e programas ambientais, dentre outros (MORAES, 2005). De tal declaração resultou ainda a Agenda 21 Global, com a constituição de estratégias e metas a serem alcançadas por diversos países ao longo dos anos.

O entendimento geral e comum sobre o desenvolvimento sustentável compreende o atendimento às necessidades atuais das pessoas para sobreviver, sem comprometer as demandas futuras, sendo uma forma de desenvolvimento que busca o melhor uso dos recursos do planeta provocando um impacto menor no meio ambiente, procurando equilibrar o crescimento econômico, a preservação do meio ambiente e dos aspectos culturais, promovendo o bem-estar social e, proporcionando uma melhor qualidade de vida para as populações de agora e das próximas gerações. Em relação a este pensamento, Sachs (2002) afirma que:

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. (SACHS, 2002, p.53)

Ainda de acordo com essa concepção de sustentabilidade, Souza (2002, p. 34) defende que “a melhoria da qualidade de vida, a satisfação das necessidades básicas de alimentação, saúde e habitação, a erradicação da pobreza e o crescimento econômico são pré-requisitos básicos para a promoção do desenvolvimento sustentável”.

Na verdade, existem diferentes visões acerca do chamado Desenvolvimento Sustentável, com definições diversas, muitas vezes ambíguas, reducionistas e equivocadas, lado a lado com debates construtivos que tornam indissociáveis do tema, a equidade social, o meio ambiente e a economia. Entretanto, apesar do

crescente número de conceituações e interpretações sobre o que é desenvolvimento sustentável, infelizmente pouco se avançou na aplicabilidade deste. Quanto a isso, Sachs (2008) diz que:

[...] o conceito tem evoluído durante os anos, incorporando experiências positivas e negativas, refletindo mudanças nas configurações políticas e as modas intelectuais. [...] As discussões em torno deste tema contribuíram para o refinamento do conceito, porém contrastam com o sombrio histórico do desenvolvimento existente em outras partes do mundo (SACHS, 2008, p. 25).

Nos dias atuais, o que se pensa em relação ao desenvolvimento tem o cerne da sustentabilidade embutido, o que acaba por gerar descrédito em projetos ditos sustentáveis, que não prevêem ações articuladas entre os aspectos econômicos, ambientais e socioculturais, propondo somente soluções para a preservação ambiental, o que acaba por não abarcar a totalidade complexa e de alcance da sustentabilidade. Muitas são as discussões de como desenvolver um município, estado ou país sem comprometer o meio ambiente e as relações sociais e culturais. Deste ponto de vista, Moraes (2005) afirma que:

As ideias de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, em suas várias roupagens teóricas e ideológicas, emergem como as respostas sociais para um problema colocado para as sociedades contemporâneas, face ao qual o presente histórico parece repetir o enigma da esfinge: “decifra-me ou devoro-te”. Isto é, trata-se de uma formulação teórica que visa expressar o nível da consciência ambiental atual, atenta – como visto – à finitude dos recursos terrestres disponíveis. Trata-se, portanto, de um novo equacionamento social da relação sociedade-natureza, que expressa uma particularização desse processo no presente, envolvendo uma revalorização dos lugares e da natureza. (MORAES, 2005, p.117-118)

O que se depreende a partir desta afirmação, é que se deve dar importância não só à preservação ambiental, mas também à busca por revalorizar a natureza quanto a sua importância na sociedade, de como esta vai se relacionar com a terra, e até que ponto suas necessidades de sobrevivência irão contribuir para a finitude dos recursos naturais.

Deve assim, haver uma harmonização entre as relações ambientais, econômicas e sociais para que a sustentabilidade possa efetivamente cumprir o papel para o qual ela foi pensada e criada, porém, nem sempre assumido.

A afirmação de Moraes (2005) fundamentalmente nos remete ainda à desconfortável ideia de que o homem, apesar de todo o discurso gerado pelo tema, não tem conseguindo equilibrar adequadamente as relações ambientais, econômicas e sociais, e, dessa maneira, seu papel de novo modelo não vem sendo desempenhado, o que dá margem a interpretações variadas conforme as diversas intenções e intencionalidades quanto ao “selo” sustentabilidade. Ou seja, dependendo de quem é a iniciativa, o foco recai sobre o econômico, o social ou o ambiental, e dificilmente se busca o equilíbrio entre os três, conjuntamente.

Agregar novos saberes e diferentes tipos de conhecimento para a solução de problemas ambientais, sociais e culturais, reconhecendo a diversidade e respeitando as diferenças, são desafios que se propõem à ciência e à sociedade em geral. No entanto, em muitos momentos, a sustentabilidade só acontece nos discursos, por conta da difícil operacionalidade.

1.1.2 Relação entre natureza, cultura e sustentabilidade

"O Homem vive da natureza, isto significa que a natureza é o seu corpo com o qual ele deve permanecer em processo constante, para não perecer. O fato de que a vida física e espiritual do homem se relaciona com a natureza não tem outro sentido senão o de que a natureza se relaciona consigo mesma, pois o homem é parte da natureza" (Karl Marx, 2004, p. 84).

Se como vimos acima, a sustentabilidade do desenvolvimento decorre de como os homens se relacionam entre si e com a natureza, a noção de cultura assume um papel central.

É através da cultura que o homem se adapta à natureza e garante a sua sobrevivência. Dessa maneira, ele necessita dos elementos naturais para sobreviver e isso acaba por refletir em sua maneira de lidar com o ambiente natural, o que pode influenciar nos modos de desenvolvimento.

Quando Geertz (1978, p. 15) afirma que “o homem é um animal amarrado às teias de significado que ele mesmo teceu”, assume a cultura como categoria eminentemente inerente ao homem e dinâmica, ou seja, que está em constante

transformação e onde os significados próprios que atribui à natureza compõem essa mesma teia.

Tais constatações ajudam a romper com o argumento acerca da centralidade das necessidades do homem – o que justifica ideologicamente a arbitrariedade na forma de exploração da natureza – principalmente, quando se compreende a relação indissociável (interligação) entre natureza e cultura. Os elementos naturais fazem parte da cultura, ao passo que influenciam as construções e representações sociais e culturais dos indivíduos, como acontece na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu e que, portanto, sendo a cultura algo inerente ao homem, a natureza assim também o é.

O homem, para garantir a sua sobrevivência, precisa não somente preservar e cuidar do meio ambiente, mas também de suas relações culturais, já que se torna fundamental “voltar-se para preservar os bens, os valores simbólicos que expressam várias gerações, com significados que foram transmitidos pelos indivíduos inseridos no tempo e espaço, e que contribuíram para a consolidação e evolução sociocultural dos diversos povos” (SOARES; SOUZA, 2010, p. 281-282).

Se por um lado as ações humanas expressas nessas relações inevitavelmente pressionam sobremaneira a natureza, fazendo com que haja um aumento na necessidade da preservação sobre os recursos naturais utilizados culturalmente, de outro, surge a necessidade de sua preservação cultural e biológica, do patrimônio cultural e ambiental sem os quais a vida se torna ameaçada.

Segundo Serrano (2007), a valorização do patrimônio morreu em face da modernidade que passou a associar o passado ao arcaico, sendo o moderno sempre melhor, tornando o que não era moderno ou funcional em coisas descartáveis, passíveis de destruição e desprezo. Contemporaneamente a questão patrimonial ressurgiu, diante das ameaças relacionadas à não preservação da diversidade cultural e biológica para a humanidade. Uma necessidade de “dar visibilidade a bens simbólicos e materiais que ao menos apresentem/representem traços de sua existência e resistência ou adaptação, em vários espaços e sentidos” (SERRANO, 2007, pág. 10).

Dentro dessa perspectiva configurou-se a necessidade de proteger e restaurar o patrimônio com maior segurança, e sua discussão tem extrapolado o meio acadêmico e o poder público, gerando um problema ainda maior, o de como se dão os usos sociais desse patrimônio (CANCLINI, 1994).

Quarenta anos após a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, no dia 16 de novembro de 1972, quando foi firmada a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, perdura a discussão por conta da ameaça, sempre crescente, à diversidade cultural e natural, seja por causas tradicionais de degradação ou pela evolução da vida social e econômica do homem.

A cultura e a natureza tornaram-se, respectivamente, patrimônio cultural e patrimônio natural que no mundo globalizado ganha destaque e importância frente a cenários de manifestada padronização e alienação dos indivíduos do mundo, com modos de vida uniformizados, pautados por uma estética das grandes cidades, propagandas de rádio e televisão. Assim, Filho (1999), ao analisar a revalorização do patrimônio em face da globalização, declara que:

[...] A reafirmação do espaço de identidade na contramão da supracitada homogeneização vem garantir a reivindicação não apenas da excepcionalidade cultural, mas tão simplesmente das diferenças. Vem resgatar os valores, vem difundir as culturas locais em sentido inverso, através, até, dos próprios instrumentos de comunicação versáteis e *performantes* da revolução digital. Mas, vem sobretudo favorecer a procura de novas configurações e estilos de desenvolvimento, mais bem apropriados aos contextos locais, envolvendo o patrimônio cultural e natural, dimensão fundamental de um outro processo de desenvolvimento, malgrado a sua significação complexa e plural, suscitando reflexão e aprofundamento para sua compreensão. (FILHO, 1999, p. 182)

Novamente se nota que os elementos associados à cultura e ao meio ambiente são complementares, sinérgicos e indissociáveis, em que a natureza é provedora de recursos e, ao mesmo tempo, um marco cultural por contribuir para a definição da identidade local, regional, nacional, e que qualquer distinção entre os dois precisa ser superada (FILHO, 1999).

Partindo do mesmo ponto de vista Nuernberg e Zanella (2003) acreditam que a cultura e a natureza ao mesmo tempo em que são autônomas e soberanas, são mutuamente essenciais entre si, onde a natureza é primordialmente histórica para os seres humanos, fornecendo assim a base para o desenvolvimento cultural, que tem o papel de redimensionar o que foi herdado ao longo desse processo histórico, tornando-as parte dela.

Ainda nesse sentido, Sachs (2002, p.31) diz que “a biodiversidade e a diversidade cultural estão entrelaçadas no processo histórico de co-evolução”. Assim, é preciso superar o pensamento de que o ser humano está distanciado da natureza, e que por conta disso a cultura também está, pois estas não são opostas.

Para Paes-Luchiari (2007), é fundamental a compreensão de que a natureza quando é entendida como cultura, se torna patrimônio, herança e memória, sendo ela materialidade que se expressa a nós na paisagem, tornando-se imprescindível para a compreensão dos processos que envolvem a valorização da natureza como patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, assim, traz de volta a importância da revalorização das diferenças entre os povos, da sua maneira de lidar com o mundo. Nesse aspecto, Soares e Souza (2010) assim o compreendem:

O patrimônio cultural, portanto, é toda riqueza produzida da sua mais pura e simples forma a mais complexa e monumental, seja este bem material ou imaterial, que retrate uma história, uma forma de viver de saber fazer, de se reconhecer através da cultura produzida de um determinado grupo ou comunidade. Este pertencimento é imprescindível para o exercício da cidadania trazida da memória individual ou coletiva formadora da identidade cultural. (SOARES; SOUZA, 2010, p. 283)

Dessa forma, a noção de patrimônio cultural não só contempla a proteção de bens materiais, como obras de arte, prédios históricos, etc., importantes para os indivíduos, mas, igualmente, de bens imateriais expressos pelo modo de ser e se fazer que conformam bens e valores simbólicos, fundamentais para a geração das identidades culturais dos povos. Em meio a tais bens e valores, se encontra a natureza.

Donde é possível depreendermos que a sustentabilidade do patrimônio natural se relaciona ao patrimônio cultural do homem, tanto ao valor dado ao consumo capitalista, onde maior será a exploração dos recursos naturais; quanto pelos valores que, ao contrário, tornam maior a necessidade e pressão por sua preservação. Os espaços “intocados” ou aqueles dotados de uma originalidade natural são possuidores de um importante atributo de valor para tais usos (MORAES, 2005) e para a constituição de um patrimônio natural:

- O meio ambiente é patrimônio que se constitui dele mesmo, em sua dimensão natural;

- Em sua dimensão cultural, o patrimônio relaciona-se ao meio ambiente, base de atividades que o influencia e condiciona;
- O patrimônio exige e requer um meio ambiente de qualidade para poder existir e subsistir. (FILHO,1999, p. 190)

Assim, para haver patrimônio natural, o homem deve ter respeito e solidariedade perante a natureza, pois ele é o único ser neste planeta que tem a capacidade de modificar o ambiente em que vive, mesmo que ele não conheça todas as suas formas de apropriação e uso. A sua valorização e proteção tem grande relevância, pois:

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural. (DELPHIM, 2004, p. 04)

Patrimonializar a natureza foi uma das maneiras que o homem encontrou para garantir sua preservação. Segundo Diegues (2001, p. 11) “para o naturalismo da proteção da natureza do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, através de ilhas onde este pudesse admirá-la e reverenciá-la”. Daí o modelo norte americano, adotado pelo nosso país, em que as comunidades tradicionais se viam obrigadas a se deslocar para outras áreas, causando problemas de ordem ética, social, econômica, política e cultural ao serem retiradas desses locais.

Tanto a diversidade biológica quanto a cultural são patrimônios indispensáveis para a humanidade. Porém, a preservação de uma não deveria significar o sacrifício da outra, o que nos parece apontar para a dimensão do conflito existente em torno da sua relação, pelos problemas e contradições que parecem evidenciar. Para Rodrigo Ramalho Filho (1999), está posto um impasse ao nos indagarmos:

Como protegê-lo, restaurá-lo, preservá-lo e transmiti-lo às gerações futuras diante da explosão avassaladora de uma cultura globalizada, pós-moderna, que elegeu a padronização, a efemeridade e a

autofagia como elementos fundamentais da sua dinâmica? (FILHO, 1999, p. 191).

Este é um dos desafios em prol da sustentabilidade, onde os interesses e ações de diferentes representações da sociedade moderna – governo, empresários, sociedade civil, comunidades, pesquisadores, entre outras – devem servir para aprender com os resultados insustentáveis. Nesse sentido, o entrelaçamento entre o natural e o cultural na direção de um desenvolvimento sustentável, depende de um jogo mais equilibrado entre seus diferentes atores: a natureza e a sociedade.

1.1.3 Sustentabilidade, Áreas Protegidas e Comunidades Tradicionais

Entre os atores ou agentes responsáveis para um desenvolvimento mais sustentável, as comunidades tradicionais, apesar de não conhecerem/dominarem muitas das regras do jogo imposto pelo desenvolvimento capitalista avassalador, vêm ganhando visibilidade, seja por representarem grupos, na maioria das vezes, vistos como vítimas das consequências desse modo de desenvolvimento ou pela maneira como se relacionam com a natureza.

Todavia, outro aspecto importante de se notar é que tais comunidades podem sofrer também com os limites impostos pela preservação de áreas protegidas – que habitam ou residem em sua proximidade – nas quais, historicamente, vinham se reproduzindo socialmente.

Muitas vezes, mesmo sob o guarda-chuva da sustentabilidade, a questão da natureza envolve somente os aspectos ligados à conservação e proteção ambiental, deixando de se contemplar os saberes, interesses e valores políticos, econômicos e socioculturais de tais comunidades. Nesse sentido, Sachs (2002) defende a necessidade de sempre haver um esforço coletivo em torno de um planejamento local e participativo quando, dessas áreas, também dependem comunidades tradicionais. Para o autor, três aspectos definem como isso poderia se dar:

- Identificando, criando e desenvolvendo alternativas sustentáveis de recursos de biomassa e renda;
- Envolvendo as pessoas que vivem no entorno das áreas protegidas, nos planos de conservação e na gestão da área;

- Cultivando a conscientização da comunidade local quanto ao valor e à necessidade de proteção da área, assim como os padrões de sustentabilidade de um crescimento local apropriado (SACHS, 2002, p. 72-73.)

Não é de hoje a discussão acerca da inclusão da participação local. Desde Paris, em 1968, a Conferência sobre a Biosfera defende “a necessidade do envolvimento das populações locais nas ações de política ambiental” (MORAES, 2005, p. 113), recomendação também observada na CNUMAD, no Rio de Janeiro em 1992, que enfatizou a necessidade de participação das comunidades nos planos e programas ambientais. Os sentidos mais amplos da sustentabilidade são destacados por Redclift (2006):

[...] a sustentabilidade foi se separando do meio ambiente e a sustentabilidade ambiental foi confundida com questões mais amplas de equidade, governabilidade e justiça social, o que serviu para transferir a discussão política para diferentes lugares. (REDCLIFT, 2006, p. 51)

Infelizmente, apesar da inclusão de novos temas na agenda de discussões sobre a sustentabilidade, o que se entende é que esse tipo de “desenvolvimento” muitas vezes não deixa de ser uma simples reprodução de um discurso que visa outras formas de dominação, ideologicamente pautadas em uma lógica capitalista de produção, numa perspectiva exógena, onde uma maioria é subjugada em favor de uma minoria detentora, em geral, do poder econômico e político.

Diferentemente dessa concepção, existe outro olhar sobre o desenvolvimento que contempla a chamada perspectiva endógena, em que a participação local entra em cena para colaborar com uma efetiva transformação baseada no capital social e no engajamento cívico, caracterizando processos de empoderamento². Essa é uma forma de participação que pode garantir a participação de minorias, comunidades como as tradicionais ou à margem da economia globalizada e que vivem em áreas de grande valor natural.

O desenvolvimento sustentável, a partir de uma concepção endógena tem o objetivo de “atender às necessidades e demandas da população local através

²Empoderar é um termo originário da palavra inglesa “empowerment”, que trata de um processo que tem como objetivo a criação e o desenvolvimento de habilidades e competências nas pessoas para que essas se tornem também, protagonistas nas ações que possam ser realizadas na comunidade.

da participação ativa da comunidade envolvida. E, principalmente, buscar o bem estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto” (CRUZ, 2008, p.135). Para que essa participação seja efetiva:

[...] deve-se criar espaços para o exercício da democracia direta, na forma de foros de desenvolvimento local que evoluam na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar as comunidades para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro. (SACHS, 2008, p. 61)

No caso das comunidades tradicionais, esse empoderamento se faz importante porque elas vivem, predominantemente, em ambientes naturais ditos fragilizados ou no seu entorno, tirando desses lugares seu sustento em atividades ligadas ao extrativismo, à pesca e à agricultura familiar, que também caracterizam sua existência e que envolve os aspectos culturais (como discutido no ponto anterior), os chamados saberes e fazeres, o seu lidar com a natureza, seus valores tradicionais, sua música, dança, alimentação, enfim, sua maneira de ser. Sachs (2002) descreve que:

Ainda hoje, milhões de “pessoas dos ecossistemas” – habitantes das florestas e população rural – lutam por sua subsistência nos ecossistemas próximos, geralmente de modo criativo, baseado em conhecimento profundo sobre as ocorrências da natureza (SACHS, 2002, p. 30).

Essas comunidades têm uma relação bastante forte com o território que habitam, por dele retirarem os recursos necessários para si, sendo que elas estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, onde o trabalho ainda não se tornou plenamente uma mercadoria e nem se tem o foco apenas no lucro, apesar de existir uma inevitável dependência do mercado (produtos industrializados), além da forte dependência sobre os recursos naturais e os ciclos da natureza (DIEGUES, 2001). Ainda nessa perspectiva, sobre as comunidades tradicionais e a relação que desenvolvem com o território, Peres (2011) destaca que:

Povos tradicionais possuem relações históricas, culturais, sociais, econômicas e ambientais com seus espaços, estabelecendo fortemente a delimitação de territórios onde fazem uso dos recursos presentes, dentro de um manejo muito particular, cujas técnicas e saberes passam de pais para filhos através da tradição oral, embora, haja uma superposição variada de — livre acesso, de — controle

comunitário — recursos familiares cujos limites variam muito. (PERES, 2011, p. 38)

A importância acerca dos saberes das comunidades tradicionais discutida por autores como Diegues (2000; 2001; 2004) e Sachs (2002; 2008) evidencia a importância de seu conhecimento do senso comum, para a manutenção dos processos ecológicos e culturais em áreas de grande valor natural.

As comunidades são dotadas de grande conhecimento dos processos ecológicos, do funcionamento de ecossistemas, principalmente por desenvolverem sistemas de manejo com características próprias de conservação da natureza. Porém, esse conhecimento, muitas vezes, não foi ou não é valorizado. Reflexo disso, em contextos de criação de áreas protegidas, é quando são desconsideradas como parte relevante para a preservação, nem sendo sequer consultadas a respeito de mudanças que implicam alterações que podem ser profundas, ao se retirarem suas residências ou serem impedidas de continuar a atuar e usufruir dos recursos desses territórios.

Isso ocorreu na criação das Unidades de Conservação brasileiras, porque algumas linhas de pensamento conservacionistas creditavam à relação homem/natureza como predatória ao meio ambiente. Porém, Diegues (2004), ao destacar o trabalho de cientistas de vários continentes que analisaram os impactos causados pela presença humana em áreas de preservação, constata que:

[...] muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham se conservado *florestadas e com alta biodiversidade* pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que, com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão [...] argumentava-se ser injusto expulsar comunidades que vivem nas áreas de florestas há tantas gerações e que, dado o seu modo de vida e uso tradicional dos recursos naturais, são responsáveis pela qualidade dos habitats transformados em áreas protegidas (DIEGUES (2004, p. 12).

Logo a sustentabilidade pode ser mais facilmente alcançada se forem aproveitados os sistemas tradicionais de gestão dos recursos, a organização de um processo participativo de identificação das necessidades, dos recursos potenciais e das maneiras de aproveitamento da biodiversidade como caminho de melhoria da qualidade de vida desses povos e que propiciem o desenvolvimento e o bem estar local (SACHS, 2002).

Ressalta-se que para o sucesso desses processos, torna-se fundamental a articulação das comunidades tradicionais locais com o poder público, as associações de classe, os empresários e a comunidade acadêmica, entre outros agentes, para que haja uma interação saudável entre os envolvidos.

1.2 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

É notável que com as discussões em torno da noção de sustentabilidade, a dimensão social venha obtendo cada vez mais destaque, principalmente pela relação includente que deve proporcionar para populações que representam minorias.

Para que a sustentabilidade seja possível e efetiva, faz-se necessário ultrapassar os limites teóricos e políticos e pensar em métodos eficazes para transformar seus preceitos em realidade. Desta maneira, Abranja e Almeida (2009) entendem que a sustentabilidade pode, então, ser entendida como o princípio estruturador de um processo de desenvolvimento centrado na igualdade social, na eficiência econômica, na diversidade cultural e na proteção e conservação do meio ambiente.

Ou seja, as novas alternativas de desenvolvimento devem envolver a relação entre crescimento econômico, equidade social e conservação ambiental (CARVALHO, 2006). Deve haver uma harmonização entre tais “eixos” para que o desenvolvimento sustentável aconteça. Para tanto, Sachs (2002) expressa se fazer necessária uma abordagem holística e interdisciplinar.

Muito se estuda e discute sobre a relação do desenvolvimento econômico aliado à preservação ambiental, e pouco se tem de estudos sobre a vertente sociocultural. Dentro dessa perspectiva, SWART e HORN (2012) afirmam que há uma tendência atual em analisar não somente os aspectos econômicos e ambientais da sustentabilidade, mas também os aspectos culturais, e que há uma tendência crescente com relação à sustentação de visões integradas e sintéticas.

Nesse contexto, SACHS (2002, p. 35) defende que existem três pilares ou eixos básicos do desenvolvimento sustentável, ao dizer que se faz necessário adotar “critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica”.

Parece ser correto afirmar que esses três pilares devam sempre caminhar juntos, onde um desenvolvimento econômico pautado no respeito ao meio ambiente e às populações locais é condição para se buscar um equilíbrio, materializando a sustentabilidade. Hall (2001, p. 20) reforça que ambiente, economia e sociedade estão indissociavelmente interligados. Esses três pilares também são comumente conhecidos como Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Sociocultural. Para um empreendimento humano ser sustentável significa ter em vista quatro requisitos básicos, ele deve ser: ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente aceito.

Tais dimensões ou pilares da sustentabilidade são importantes para entender os usos do território da RESEX Marinha de Caeté – Taperaçu, tanto por suas comunidades tradicionais quanto pelos agentes que lá atuam, entre eles, aqueles relacionados às atividades de turismo.

A seguir, destacarei alguns aspectos das dimensões da sustentabilidade apontados acima, além de abordar a noção do que vem a ser pensado enquanto turismo sustentável, de maneira que a fundamentação teórica nesse trabalho seja suficiente para as análises e discussões presentes na terceira parte desta dissertação.

1.2.1 Sustentabilidade Econômica

O desenvolvimento sustentável surgiu, como vimos anteriormente, a partir das discussões em torno de um novo modelo de desenvolvimento econômico, que despertasse o interesse na preservação do patrimônio natural, sem comprometer o crescimento econômico. Sachs (2002, p. 52) destaca que o desenvolvimento econômico “deveria ser socialmente receptivo e implementado por métodos favoráveis ao meio ambiente, em vez de favorecer a incorporação predatória do capital da natureza ao PIB”.

Isso significa que não é que se deva eliminar o desenvolvimento econômico, mas sim concebê-lo pensando também nos aspectos socioculturais e ambientais. A sustentabilidade econômica deve preocupar-se com o ser social de amanhã, e como ela pode promover a equidade entre os povos.

Não se deve pensar em sustentabilidade econômica enquanto diversas economias pelo mundo vão sendo dizimadas pela lógica capitalista, que escolhe lugares e negócios em vistas da acumulação do capital, enquanto outros, apenas são utilizados como meros objetos/peças do sistema capitalista (MORAES, 2005). Antes seria importante uma melhor distribuição da propriedade e da renda, promovendo a igualdade e maximizando oportunidades para os que vivem em condições piores, reconhecendo também ser essa meta muito difícil de alcançar (SACHS, 2002; 2008).

Assim, a sustentabilidade econômica visa promover não o crescimento acelerado excludente, mas sim reduzir a pobreza e as desigualdades, buscando um equilíbrio dessa dimensão da sustentabilidade juntamente com as outras em complementação.

1.2.2 Sustentabilidade Ambiental

Com o aumento do consumo humano, devido ao modelo econômico dominante, aumenta ainda mais a pressão sobre a natureza e assim a relevância da sua preservação, como já dito anteriormente. Vemos o aumento do acúmulo de lixo, resíduos provenientes da indústria despejados nos corpos hídricos, desmatamento crescente de florestas, exploração de minérios e do petróleo que acabam por gerar inúmeros impactos ao ambiente. Isso ocorre, porque segundo Cavalcanti (2012):

[...] no modelo da teoria econômica dominante inexistente preocupação com o meio ambiente, recursos naturais, poluição e depleção. Mas o fato concreto é que se precisa encarar o processo econômico enquadrado dentro do sistema – a natureza – que o envolve. [...] o ecossistema não pode ser pensado como externalidade. Sua condição é a do todo maior a que a economia deve inexoravelmente reportar-se. (CAVALCANTI, 2012, p. 39)

Nessa perspectiva, Sachs (2002, p. 32) retrata que “o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, se tivermos consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural”.

Por necessitar dos recursos naturais para manter os sistemas econômicos, o homem acaba por se exceder na exploração e no uso desses recursos, que sofrem pressão de diversas esferas da economia, como a indústria, o turismo, a agricultura e agropecuária extensiva, a extração de minerais e petróleo, etc.

O desafio, então, é manter grande parte dessas atividades que suprem as necessidades humanas, e assim sempre quando falarmos em desenvolvimento sustentável, remetermos primeiramente para a dimensão ambiental, pois o uso dos recursos naturais tem bastante relevância nas discussões acerca da sustentabilidade. Assim, a sustentabilidade ambiental:

[...] supõe que o modelo de produção e consumo seja compatível com a base material em que se assenta a economia, como subsistema do meio natural. Trata-se, portanto, de produzir e consumir de forma a garantir que os ecossistemas possam manter sua auto reparação ou capacidade de resiliência. (NASCIMENTO, 2012, p. 55)

Essa meta somente será alcançada quando houver um maior empenho de vários setores, tanto da sociedade civil como do poder público. Operacionalizar a sustentabilidade ambiental dentro de uma lógica de exploração e lucro inconsequentes se torna um desafio a ser superado. Apesar da dominação de tal pensamento mercadológico sobre a natureza, não se pode abandonar a luta e a idealização que constitui a busca pelo desenvolvimento sustentável.

1.2.3 Sustentabilidade Sociocultural

A chamada sustentabilidade sociocultural, aspecto bastante relevante nos estudos sobre desenvolvimento sustentável, vem sendo desconsiderada ou sobrepujada pelas demais dimensões – econômica e ambiental.

O termo sociocultural é bastante estudado em vários campos científicos, como a psicologia, a sociologia, a antropologia, a educação, entre outras disciplinas, integrando um amplo leque das ciências sociais e humanas, onde aparecem os termos cultura e sociedade, que são bastante significativos e empregados (LOBO SANCHEZ, 2003). Essa diversidade de campos científicos gera várias definições,

ressaltando diferentes análises sobre o aspecto sociocultural. Referente aos outros campos da ciência, como o da psicologia, Ribas e Moura (2006) afirmam que:

A abordagem sociocultural enfatiza que a atividade humana é mediada e nela tem sido investigado o desenvolvimento humano dentro das práticas culturais dos grupos, que supõem o uso de diferentes formas de mediação. A partir desta orientação, entende-se que os mediadores - instrumentos, signos, práticas culturais - são carregados de significação cultural (RIBAS e MOURA, 2006, p.130).

Dias (2006), considera que em relação à dimensão sociocultural, o patrimônio vem a ser uma das partes mais visíveis da memória coletiva de uma sociedade; constituindo-se em símbolos que, continuamente, lembram que a realidade dos processos socioculturais atuais está no passado e se associa constantemente a ele ao redefini-lo e se redefinir mutuamente. Por isso, a sustentabilidade sociocultural é importante, pois ela é construída historicamente, levando em conta as transformações que as sociedades sofrem ao longo de sua história.

A sustentabilidade sociocultural pode vir a valorizar o patrimônio cultural, histórico e preservar os costumes locais (ABRANJA; ALMEIDA, 2009), porém, ela não deve apenas envolver os aspectos de preservação dos costumes locais. Para que essa seja alcançada, é importante que a própria comunidade seja a impulsionadora desse processo, envolvendo-se no planejamento e na gestão da transformação dos recursos.

Tal característica, da participação da comunidade, é consenso entre os vários estudiosos do desenvolvimento sustentável, e para estabelecer essa participação se faz necessário estimular o protagonismo, em geral, por meio do empoderamento local. Para RANAURO (2004, p. 28) “a eficácia da sustentabilidade está em envolver todos os atores envolvidos num mesmo processo”, ou seja, o efetivo resultado depende da promoção de processos participativos, principalmente, aos que têm menos acesso e lugar na democracia.

1.3 TURISMO SUSTENTÁVEL

No campo do turismo, são estudadas as diversas relações sociais e culturais existentes entre o turista e o habitante do local visitado, e quais os impactos que esta relação causa aos dois lados. Numa revisão de literatura, encontramos estudos sobre turismo e sustentabilidade sociocultural em autores como Silva et.al (2011); Abranja e Almeida (2009); Brasil (2007) e Mielke (2009).

Porém, os estudos sobre sustentabilidade sociocultural aliados ao turismo são relativamente poucos, o que aumenta a necessidade de pesquisas nessa área, e o aprofundamento do assunto, pois se faz necessário estudar as relações existentes entre os aspectos sociocultural, ambiental e econômico da sustentabilidade, onde as atividades turísticas são indutoras de transformação.

Entre os principais órgãos ligados ao turismo no Brasil, o Ministério do Turismo considera que a sustentabilidade sociocultural é aquela que:

Assegura que o desenvolvimento aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo construir uma civilização mais igualitária, ou seja, com mais equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. (BRASIL, 2007, p. 20)

Todavia, o turismo, como atividade de massa que surge com a intensificação das conquistas trabalhistas dos séculos XIX e XX, fazendo com que os assalariados tivessem uma diminuição no tempo de trabalho – conquistando direito a férias remuneradas, aumentando assim o seu poder de consumo e acesso ao lazer – quase nunca ofereceu tais possibilidades.

Os turistas com poder aquisitivo fazem viagens por diversos motivos como as férias, negócios, saúde, ou simplesmente, um descanso de final de semana. Nesse sentido, Urry (2001 p. 15) afirma que os turistas consomem bens e serviços turísticos porque “geram supostamente experiências prazerosas, diferentes daquelas com que nos deparamos na vida cotidiana”, ou seja, é a busca pelo diferente, pela mudança, mesmo que temporária, do cotidiano vivido, muitas vezes nos grandes centros, mas também o fazem por possuírem as condições materiais para tanto.

Além desse fator econômico, que demanda produtos e serviços, é uma atividade que envolve deslocamento de pessoas que engloba diversos aspectos igualmente fundamentais como o ambiental, geográfico, histórico, cultural, social, que devem ser estudados a partir de uma visão holística para uma melhor compreensão do fenômeno.

Tais compreensões podem conter diferentes pontos de vista, de diversas áreas de conhecimento, várias interpretações, teorias e conceitos tornando complexo o que este fenômeno nos apresenta apesar de que, por vezes, cada uma dessas tenha apenas um enfoque próprio, ou seja, limitado. Apesar disso, os estudos do turismo seguem evoluindo e adquirindo cada vez mais visões e características diversas, o que Jafari (1994), destaca como campo de investigação, devido ao grande número de pesquisadores de diversas áreas, que tentam explicar o que é o turismo e suas implicações.

Nesse aspecto, Coriolano (2006) diz que o turismo é um fenômeno multifacetado, e por esse motivo é difícil encontrar um conceito que abranja a sua totalidade. Na sua maioria, os estudos estão vinculados ao pensamento racionalista econômico, funcionalista e não dão conta da totalidade do fenômeno, e continua ao dizer que falta ao turismo o rigor científico, e que o grande número de conceitos que atendem à lógica do capital é considerado no campo científico como uma “instabilidade e uma manipulação perigosa, pois negam o conhecimento científico produzido sobre o fenômeno” (CORIOLANO, 2006, p. 41.).

Esse fato é bastante percebido ao se fazer uma revisão de literatura na área do turismo. São inúmeros os artigos, livros, monografias, dissertações e teses que se referem à chamada economia do turismo, que fazem árduos estudos sobre macro e microeconomia ligados ao turismo, aspectos de oferta e demanda, dos mercados, entre outros. O grande número de estudos do turismo relacionados à economia se dá pela sua característica de poder proporcionar aos lugares onde ele é desenvolvido, o aumento da renda, do número de empregos, de possibilitar a melhoria na infraestrutura local e outros benefícios.

Nessa perspectiva, Trevenin (2011) revela que o crescimento do turismo com motivações econômicas mostra apenas seus objetivos na lógica do capitalismo, de acumulação de capital, como que renegando as comunidades, ao destacar que sua prática vem “rompendo barreiras culturais ou morais, rompendo com a tranquilidade do lugar” (TREVENIN, 2011 p. 128).

O que se infere disso é que os responsáveis diretos pela regulação do desenvolvimento: os governos federal, estaduais ou municipais, colocam um peso diferenciado sobre a ascensão econômica da atividade turística. Sob essa perspectiva, o turismo pode trazer para esses locais uma espécie de ilusão, pois, por muitas vezes, não se pensa na participação, nos interesses e ganhos das comunidades receptoras, maiores prejudicadas quando alienadas do desenvolvimento do turismo. Essa forma pouco contribui para a diminuição de desigualdades sociais e econômicas e, por outro lado, pode dilacerar culturas locais por conta da lógica do capital.

Partindo dessa crítica à abordagem econômica, que se faz pouco explicativa da totalidade do fenômeno turístico, tomamos então a definição de turismo utilizada por Moesch (2002), que no decorrer dos estudos em relação ao turismo, e das diversas implicações que esse envolve destaca:

[...] o turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, com síntese: produto turístico.” (MOESCH, 2002, p. 09)

A definição expõe a complexidade do fenômeno turístico, nos mostrando diversas implicações relacionadas à sua prática, que por muitas vezes deixam de ser discutidas quando falamos de turismo, como a interculturalidade que o cerca, além de outras questões que envolvem a sua prática, o que Molina (2005) destaca como as grandes transformações sofridas pelas diferentes sociedades humanas notavelmente influenciadas pelas práticas do turismo, fazendo surgir outras preocupações relacionadas como, por exemplo, aquelas ligadas ao meio ambiente.

Preocupação que ocorre por conta da atividade turística ter, nos ambientes naturais, um de seus maiores atrativos e potenciais. Podemos observar constantemente isso em praias, parques, florestas, montanhas, etc., territórios e espaços buscados por turistas por representarem, como dito, uma fuga do cotidiano urbano ao bucólico natural, aos modos simples de viver e lidar com o meio ambiente.

Com o crescimento e o desenvolvimento do turismo em alguns desses espaços sem um ordenamento maior, surgem problemas de ordem prática da atividade turística, em especial pelo aumento do turismo de massa. Sem controle, esses ambientes são submetidos às ações e interferências do homem, causando degradação ambiental através da depredação da flora e fauna, dos espaços naturais onde passam a abundar o barulho e o acúmulo de resíduos (DIAS, 2007). Além do que, as interações culturais que ocorrem com o turismo podem degradar características da cultural local. Nessa perspectiva, Neri e Soares (2012) apontam consequências do crescimento desordenado do turismo:

O crescimento da atividade turística combinado com problemas em infraestrutura podem ter consequências mais sérias, como um crescimento em favelas e na insegurança da população. Novos desenvolvimentos podem causar problemas ambientais, mudanças na paisagem ou no capital natural, com crescimento de demandas não atendidas para saneamento, distribuição de água potável, escassez de transporte, ou seja, consequências que podem comprometer a sustentabilidade do lugar turístico. (NERI; SOARES, 2012, p. 866 *tradução nossa*)

Apesar de nos tempos atuais o turismo se desenvolver de forma mais estruturada (MIELKE, 2009) em alguns lugares, durante décadas foi se desenvolvendo desordenadamente, sem a devida preocupação com os impactos que estavam sendo causados. Esse fato ocorre porque “durante muito tempo, o turismo foi considerado como uma indústria, e que não lhe eram imputados impactos negativos, do ponto de vista cultural, social ou ambiental”(OLIVEIRA; MANSO, 2010, p. 236). Esses impactos causam diversos problemas para a sociedade local, bem como para governos e empresários, o que acarreta na necessidade desses problemas serem minimizados, reduzindo assim possíveis impactos futuros.

Dessa maneira, devido ao crescimento do turismo com uma utilização intensiva dos recursos naturais e sem a preocupação com a preservação dos atrativos que são a base de sustentação da própria atividade (DIAS, 2007), sua prática começou a ser pensada também pela ótica do desenvolvimento sustentável, pois o turismo pode colaborar positivamente com o meio ambiente, contribuindo para a proteção e conservação ambiental e cultural e para as economias locais em que se desenvolve.

A partir disso, surgiram demandas acerca da necessidade de se alcançar uma nova forma de desenvolvimento para o turismo, seja como vetor de proteção ao meio ambiente, seja como prática comprometida com a qualidade do ambiente visitado e com a proteção dos aspectos culturais das comunidades.

Assim, o termo turismo sustentável foi cunhado, segundo entendimento de SWART; HORN (2012, p. 03 *grifo nosso*), como uma definição que “evoluiu para o entendimento de ele ser uma meta a ser alcançada ao invés de um tipo de turismo, e que mesmo destinos de turismo de massa podem ser sustentáveis”, afirmação esta corroborada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003) quando o define:

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 24)

Compreendemos que o turismo sustentável tem como premissas não intervir ou modificar de forma irreversível os aspectos naturais e culturais dos locais onde é desenvolvido, não devendo interferir nas outras atividades econômicas, que são realizadas nos locais onde ele ocorre, procurando conservar os recursos naturais, históricos e culturais, o que traz benefícios para a nossa e para as futuras gerações, além do que “essa sustentabilidade do Turismo se propõe a combinar com redução da pobreza ao mesmo tempo em que favorece a acumulação de capital em diversos modos” (NERI; SOARES, 2012, p. 868).

Qualquer atividade turística pode ser sustentável e isso ocorre quando esse processo é bem gerenciado, ou seja, quando o turismo em uma região é bem planejado, respeitando os recursos e capacidade do local, fazendo com que a atividade turística não se torne um problema, sendo uma fonte de diversificação da economia local. Ruschmann (2008, p. 72) diz que “os conceitos de desenvolvimento sustentável e turismo sustentável estão intimamente ligados à sustentabilidade do meio ambiente”.

Essa nova maneira de se olhar o turismo faz com que haja uma melhoria dos serviços oferecidos e na qualidade ambiental pela região que adota o turismo

sustentável, pois o turista quer visitar áreas que estejam bem cuidadas, fazendo com que a comunidade local aumente a sua consciência ecológica, cultural e social.

O desenvolvimento do turismo deve ser aplicado segundo os princípios sustentáveis no que se refere às dimensões ambiental, econômica e sociocultural, devendo haver um equilíbrio entre essas para que a sustentabilidade no turismo seja garantida. Pires (2012) recomenda as seguintes sugestões:

- Otimizar, porém não maximizar a utilização dos recursos ambientais que constituem um elemento fundamental no desenvolvimento do turismo, mantendo os processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o patrimônio natural e a biodiversidade;
- Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades receptoras e conservar seu patrimônio construído, sua cultura e seus valores tradicionais. O turismo sustentável deve ainda contribuir para a aproximação intercultural entre turistas e anfitriões e para a tolerância recíproca;
- Viabilizar as operações econômicas de longo prazo que proporcionem benefícios socioeconômicos para todos os interessados, bem como a sua distribuição de forma justa. Viabilizar ainda o emprego estável e as possibilidades de geração de renda e serviços sociais às comunidades receptoras, contribuindo para a redução da pobreza. (PIRES, 2012, p. 183)

O turismo somente pode acontecer se este respeitar e valorizar a comunidade local e o ambiente onde ele se desenvolve. O importante para isso é que também ocorra a participação de diversos setores, tanto econômicos como políticos e institucionais para que o turismo tome rumos para a equidade social, o respeito à cultura local, a melhoria da economia local e a responsabilidade com a qualidade ambiental.

Vale considerar nesse aspecto, a compreensão dos modos de vida, os comportamentos, a produção, o saber-fazer e o modo de se relacionar com a natureza das localidades envolvidas, para que não ocorram impactos de ordem sociocultural na comunidade receptora, dentre os quais podemos citar os impactos negativos que a Organização Mundial do Turismo elenca:

- No turismo de massa, os turistas não têm interesse em se introduzir na cultura da região visitada, relacionando-se apenas com indivíduos de seu círculo social, o que facilita a segregação da população local;

- Pode acontecer o chamado efeito demonstração, onde o morador local ao observar as atitudes, valores e comportamentos do turista começa a mudar seus hábitos, imitando os costumes daquele, descaracterizando a cultural local;
- Pode acontecer a mercantilização extrema das tradições locais, ocasionando um processo de enculturação que pode acabar destruindo os atrativos e afastando os visitantes;
- Os padrões de consumo são modificados, aumentando as suas necessidades e acelerando as mudanças sociais;
- As pessoas “de fora”, podem ocupar importantes postos de trabalho no turismo, devido à falta de uma qualificação mínima da população local, esta ficando com os salários mais baixos;
- Pode aumentar a criminalidade, a prostituição, os conflitos causados pelas drogas. (OMT, 2001, p. 215-221)

O turismo deve proteger as culturas locais, através do incentivo à valorização e respeito tanto pelas comunidades receptoras como pelos visitantes. Se o respeito e a valorização não ocorrem, o turismo não se torna agente de benefícios para as comunidades, que acabam por renegar a presença do turista em suas localidades, ainda mais quando somente poucos se beneficiam, sem respeitar os preceitos do desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, do turismo sustentável. Contudo, o turismo pensado nos moldes da sustentabilidade pode trazer efeitos inversos aos que foram observados, a saber:

- O turismo traz com ele a melhoria da infraestrutura local, das condições sanitárias, saúde, iluminação, estradas, etc., melhorando a qualidade de vida dos moradores;
- Pode estimular os moradores a se interessarem pela própria cultura, tradições, costumes e seu patrimônio histórico, pois esses elementos culturais têm bastante valor para os turistas quando são recuperados ou estão conservados;
- O turismo pode acelerar as mudanças sociais positivas na comunidade, aumentando a tolerância e o bem-estar;
- Também pode proporcionar aos turistas praticar um intercâmbio cultural com os moradores locais, aumentando a compreensão do turista em relação ao respeito às diferenças. (OMT, 2001, p. 219-220).

Essas práticas de turismo sustentável são recentes, bem como os estudos sobre os impactos positivos e negativos que esse pode acarretar em comunidades locais e ao meio ambiente onde ele é desenvolvido.

Como podemos ver, o turismo é uma atividade que envolve diversos setores fundamentais para os processos de planejamento e gestão, e tem o papel de integrar o uso dos recursos naturais e sua preservação com plena participação da comunidade local, fomentando práticas sustentáveis que trarão aos moradores locais a distribuição equitativa dos benefícios, e preservação ambiental e dos saberes e fazeres locais.

A abrangência do referencial teórico, como se verá adiante, a partir da estratégia metodológica da pesquisa é importante para a abordagem da problemática, objeto do estudo, apontada na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu. Em especial, o descompasso do turismo praticado na Praia de Ajuruteua na geração das possibilidades concretas de promoção da sustentabilidade sociocultural, ou seja, quando as comunidades da RESEX assumem, ou deveriam assumir, seu protagonismo no desenvolvimento da atividade turística.

2. SUSTENTABILIDADE NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU: UMA ANÁLISE DIALÉTICA

2.1 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Esta pesquisa tem como objeto de estudo a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, localizada no município de Bragança, no litoral nordeste do Estado do Pará. A pesquisa teve como método, o quadro de referência dialético histórico estrutural e como metodologia a pesquisa qualitativa, a partir de uma análise descritiva e explicativa.

No que se refere aos procedimentos, primeiramente, foi utilizado o levantamento bibliográfico e documental. Em segundo lugar, houve a participação da pesquisadora em reuniões realizadas no ano de 2012, do Conselho Deliberativo da RESEX, do ICMBio na Praia de Ajuruteua e na Secretaria de Turismo do município, sobre ordenamento territorial. Também nas Oficinas Participativas de elaboração do Plano de Manejo nas Comunidades da Vila do Bacuriteua, da Vila do Treme e da Vila do Bonifácio, especificamente no mês de julho.

Nos dias 7 e 8 de maio de 2013, foi realizada uma pesquisa de campo, ao longo dos rios Caeté e Taperaçu em algumas comunidades para observação do seu cotidiano, sua relação (cultural) com a natureza ao praticarem a pesca, a captura de caranguejo, o artesanato, etc., bem como para observar como o turismo se desenvolve e perceber como os atores locais entendem o uso turístico e de lazer em relação à Praia de Ajuruteua.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de, no Decreto de criação da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, duas áreas terem sido excluídas do polígono que a delimita: a que contém a localidade da Praia de Ajuruteua e a que compreende a Rodovia PA-458, que liga esta praia à sede do Município de Bragança. Tais áreas correspondem ao atrativo turístico de natureza e a infraestrutura de acesso a ele. Sendo que a construção da Rodovia PA-458 se deu sobre extensa área de manguezais, gerando considerável impacto ambiental.

Além disso, a Portaria de criação do Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, que tem por finalidade “contribuir com

ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo dessa Unidade e ao cumprimento dos objetivos de sua criação” não destaca na sua composição setores, públicos ou privados, diretamente relacionados ao turismo (Secretaria Estadual de Turismo do Pará ou Secretaria de Municipal de Turismo de Bragança, por exemplo).

O contexto acima – mesmo com impacto ambiental negativo que parece constituir-se em ameaça à capacidade de autodepuração desse ecossistema específico, bem como à conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência – pode ser favorável à existência do turismo, um potencial ainda pouco explorado e concentrado próximo a apenas uma comunidade da região, a da Praia de Ajuruteua. Porém, nessas bases, sua adoção e estímulo como vetor de promoção do desenvolvimento sustentável, parece estar comprometida.

Por conta disso, se fez relevante a abrangência do estudo, onde depois de várias observações, surgiram os seguintes questionamentos: o turismo praticado na Praia de Ajuruteua gera possibilidades de promover a sustentabilidade sociocultural das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu? E quais impactos socioculturais (positivos ou negativos) podem ser identificados sobre as comunidades a partir do turismo praticado na Praia de Ajuruteua?

Partindo de tais questionamentos estabeleceu-se como Objetivo Geral: Identificar as implicações do turismo na sustentabilidade sociocultural das comunidades usuárias da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

E como Objetivos Específicos:

- a. Contextualizar e relacionar a noção de turismo sustentável em relação à Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu;
- b. Investigar como se constrói o envolvimento das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu com o turismo na Praia de Ajuruteua;
- c. Identificar a produção comunitária associada ao turismo;
- d. Identificar os impactos socioculturais provocados pelo turismo praticado na Praia de Ajuruteua;
- e. Refletir sobre tais impactos relacionados à construção do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

Para balizar a pesquisa, escolheu-se o método da abordagem qualitativa, por esse proporcionar à pesquisa uma reflexão sobre a realidade estudada, por meio de métodos e técnicas que auxiliarão na compreensão do objeto em seu contexto histórico, que “remete aqui a um espaço de práticas relativamente diversificadas e múltiplas” (GROULX, 2008, p.95).

A pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível da realidade que não pode ser quantificado, trabalha com o universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Tem um tipo de objetividade e de validade conceitual que contribui ao pensamento científico (MOESCH, 2002, p. 62).

A utilização do tipo de pesquisa qualitativa, juntamente com um estudo exploratório descritivo, para Minayo (1993), podem trazer respostas particulares e de ordem social ao trabalharem com uma diversidade de significados e relações humanas, pois, mesmo que os dados e informações sejam resultados de um pequeno número de pessoas, a pesquisa é um instrumento extremamente válido por apresentar reflexos de atitudes, opiniões e preferências.

A grande dificuldade da pesquisa qualitativa é igualmente não poder quantificar o nível de realidade no qual ela trabalha, para Minayo (2001):

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região “visível, ecológica, morfológica e concreta” a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

A pesquisa qualitativa possui também um caráter descritivo que, segundo Oliveira (2008, p. 39) torna a análise descritiva “recomendável desde a definição do objeto de estudo, passando pela delimitação do lugar, tempo de revisão de literatura e coleta de dados”, motivo pelo qual a análise será iniciada através de uma pesquisa descritiva.

Por conta disso, se fez necessário após a realização dessa pesquisa descritiva, a utilização da técnica de pesquisa explicativa, que “procura identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos

fenômenos”(DENCKER, 1998, p. 125), que na pesquisa servirá para abordar como ocorrem os fenômenos estudados, buscando o aprofundamento do conhecimento da realidade, a partir de um modo observacional, bastante utilizado em ciências sociais, em relação ao recorte estudado.

As técnicas de pesquisa utilizadas se deram por meio da pesquisa bibliográfica e documental existente sobre o assunto, onde foi possível conhecer qual a realidade do turismo praticado na Unidade de Conservação, e quais são os critérios adotados por esta para a definição de que atividades podem ser realizadas e que áreas serão utilizadas para a prática do turismo, quais merecem especial atenção para manter a conservação do ambiente, além das formas de planejamento e gestão adotadas.

A pesquisa bibliográfica consistiu em um levantamento do material já elaborado sobre o assunto, tais como livros e artigos científicos relevantes para a mesma, propiciando o “exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões” (MARCONI; LAKATOS, 2008, p. 57).

Por conseguinte, a pesquisa documental, aquela onde são utilizados materiais que ainda não receberam tratamento analítico ou que podem ser reelaborados (DENCKER, 1998, p. 125), envolveu outras fontes documentais (em geral relatórios, arquivos públicos, pessoais, dados estatísticos, entre outros) que puderam ser utilizadas para complementar o conhecimento desejado na mesma.

Nesse sentido, na análise dos dados foram utilizadas atas de reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX, bem como relatório das reuniões das Oficinas Participativas³, o Inventário Turístico do Município de Bragança e gravações de reuniões realizadas pelo ICMBio, na Praia de Ajuruteua e SETUR-Bragança, ao longo do ano de 2012.

Nessa análise de dados, buscou-se fazer um movimento reflexivo sobre a atividade turística, a partir das categorias de análise a priori estabelecidas, contradição, teoria/prática e conflito, e como categorias a posteriori política/participação; sustentabilidade ambiental/sustentabilidade sociocultural; turismo/cultura. Assim, organizou-se um processo de interpretação crítica do turismo na Praia de Ajuruteua, evidenciou-se a análise desde o surgimento até o advento e o

³Que consta no Volume II do Plano de Manejo.

momento atual e os problemas causados pela falta de planejamento adequado do turismo, nessa área.

A partir desse quadro, buscamos refletir sobre os impactos causados às comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, principalmente os ligados aos aspectos socioculturais, analisando o que eles pensam sobre a prática turística na Praia de Ajuruteua, identificando os conflitos existentes, buscando dar proposições para o desenvolvimento do turismo na RESEX e mudanças naquela praia

2.2 O MÉTODO: DIALÉTICA HISTÓRICO ESTRUTURAL

O método sugerido para a abordagem do objeto dessa investigação é a Dialética Histórico Estrutural, a qual segundo Demo (2010, p. 85) é a metodologia mais conveniente para compreender a realidade social, “suas contradições e alicerçar o desejo de mudança histórica”, e, para além das condições objetivas, a realidade social é movida igualmente por condições subjetivas.

A Dialética Histórico Estrutural equilibra o jogo das condições objetivas e subjetivas da realidade histórica e possui como ponto próprio da dialética, o horizonte da historicidade, daí só ser tratável dialeticamente o fenômeno caracteristicamente histórico, o que justifica a escolha do método para análise da sustentabilidade sociocultural, pois busca em suas raízes históricas o entendimento para os processos da realidade.

Na Dialética Histórico Estrutural se combinam estrutura e história, mas, segundo Demo (2010, p.92) a criatividade histórica é ressaltada na sua dinâmica pela dialética, ainda que somente saibamos entender a história de maneira estruturada. Por vezes, são chamadas de mudanças estruturais aquelas que são profundas, que vão até as raízes do fenômeno, mas, mesmo assim, trata-se do âmbito histórico, sendo impossibilitado de ser concebido sem sujeito.

[...] não podemos imaginar sujeito totalmente consciente, racional, clarividente, porque em grande parte faz história de modo inconsciente, levado por razões que a razão desconhece, realizando

o contrário do que planejara fazer, acertando sem querer e, por vezes, conquistando também o que bem queria que ocorresse. Sendo aberta, não concebe o fim da história. Nisso, ao mesmotempo em que preserva sua dinâmica, também a formaliza relativamente, porque tudo passa, mas a dialética como método, não. Para ser consentânea com realidade extremamente dinâmica, precisadynamizar-se, flexibilizar-se, mas, no fundo, é rede formal para captar a realidade. (DEMO, 2000, p.106)

A Dialética Histórico Estrutural se propõe a uma visão que considera a história movida por fases sucessivas – necessárias, independentes da vontade humana, provisórias –, mas que fundam as transformações sobre fases anteriores, o que permite dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção dinâmica de conteúdos novos, dentro de formas invariantes.

A Dialética Histórico Estrutural capta uma realidade processual, mais flexível e que com um ordenamento menos rígido é capaz de lidar com as inseguranças próprias da realidade social. Todavia, a dialética sabe que a mente humana em sua emoção e racionalidade, complexíssima por natureza, não consegue dar conta de toda realidade, porque também sequer consegue dar conta de si mesma (DEMO, 2000, p. 107). Assim, a coerência da Dialética Histórico Estrutural está no reconhecimento de que as afirmações não são perenes, que uma concepção de realidade é uma entre outras possíveis interpretações. Acredita menos em dicotomias estanques do que na convivência de contrários, tanto na realidade quanto na mente humana.

A opção por uma metodologia qualitativa dialética para esta pesquisa significa trabalhar com o pressuposto da associação produtiva de ideias antagônicas, mas que também são complementares. Pressupõe-se o movimento entre tese, antítese e síntese, que se contraditam entre si, num processo contínuo e repetitivo até que se chegue à perfeição final. Cada um desses movimentos se constitui como sendo a verdade do momento anterior, ou seja, “a antítese é a verdade da tese, e a síntese será a verdade da antítese” (MOESCH, 2002, p.49).

A dialética para esta pesquisa se estabelece como uma maneira de se compreender a realidade do objeto de estudo que se encontra em constante contradição. Neste contexto, Gil (2007) cita que Hegel é o filósofo onde se baseia a dialética na concepção moderna e que para ele “a lógica e a história da humanidade seguem uma trajetória dialética, nas quais as contradições se transcendem, mas dão origem a novas contradições que passam a requerer solução” (GIL, 2007, p.31).

Segundo Brynes (1991), a dialética pode se apresentar sob três aspectos, que seriam:

- a) O movimento concreto, natural e sócio histórico, da própria realidade estudada (“sentido objetivo”);
- b) a lógica do pensamento que se pretende conhecimento adequado dos processos históricos das mudanças e dos conflitos sociais (“sentido subjetivo”);
- c) a relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por esta ciência (sentido metodológico).

Demo (1980) considera que a Dialética Histórico Estrutural tem como marca, reconhecer condições objetivas e subjetivas, onde as primeiras são aquelas que ocorrem externamente ao homem, portanto independem da sua vontade. Já as condições subjetivas dependem do homem para existir. Na Dialética Histórico-Estrutural:

[...] a realidade natural, ao contrário, é determinada dentro de um esquema rígido de causa e efeito, independente da vontade humana. A realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendenciais, regulares de seu acontecer. (MOESCH, 2002, p. 50)

Nesse caso, quando se pensa no campo de conhecimento científico do turismo, a Dialética Histórico Estrutural se torna adequada como análise para a construção das práticas sociais do fenômeno ao longo do tempo, pois as condições objetivas sobrepõem as subjetivas por:

[...] considerar a história, movida por formas necessárias, independentes da vontade humana, mas formas que desencadeiam as transformações, o que permite dizer que o histórico é estrutural, enquanto conteúdos novos, dentro de formas invariantes. (MOESCH, 2004, p.124)

Assim, a Dialética Histórico Estrutural equilibra as condições objetivas e subjetivas da realidade, a partir do entendimento dos processos dessa realidade através dos acontecimentos e raízes históricas. O método Dialético Histórico Estrutural possibilitou desvelar no decorrer da pesquisa, os processos socioculturais e históricos envolvidos, também pela concepção objetiva do turismo e subjetiva dos

agentes envolvidos com sua prática na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu e seu entorno.

A escolha de uma abordagem aproximada da dialética na interpretação dos dados revelados pelos documentos e pela observação deve-se à necessidade de se considerarem todos os elementos, incluindo os contraditórios. O método dialético afirma que os processos humanos e toda a história são uma trajetória de contradições que se transcendem, dando origem a novas contradições, e a própria procura por soluções mantém vivo esse ciclo de contradições. “O materialismo dialético pode, pois, ser entendido como um método de interpretação da realidade, que se fundamenta em três grandes princípios” (Gil, 1999, p.31).

De acordo com Gil, esses princípios são a unidade dos opostos, já que os fenômenos têm aspectos contraditórios, e esses aspectos opostos permanecem em permanente luta, o que constitui o desenvolvimento da realidade. Quantidade e qualidade são características presentes em todos os fenômenos, e que, no processo de desenvolvimento, mostram que mudanças quantitativas graduais geram mudanças qualitativas, transformação essa que ocorre por saltos. Por fim, o último princípio é o da negação da negação, já que “a mudança nega o que é mudado e o resultado, por sua vez, é negado, mas esta segunda negação conduz a um desenvolvimento, e não a um retorno ao que era antes” (Gil, 1999, p.32).

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.(...)

Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza procedimentos quantitativos. (Gil, 1999, p.32)

Há três maneiras de proceder com o conhecimento dialético segundo Moesch (2004):

I. Opor-se a fixar as aparências nas sensações espontâneas, na primeira impressão ou visão de conjunto (ponto de partida no processo de conhecimento);

II. Recusar-se a permanecer, indefinidamente, em estudo e análise dos aspectos unilaterais, dos momentos parciais da realidade (é desejar sempre a totalidade completa);

III. Resistir a ir em frente de modo acelerado e imediatista, aos resultados finais. (é reconhecer que a realidade é movimento).

Postas essas questões, e pensando as contradições da realidade, a Dialética Histórico Estrutural pauta-se por categorias a priori que nos permitiram compreender o conflito, a dinâmica e a complexidade da realidade. Essa compreensão metodológica em sua superação dialética poderá levar a uma transformação social.

Para o materialismo dialético, o problema da correlação das categorias supõe uma escolha correta do princípio de partida, pelo aspecto ou pela relação fundamental e determinante do conhecimento, sendo a prática social o fator determinante do conhecimento. O ponto de partida deve ser as categorias de matéria, de consciência e de prática (CHEPTULIN, 1982).

Uma das categorias fundamentais da Dialética Histórico Estrutural é a matéria, havendo duas formas gerais de existência da matéria: o Espaço e o Tempo, assim o fenômeno turístico também se compõe por esta categoria.

Ao operar as categorias analíticas da dialética da contradição, teoria/prática e conflito pode-se ter “uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (GIL, 2007, p.32), e assim as relacionando com as categorias a posteriori de política/participação; sustentabilidade ambiental/sustentabilidade sociocultural; turismo/cultura.

Ao carregar, na unidade de seus contrários, o germe de uma nova fase, ou seja, em seu desenvolvimento histórico, a partir do advento da sociedade pós-industrial, o turismo estabelece um movimento de expansão e massificação que contradiz sua própria essência, a da diferencialidade, negando-se. Essas experiências do Turismo são conjuntos dentro de um conjunto mais amplo, na realidade global, em que se podem estabelecer relações dialéticas entre eles “recontextualizando” a cada experiência particular, no caso, as praticadas na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu e seu entorno.

Torna-se fundamental ver a unidade dos seus contrários, também, na sua cotidianidade, pois o Turismo está em permanente tensionamento, enquanto totalidade e entre suas categorias de análise e a realidade histórica em que ocorre.

2.3 O TERRITÓRIO DA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU.

2.3.1 Bragança: A Pérola do Caeté.

O município de Bragança está localizado no Nordeste do Estado do Pará, a 210 km da capital Belém, no polo turístico conhecido como Amazônia Atlântica. Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com os municípios de Santa Luzia do Pará e Viseu, a leste com os municípios de Augusto Corrêa e Viseu, e a Oeste com o município de Tracuateua (IBGE, 2010). O acesso ao município pode ocorrer através do Oceano Atlântico, via rio Caeté, pelas Rodovias BR-316 e BR-308, a partir da capital e, também por via aérea através de voos fretados.

Situada às margens do Rio Caeté, economicamente, Bragança:

[...] é marcada pela exploração marítima dos franceses da expedição de Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, que em 08 de julho de 1613, após a conquista do Maranhão, adentraram o território amazônico com o intuito de aumentar seus domínios. Esta expedição era composta por “homens cultos, como cientistas, geógrafos, botânicos”. Teriam explorado o local três anos antes de Francisco Caldeira Castelo Branco, com a intenção de estender suas conquistas, pois já se encontravam estabelecidos no Maranhão e em terras da Guiana” (NONATO DA SILVA, p. 01, 2007).

O município, fez parte da capitania do Gurupi, doada por Felipe III, da Espanha, por carta de 9 de fevereiro de 1622, a Gaspar de Souza, Governador geral do Brasil. Assim, em 1633, foi recorrido por Álvaro de Souza, filho do governador geral à Corte de Madrid, a posse da capitania por esta mesma ter sido transferida por Francisco Coelho de Carvalho a seu filho Feliciano Coelho de Carvalho. Em 1640, Álvaro de Souza fundou, sob o nome de Vila de Souza do Caeté, o primeiro núcleo populacional, que se situava à margem direita do Rio Caeté, que algum tempo depois, por problemas de comunicação com Belém, foi transferido para a margem esquerda do rio, onde atualmente se encontra a cidade de Bragança. O local do antigo povoado, nos dias atuais, ficou conhecida como Vila Cuera ou Vila que-era.

No ano de 1763 foi elevada a categoria de vila, pelo governador da província do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com o nome de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Bragança, sendo reconhecida como cidade no dia 2 de outubro de 1854, com o nome atual, por determinação do tenente-coronel Sebastião Rêgo Barros, Presidente da Província, cujo nome é uma homenagem aos membros da Casa Real de Bragança (NONATO DA SILVA, 2007).

Segundo o Plano Plurianual (PPA) 2012-2015, o município pertence ao polo de integração Rio Caeté⁴, que tem como prioridade o desenvolvimento dos segmentos turísticos de sol e praia e cultural. A partir de uma análise do diagnóstico realizado pelo governo do Estado quando da elaboração do Plano, verifica-se que o município se constitui como um dos mais importantes desse polo por sua importância econômica, principalmente, na área de serviços, indústria, comércio, agricultura, além de concentrar grande parte da população de tal polo com 24,11%, totalizando 113.227 habitantes (IBGE, 2010).

Bragança (imagem 1), também chamada de “Pérola do Caeté” é conhecida pela hospitalidade da população residente e pela diversidade de atrativos naturais e culturais existentes, com um conjunto arquitetônico diversificado. Segundo Nonato da Silva (2007, p. 02), “a arquitetura de época reflete a colonização europeia nos séculos XIX e XX, que foi fundamental para o desenvolvimento do município”.

⁴ O Estado do Pará está dividido, além da divisão do IBGE, por outra estrutura de separação sociopolítica do Estado, segundo Plano Plurianual 2008-2011 (PARÁ, 2008), o qual dividiu o território em 12 regiões de integração: (i) Araguaia; (ii) Baixo Amazonas; (iii) Carajás; (iv) Guamá; (v) Lago de Tucuruí; (vi) Marajó; (vii) Metropolitana; (viii) Rio Caeté; (ix) Rio Capim; (x) Tapajós; (xi) Tocantins; e, (xii) Xingu.

Imagem 01 - Vista da orla da Cidade de Bragança a partir do Rio Caeté

Fonte: Freitas, 2013.

Em relação à natureza, esta se constitui como um dos grandes atrativos do município. Além das praias, do manguezal, dos campos e dos igarapés, a natureza do lugar ainda oferece várias iguarias para a culinária local, que se destaca também como um importante atrativo para os visitantes, como o caranguejo, sururu, peixes, camarão, ostras e frutas regionais, como o açaí, taperebá (cajá), bacuri e a pupunha.

Como já tido anteriormente, Bragança tem seu foco turístico centrado no segmento de sol e praia, por situar uma das praias mais visitadas do Estado do Pará, a Praia de Ajuruteua, e no segmento cultural devido a Festividade do Glorioso São Benedito e a representação da Marujada⁵, que há 214 anos é uma das maiores expressões de religiosidade do Estado.

Os períodos de maiores fluxos turísticos do Município do ano, coincidem com o calendário de eventos da cidade, onde: em fevereiro, o Carnaval com várias programações na cidade e na praia; em junho quando acontece o Festival Junino, além de outras manifestações folclóricas; no mês de julho, em função do período de

⁵ O culto a São Benedito é um dos maiores e mais antigos de Bragança. Remonta a 1798, quando foi fundada a irmandade, que desde então tem mantido esta festividade. O ápice da festa, composta por diversos rituais, inicia-se no dia 18 de dezembro e termina dia 26 do mesmo mês, dia consagrado a São Benedito. [...] As danças da Marujada executadas por marujos e marujas compõem uma parte do ritual, como forma de agradecimento ao Santo por graças alcançadas. No dia 19 de novembro de 2009 através da Lei nº 7.330/09 a Marujada recebeu o título de Patrimônio Imaterial Cultural e Artístico do Estado do Pará. (BRAGANÇA, 2013, s/d, p. 140-141).

férias são realizados vários eventos como o Carnabragança (carnaval fora de época) e Ajurusol (programação de verão realizada pela Secretaria Municipal de Turismo) na Praia de Ajuruteua e na sede de Bragança; em setembro durante a primeira semana do mês acontecem os jogos alusivos à Semana da Pátria; em novembro, especificamente no segundo domingo do mês, acontece o Círio de Nossa Senhora de Nazaré; e por fim em dezembro a Festividade de São Benedito, com apresentações da Marujada e cultos religiosos, além das comemorações de final de ano.

2.3.2 Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu

O manguezal é um ecossistema de transição entre os ambientes terrestres e marinhos, que na costa brasileira possui cerca de 1,38 milhões de hectares de manguezais. Na costa Norte do país, os manguezais se localizam entre a foz do Rio Oiapoque, no Amapá, e a Baía de São Marcos, no Maranhão, configurando-se como um dos maiores cinturões de manguezais do planeta com aproximadamente 7.591,09 km² de manguezais contínuos, sendo que destes cerca de 2.176,78 km² encontram-se no Estado do Pará (SOUZA-FILHO, 2005; FERNANDES, 2003.).

O ecossistema de manguezal se constitui como de grande importância para diversas espécies de plantas e animais que necessitam desse bioma para sobreviver e para reproduzir, sendo esse um importante criadouro de peixes, camarões, ostras. Além disso, o mangue se apresenta como um protetor da costa, evitando o avanço do mar para a terra, funcionando como uma zona de transição entre a terra e o mar.

Ao longo dos anos, devido às diversas ações que o homem vem causando a esse ecossistema por conta da sua exploração econômica, o manguezal vem sofrendo diversas transformações biológicas. Na costa brasileira muito já se perdeu desse ecossistema, não só importante do ponto de vista ecológico, mas também do ponto de vista social e cultural, pois essas áreas também têm grande importância para as comunidades que nela habitam ou que dela necessitam para sobreviver.

Estas áreas além de possuir uma riqueza significativa de recursos naturais, nas áreas litorâneas também apresentam grande potencial turístico, fazendo com

que a intensidade de ocupação desordenada coloque em risco esse frágil ecossistema costeiro (TADAIESKY et. al, 2005).

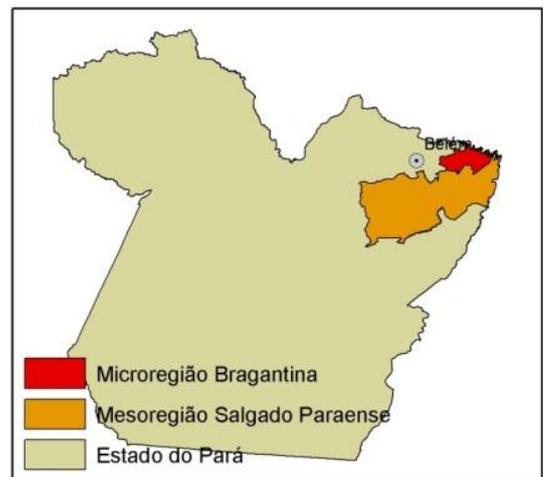
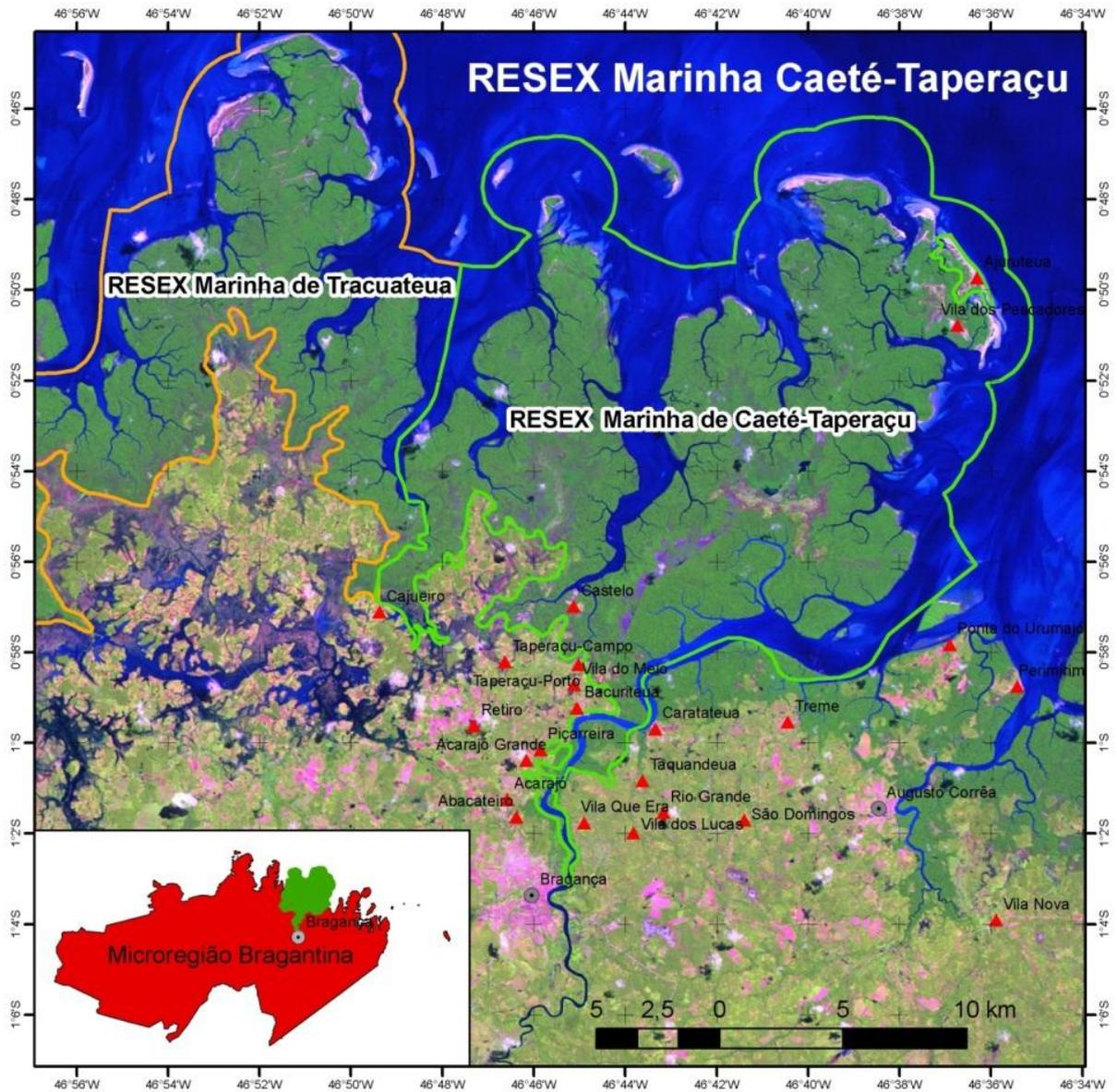
A criação de Unidades de Conservação em áreas de manguezal, principalmente a de Reservas Extrativistas, tem contribuído na busca por essa preservação, aliando as práticas de extrativismo à participação dos usuários dessas reservas na gestão dessas áreas. As reservas extrativistas na Amazônia, segundo o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), correspondem a “8.111.227,95 ha, ou seja, 98% da área de reservas extrativistas em 35 unidades. O Estado do Pará possui a maior área protegida com reservas extrativistas, compreendendo 15 RESEX's, somando 3.173.093,90 ha” (IBAMA, 2007, p.66). Nesse contexto, Fernandes (2003) aponta que:

Como um dos principais ecossistemas costeiros da Amazônia brasileira, os manguezais com suas plantas e animais oriundos da terra e do mar, também tomaram importante papel na história evolutiva das comunidades humanas litorâneas dessa região, tornando-se fonte indispensável de recursos, que tem promovido o estabelecimento e a sobrevivência dessas comunidades, até os dias de hoje. (FERNANDES, 2003, p. 09)

As RESEX's marinhas que foram criadas no litoral paraense surgiram motivadas a partir de ações realizadas na década de 1990, em conjunto entre o IBAMA e o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que recomendaram suas criações como uma “sugestão institucional, ou como uma espécie de oferta do governo em se criar reservas na região” (ABDALA *et al*, 2012a, pag.19). Nesse sentido foram realizadas diversas reuniões ao longo de seis anos que favoreceram a obtenção de apoio das comunidades e de entidades públicas e privadas.

Neste contexto, criou-se a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu pelo Decreto s/n, de 20 de maio de 2005, abrangendo uma área de aproximadamente 42.068 hectares, localizada na região costeira do Estado do Pará, no município de Bragança, conhecida também como microrregião bragantina (Figura 01). Abdala *etal* (2012a, pág. 19) destaca que a RESEX “foi estabelecida, dentre outras, com a intenção de reduzir o uso predatório dos recursos pesqueiros como caranguejos e peixes que dependem das extensas florestas de manguezal da Região Bragantina”.

Figura 01 - Área instituída como RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu



Fonte: ICMBio/ Núcleo de Gestão Integrada de Bragança-PA, 2012.

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu corresponde exclusivamente às áreas marinho-estuarinas e de manguezais, bem como as formações que venham a ocorrer dentro do bioma. Tem como limites ao norte cerca de 2,0 km ou uma milha náutica, a leste com a RESEX Marinha Araí-Peroba, localizada no Município de Augusto Corrêa, a oeste pelo Município de Tracuateua, limitando-se assim com a RESEX Marinha de Tracuateua e ao sul pela divisa do mangue com a terra firme.

No Estado, dentro da região de integração Rio Caeté, além da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, existem ainda outras quatro Reservas Extrativistas Marinhas, a saber: Araí-Peroba (Município de Augusto Corrêa), Chocoaré-Mato Grosso (Município de Santarém Novo), Tracuateua (Município de Tracuateua) e Gurupi-Piriá (Município de Viseu), todas sob gerência do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Como argumento a favor da importância acerca da biodiversidade, a Reserva Extrativista encontra-se em uma área conhecida como Reentrâncias Maranhenses e Paraenses, que se caracteriza por ser uma grande área estuarina que recebe uma grande quantidade de resíduos e nutrientes, fazendo com que o número e a diversidade de espécies sejam grandes, pois estes estuários são considerados berçários de diversos peixes, crustáceos, molusco e aves (OGX; HABTEC, s/d).

Ainda como recursos naturais existentes na RESEX pode-se dar destaque aos ecossistemas de manguezais⁶, campos naturais, campos salinos, capoeiras, rios, igarapés, praias, ilhas, apicuns, restingas e dunas (OLIVEIRA, 2007). Localizam-se em diversas ilhas, dentro do território da reserva, com uma significativa importância biológica, ninhas de inúmeras espécies de pássaros encontrados na região, como o guará, o marreco e a garça. Pode-se destacar as Ilhas: do Maciel, dos Pássaros, de Canelas e das Garças. Ao longo da Reserva Extrativista é possível avistar milhares de pássaros, tornando-se um espetáculo de grande beleza cênica.

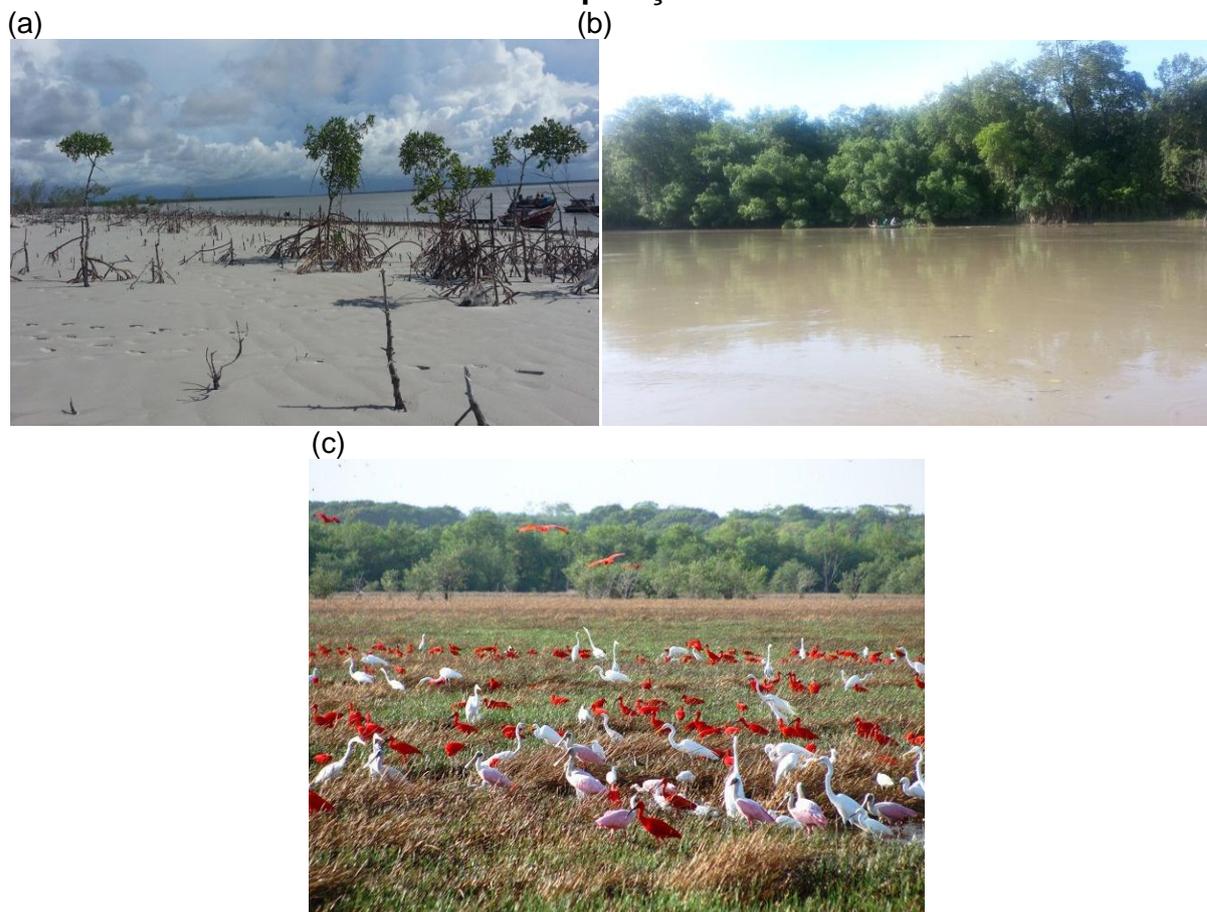
Predominantemente, a área dessa RESEX é constituída por manguezais que se reconhecem como espaços que sofreram e vêm sofrendo vários impactos

⁶ Ribeiro *et al.* (2010), através do levantamento das espécies, observaram na região do manguezal onde se localiza a Resex Marinha de Caeté-Taperaçu a presença predominante das espécies da flora do mangue a *Rhizophoramangle* (mangue vermelho), *Avicenniagerminans* (mangue preto ou siriúba) e *Laguncularia racemosa* (mangue branco ou tinteiro).

negativos em função da ação humana, seja na construção de estradas, pesca excessiva, retirada predatória de caranguejos, ostras, sururus, etc.

As diversas praias da costa desta UC, na sua maioria, são utilizadas pelos usuários da Reserva para abrigar os ranchos⁷ de pesca, principalmente, nos dias em que estão trabalhando. Caracterizam-se como pequenas praias com cerca de 1 km de extensão, onde se tem as Praias: da Mariquita, do Pilão (praia bastante extensa quando na maré baixa), do Esquece, do Maiaú e do Grilo.

Imagem 2 - Recursos Naturais existentes na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu



Fonte: Freitas, 2013 (imagens a,b); Repinaldo, 2012 (imagem c).

(a) Praia do Esquece; (b) Rio Taperaçu (c) Guarás (de cor avermelhada) e Garças (de cor branca).

Ressalta-se ainda que a Reserva é cortada por diversos canais de maré, igarapés e pequenos rios que são bastante utilizados pelos usuários, principalmente como via de deslocamento para as praias, áreas de coleta de caranguejo e pesca.

⁷ Os ranchos são pequenas moradias feitas de madeira retirada do mangue, que têm caráter provisório principalmente para os pescadores artesanais.

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu é composta por um total de 55 (cinquenta e cinco) comunidades, das quais apenas 3 (três) dessas encontram-se dentro do polígono da reserva, e o restante localiza-se no entorno, totalizando um número estimado de 6.000 usuários⁸. Essas comunidades foram divididas em oito polos⁹ para facilitar a sua gestão, sendo representadas pela Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu (ASSUREMACATA).

Em apoio às atividades extrativistas e de preservação dos recursos naturais da RESEX, os membros da comunidade são beneficiados por diversos programas sociais, como bolsa família, bolsa verde, além do seguro desemprego durante a época do defeso¹⁰ para os pescadores da Reserva.

Em relação às atividades produtivas desenvolvidas no território desta RESEX, o pescado tem grande importância para a região, sendo o responsável por grande parte da produção econômica do Município de Bragança (Tabela 1) – que na atividade pesqueira é o terceiro maior do Estado. A atividade de pesca na RESEX caracteriza-se como artesanal, onde pescadores concorrem com grandes empresas de pesca, que apesar da geração de um grande número de empregos, ocasionam impactos sociais e ambientais relacionados com práticas muitas vezes predatórias e extensivas. Essa atividade é predominantemente realizada pelos homens para as mulheres cabe o papel de fazer o remendo das redes de pesca e realizar a salga do peixe.

⁸Esses números de usuários podem ser alterados, pois, recentemente, houve um recadastramento que está revisando e atualizando os dados referentes às pessoas que vivem nas comunidades da RESEX e no seu entorno, a fim de identificar quem realmente sobrevive das práticas extrativistas, pois somente estes tem direito às políticas públicas específicas e ações de regularização fundiária para esta UC. (Abdala, *et al*, 2012)

⁹ Ver anexo.

¹⁰O defeso é o período em que a atividade pesqueira fica proibida para proteger determinada espécie, durante seu período de reprodução.

Tabela 1 - Desembarque Pesqueiro no cais do porto do Município de Bragança em toneladas (Abril/2006 a Abril/2007)

PERÍODO	TONELADAS
Abril/06	32.791
Maior/06	55.490
Junho/06	64.192
Julho/06	149.501
Agosto/06	153.498
Setembro/06	143.222
Outubro/06	81.570
Novembro/06	83.470
Dezembro/06	90.108
Janeiro/07	27.589
Fevereiro/07	54.319
Março/07	68.826
Abril/07	49.867
TOTAL	1.054.443

Fonte: PMB/SEMEP 2007

Os comunitários descreveram nas Oficinas de Planejamento Participativas (OPP's) de elaboração do Plano de Manejo, como se dava, na região, a pesca de modo tradicional, desde a época em que era realizada somente para a subsistência das famílias e da comunidade. Constatou-se que muitas vezes utilizavam apenas linha de anzol ou rede manual de pesca, mas num contexto de abundância de peixes. Entretanto, ao longo do tempo, outros apetrechos foram introduzidos no modo de pesca das comunidades, porém muitos desses são considerados instrumentos predatórios, como a fuzarca¹¹ que captura peixes de diversos tamanhos, sendo os pequenos descartados pelos pescadores por não serem comercialmente vantajosos.

O uso de tal apetrecho foi proibido dentro da Reserva pelo IBAMA, e consta essa proibição no seu Plano de Utilização. No entanto, ainda é bastante encontrado,

¹¹Fuzarca é um tipo de armadilha fixa de pesca. Trata-se de um petrecho ilegal, não seletivo e que causa uma altíssima taxa de mortalidade de qualquer tipo de peixe que é retiro nela. (ABDALA, 2012a)

principalmente na desembocadura do rio Taperaçu com o mar. Em pesquisa de campo realizada nessa região, foi possível encontrar 11 fuzarcas instaladas¹².

A falta de abundância do pescado em alguns pontos nos rios Caeté e Taperaçu, em decorrência do avanço da pesca intensiva faz com que alguns pescadores se desloquem para outras áreas, causando conflitos entre os diversos pescadores das diferentes comunidades, mesmo existindo um código moral entre eles que proíbe os pescadores de certas comunidades de utilizarem a área de outras.

Outro conflito se relaciona com as chamadas “geleiras” instaladas na região que se caracterizam como empresas de processamento de pescado que realizam atividades de pesca em mar aberto. Essas empresas são encontradas principalmente na comunidade da Vila do Bacuriteua, entorno da RESEX, onde ancoram embarcações de médio porte. No entanto, também podemos encontrar essas empresas na sede do município de Bragança, e nas comunidades do Castelo e da Vila do Treme.

Tais empresas trabalham com a pesca intensiva em alto mar e necessitam contratar pescadores como mão-de-obra, principalmente, os mais jovens que são facilmente atraídos por essas empresas de beneficiamento ao verem pescadores vindos “de fora” (em parte do Estado do Ceará) lucrando com esse tipo de pesca, acabando por largar a pesca tradicional, menos lucrativa.

A troca da tradicional pela pesca intensiva vem causando graves problemas sociais como os relacionados ao uso de drogas, oferecidas a esses jovens como forma de pagamento, o que favorece o abandono escolar, fato que pode ser comprovado pelas falas dos moradores das comunidades da RESEX quando da elaboração do Plano de Manejo da Unidade.

Outra atividade extrativista que se destaca na RESEX é a captura do caranguejo-uçá (*Ucides Cordatus*), que tem as mesmas características relacionadas aos impactos que ocorrem atualmente com a atividade pesqueira. Existe um indicativo, conforme afirmam os moradores do território em suas falas, de dano ambiental nos manguezais, onde antes era encontrado o caranguejo com mais facilidade e tamanho maior do que o capturado atualmente.

¹²Ver nos anexos, referente ao Plano de Utilização da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu quais os outros apetrechos de pesca que são proibidos.

Dessa maneira, o caranguejeiro necessita adentrar cada vez no mangue para encontrá-los e em tamanho reduzido, o que em parte se explica devido a falta de controle antes da criação da Reserva junto com a inserção de apetrechos de captura e pesca como o gancho¹³, objeto altamente predatório por ocasionar a quebra da carcaça do caranguejo e, conseqüentemente, seu descarte, aumentando assim a mortalidade desses animais¹⁴.

Em função da preocupação crescente com as áreas de mangues, anualmente em todo o país durante os meses de janeiro, fevereiro e março é instituído o defeso¹⁵ do caranguejo, que num intervalo de 15 em 15 dias, torna proibida a captura do animal para a venda, sendo permitida somente aos usuários do mangue a retirada para sua subsistência familiar, na quantidade máxima de 50 caranguejos durante. Fora do período de defeso, o caranguejeiro tem o direito de coletar 210 unidades por dia, de acordo com o Plano de Utilização da RESEX, do ano de 2005. Ressalta-se que é expressamente proibida a captura da fêmea do caranguejo, a condurua, em qualquer época do ano.

As mulheres pouco têm participação na captura do caranguejo-uçá, porém trabalham no beneficiamento da carne do animal que é chamada, na região, de catação, retirando somente a “massa” e também as patas maiores para fins de comercialização em feiras, bares e restaurantes. Entretanto, a catação vem sendo proibida nos últimos anos por problemas relacionados à higiene do processo, ocasionando a preparação de projetos para a abertura de inúmeras unidades de beneficiamento comunitárias, nas comunidades da RESEX, como na Vila do Treme, seguindo os padrões de qualidade da água e de manipulação do alimento.

No entorno da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, há ainda um expressivo número de olarias, de pequeno e médio porte, de proprietários tanto locais quanto da região de fora da Reserva, conforme (Abdala, 2012a), que também se utilizam da área da RESEX para extração das matérias-primas utilizadas na

¹³O gancho é uma ferramenta relativamente moderna, introduzida há poucos anos na região e consiste em um gancho de comprimento variável que é introduzido no buraco e conduz o caranguejo para fora do mesmo. O gancho permite alcançar buracos mais fundos, sem que seja necessariamente preciso debruçar-se sobre a lama (ABDALA *et al.*, 2012a, pag. 23)

¹⁴Ver nos anexos, referente ao Plano de Utilização da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu quais os outros instrumentos de captura do caranguejo que estão proibidos no âmbito da RESEX.

¹⁵O período de defeso do caranguejo na região também é conhecido “suatá”. (Plano de Utilização, 2005)

fabricação de seus produtos, tornando-se responsáveis pelo desmatamento de espécies arbóreas do mangue para servirem de lenha para as olarias.

Em relação aos produtos artesanais, a RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu possui três comunidades que produzem artesanato de barro, Vila do Taquandeuá, Vila de São Mateus e Vila Que Era, conforme Imagem 2 abaixo. Estas comunidades se localizam no entorno da UC e destacam-se pela produção artesanal de panelas de barro, e demais utensílios domésticos, como pratos, copos, jarros, refratários e *rechauds*.

Imagem 3 – Artesanato Tradicional da Vila Que Era



Fonte: Freitas, 2013

A produção é de âmbito familiar, sendo que em cada uma dessas comunidades produtoras de artesanato, apenas uma família trabalha com este tipo de arte popular com fins de comercialização, porém na comunidade do Taquandeuá, a família produtora restringe as peças para consumo e não tem interesse de voltar sua produção para venda.

Além de ser vendida para pessoas das comunidades, é utilizada por alguns restaurantes de Bragança e de Belém, chegando até a ser exportada, em pequena escala, para outros países como a França. De maneira geral, toda produção artesanal das comunidades recebe o apoio técnico do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Secretaria Municipal de Turismo de Bragança, quanto à promoção, divulgação e apoio para a participação de eventos e demais ações.

Ressalta-se que na Vila dos Pescadores, comunidade que se encontra dentro do polígono da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, as mulheres trabalham com a fabricação de esculturas a partir de “restos de mangue”, como troncos, galhos, carcaças do caranguejo, entre outros e materiais marinhos.

Entretanto, ainda não existe por parte de nenhum órgão público apoio quanto à comercialização destes produtos, que são vendidos somente na Praia de Ajuruteua.

Além do artesanato de barro, algumas comunidades no entorno da UC desenvolvem práticas de trabalhos manuais, utilizando-se de retalhos de tecidos, conchas, sementes de açaí, garrafas pets, entre outros. Tais produtos tornaram-se alvo de projetos que são apoiados pela Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social (SEMTRAPS), através de programas operados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tendo como objetivo levar às mulheres de diversas comunidades de Bragança uma alternativa para a geração de renda. Estes produtos são comercializados em feiras de artesanato locais, em eventos municipais e estaduais.

Em relação à produção advinda da agricultura familiar, a principal atividade desenvolvida associa-se à cultura da mandioca voltada para a produção de farinha de diversos tipos, d'água, lavada, de tapioca, farinha fina, além de outros produtos derivados do processamento da mandioca, como o tucupi, a goma (polvilho), beiju, mandicoera, maniva, largamente utilizados pela culinária regional. Em quase todas as comunidades da Reserva Extrativista predomina a fabricação da farinha, seja para consumo próprio ou para fins de comercialização, Imagem 4. Além da mandioca, também se destaca a produção de “feijão, fumo e arroz” (Abdala *et al*, 2012a, p. 23).

Imagem 4 - Casa de Farinha na Comunidade do Jandiaí, entorno da RESEX



Fonte: Freitas, 2013.

A cultura da produção da farinha de algumas comunidades da RESEX recebe o apoio de um projeto de revalorização do modo de fazer e embalar o produto visando agregar valor ao mesmo. Dessa maneira, foi retomado uma antiga forma

de embalagem conhecida como paneiro – produzido com talos e folha da guarumã¹⁶ – que reflete a tradição local e ao mesmo tempo chama atenção para a singularidade do produto, contrapondo-se com a farinha que é embalada e vendida em sacos plásticos.

Também se destaca a produção de mel de abelhas, que existe há dezesseis anos com maior incidência nas comunidades que se encontram no solo de terra firme, que utilizam, além da florada de árvores frutíferas, a florada do mangue para a produção de mel, totalizando cerca de 8 hectares. As espécies utilizadas são a apis e a uruçú e sua produção é vendida para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o município de Bragança, para a merenda escolar, bem como para a cidade de Macapá, capital do Amapá e outras empresas paraenses de alimentos.

Os produtores de mel estão organizados em torno da Associação dos Criadores e Criadoras de Abelhas de Bragança (AMELIAPIS) com 45 famílias associadas que recebem assistência técnica da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e da Federação dos Apicultores do Pará (FAPIC), assessorando-os na produção, no acompanhamento, na venda e comercialização, e ainda na obtenção do selo de produto orgânico.

Quanto às manifestações culturais, as comunidades do entorno possuem diversos grupos folclóricos como os de boi-bumbás – nas comunidades de Vila do Meio, Acarajó – e o Grupo Pássaro Junino¹⁷, na comunidade do Tamatateua, um dos poucos que ainda resistem no município, além de um grupo em Belém este é o único que ainda apresenta este tipo de manifestação cultural.

As comunidades do entorno da RESEX também realizam diversas celebrações que reverenciam a lavoura, a pesca e o caranguejo, bem como as festividades em louvor aos santos católicos. Tais manifestações e celebrações

¹⁶“O Guarumã, ou *schinasiphonobliquus*, é uma palmeira típica das beiras dos igarapés e igapós da microrregião do salgado, largamente utilizado na fabricação de utensílios que fazem parte do processo de beneficiamento artesanal da mandioca e seus derivados” (BRAGANÇA, 2013, pág. 125).

¹⁷“Os pássaros são uma tradição popular que existe há mais de cem anos. Seus brincantes cantam, dançam, interpretam. É um teatro completo. Um teatro feito pelo povo. Existem dois tipos de pássaros hoje. Um mais rural, chamado também Cordão de Pássaro ou Pássaro MeiaLua, por se apresentar em espaços abertos, mantendo seus integrantes o tempo todo em cena, numa estrutura semicircular. Outro mais urbano, característico da capital, chamado Pássaro Melodrama Fantasia, que absorveu elementos das óperas e operetas apresentadas no Theatro da Paz, no período faustoso da borracha.[...] Também conhecido como ópera cabocla.[...] O tema é sempre o mesmo: a caçada, morte e ressurreição de um pássaro” (MAUÉS, 2013, pag. 37).

servem como meio para angariar fundos para a construção de igrejas, centros comunitários e tudo o que for conveniente para o bem estar da comunidade, bem como para reforçar os laços comunitários de identidade cultural, que estão profundamente relacionadas com os modos de vida local e de construção coletiva do sentimento de pertencimento.

Ressalta-se que nas comunidades da Praia de Ajuruteua (Campo do Meio), Acarajó, Treme, Caratateua, registra-se a presença de grupos folclóricos de dança de Quadrilha Junina com a chamada quadrilha moderna, muito popularizada no Estado do Pará. Estes grupos se apresentam em Festivais Juninos em diversos municípios próximos de Bragança, na própria cidade e na capital do estado, disputando concursos, bem como participando de festas juninas realizadas pelas próprias comunidades.

Outras manifestações culturais são realizadas nas comunidades de âmbito da RESEX, bem como as de seu entorno, que necessitam de um levantamento maior por meio de estudos culturais etnográficos mais aprofundados, bem como dos aspectos socioeconômicos envolvidos que ali são desenvolvidos.

Quanto ao acesso às comunidades, este se dá por uma extensa malha viária, composta por estradas de terra e ramais que interligam as comunidades da Reserva e para algumas comunidades o acesso também pode ser feito através dos rios Caeté e Taperaçu, como as comunidades da Vila Que Era, Vila do Treme, Vila do Caratateua e Vila do Castelo, que também se utilizam dos rios para realizar seu deslocamento até a cidade de Bragança.

Em relação aos serviços de saúde, existem Postos de Saúde da Família (PSF) nas comunidades da RESEX e do seu entorno, realizando consultas médicas, pequenos procedimentos de enfermagem, atendimento odontológico, além de visitas domiciliares pelos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) que promovem palestras de educação em saúde, entrega de medicamentos, mutirões de combate de endemias entre outros serviços (BRAGANÇA, 2013).

Quanto à rede de educação, funcionam escolas municipais e estaduais nas comunidades usuárias da Reserva Extrativista que contemplam desde a educação infantil até o ensino fundamental. No caso do ensino médio, os alunos necessitam se deslocar até a sede do município de Bragança devido à carência de escolas desse nível nas comunidades. O transporte é ofertado pelo Município realizado por empresas contratadas para fazer esse serviço e ônibus escolares.

2.3.4 Praia de Ajuruteua

Como salientamos, a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu é composta de diversos recursos naturais, tanto no que se refere ao seu polígono como os de seu entorno, destacam-se as diversas praias existentes no referido território que servem de abrigo e moradia para os extrativistas e as para atividades de lazer e de turismo praticadas de maneira predatória. Dessa maneira, como recorte aponta-se nessa pesquisa, a Praia de Ajuruteua devido a sua importância e destaque no contexto regional.

Ajuruteua é uma praia banhada pelo Oceano Atlântico, sendo uma das que mais atrai turistas no litoral paraense, bastante disputada durante o veraneio no mês de julho e nas férias escolares, bem como em diversas ocasiões festivas ao longo do ano. Nessas datas, a praia fica tomada por milhares de pessoas.

O acesso à praia se faz por rodovia estadual PA-358, que corta cerca de 27 km de manguezal, distante 36 km da sede do Município de Bragança, no Estado do Pará (BRAGANÇA, 2013), estrada essa que para ser construída sacrificou parte do manguezal através do aterramento, causando graves impactos ambientais, que serão descritos mais à frente. O turismo na Praia de Ajuruteua se intensificou com a chegada desta rodovia, que foi construída para melhorar o deslocamento das famílias que ali residiam e com fins de alavancar o turismo na região (MANESCHY, 1993).

A região da Praia de Ajuruteua é composta por três comunidades: Vila do Bonifácio, Vila dos Pescadores e Vila do Campo do Meio (Imagem 5) – essa última, concentra o maior fluxo de turistas nos períodos demandados. Entretanto, as três vilas são conhecidas e retratadas como Praia de Ajuruteua. Por isso, a Vila do Campo do Meio será abordada como tal daqui por diante para melhor compreensão dos leitores.

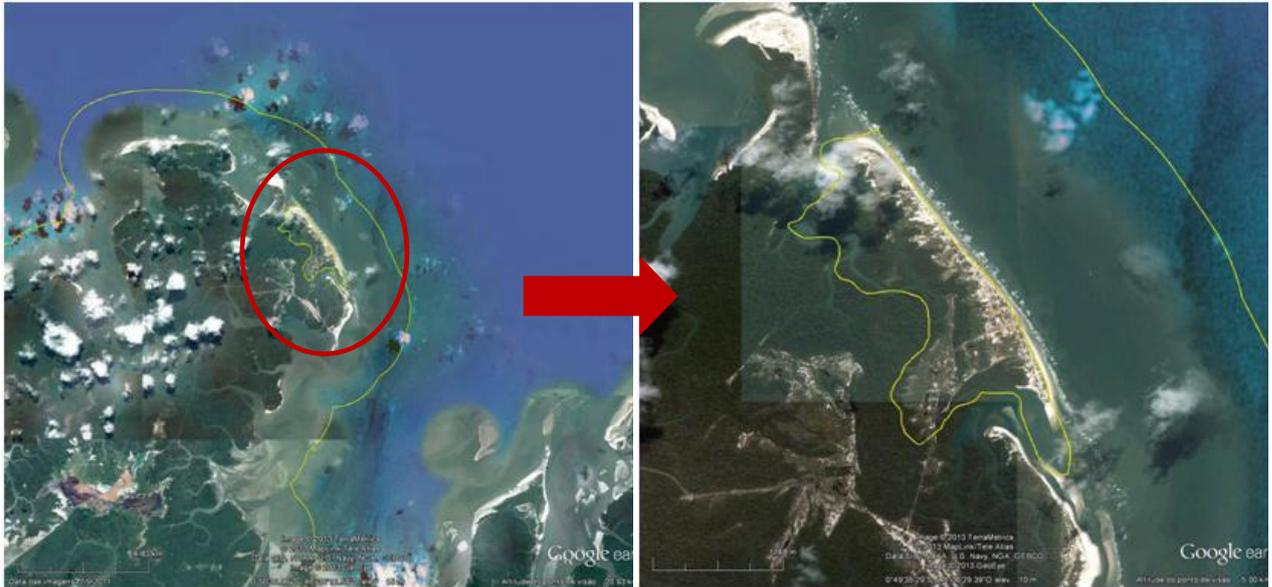
Imagem 5 - Vila do Campo do Meio (Praia de Ajuruteua)



Fonte: Freitas, 2013.

A área da Vila do Campo do Meio encontra-se dentro da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, na porção mais ao nordeste desta, que por conta da atividade turística já ser bastante desenvolvida na praia e para “evitar” conflitos em relação ao uso da terra, quando da criação da Reserva Extrativista, esta área da praia ficou fora do espaço delimitado para a Reserva, sendo conhecida como um polígono de exclusão, onde na Figura 2 a seguir, podemos verificar que ela fica como se fosse uma ilha no meio da Reserva. As outras duas comunidades: a Vila do Bonifácio e a Vila dos Pescadores, no entanto, fazem parte do âmbito da RESEX, sendo caracterizadas por vilas em que moram predominantemente famílias de pescadores e caranguejeiros.

Figura 2 – Área de abrangência da Praia de Ajuruteua contida na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu



Fonte: ICMBio (2013).

O advento do turismo, pode se dizer que teve início no ano de 1974 com a intervenção do governo do Estado do Pará ao iniciar as obras de construção e asfaltamento da estrada que liga a sede do município de Bragança à Praia de Ajuruteua, sua conclusão se deu no ano de 1983, junto com a construção de seis pontes em canais de maré ao longo da estrada. Até a década de 1980, antes da inauguração da estrada, o acesso à região da Praia de Ajuruteua, era feito somente através de embarcações pelo rio Caeté que banha a região; o local era pouco habitado com a presença predominante de pescadores, sendo mínimo o número de visitantes que ali chegavam, por esta rota.

Atualmente, o que se vê é o aumento do fluxo de visitantes, havendo fortes indícios de massificação do turismo em tal território, principalmente nos meses de férias e de grandes eventos do município com a concentração excessiva de pessoas numa mesma área, vindas de diversos Municípios do estado e organizadas, em grande parte através de excursões vindas da capital, Belém.

Verifica-se que com o aumento do turismo, a Praia de Ajuruteua, ao longo dos anos, passou por diversas transformações, principalmente as que se referem aos aspectos ambientais e também à infraestrutura.

Houve a expansão de construções irregulares sob as dunas de areia da região que colaboram com a destruição das mesmas, contribuindo cada vez mais com o avanço do mar sobre esse território e, fazendo com que a faixa de areia

apresente diversos entulhos e restos de construções, que causam impactos ambientais para esta área. Como exemplo disso, Ajuruteua há alguns anos ficou conhecida como a praia com aparência de favela, devido ao grande número de barracas de madeira que se acumulam ao longo desta. Estas casas e estabelecimentos são construídos em madeira ou alvenaria, sem nenhum critério técnico, com grande precariedade de fiscalização dos órgãos competentes.

Imagem 6 - Exemplo de construção desordenada na orla da Praia de Ajuruteua



Fonte: Letícia Freitas, 2013

Estas imagens retratam uma praça que foi construída na orla da Praia de Ajuruteua há cerca de oito anos atrás, que devido as grandes ressacas de maré ocorridas ao longo desses anos, no mês de março deste ano não resistiu e entrou em processo de desmoronamento, onde parte do concreto destruído se encontra sobre a faixa de areia.

Em relação à infraestrutura turística, na Praia se encontra certa estrutura hoteleira, com pousadas, hotéis, bares e restaurantes¹⁸, quiosques de venda de comidas, pequenos comércios de produtos alimentícios diversos, lojas de artigos de praia, etc., conforme pode ser constado na Tabela 2, elaborada a partir de dados secundários com a intenção de facilitar a compreensão adequada do contexto local. Dessa maneira, boa parte das pousadas e restaurantes ficam fechadas ao longo do ano, abrindo apenas nos períodos em que há aumento da demanda. Os outros estabelecimentos que ficam abertos ao longo do ano são de propriedade de pessoas que moram na praia.

¹⁸Em sua grande maioria, estes estabelecimentos funcionam tanto como pousada ou hotel como bar ou restaurante (ver BRAGANÇA, 2013).

Tabela 2 - Estabelecimentos comerciais e turísticos na Praia de Ajuruteua

Tipo de Estabelecimento	Quantidade
Bares	7und.
Pousadas ou Hotéis	3und.
Pousada e Bar	27 und.
Quiosques	7und.
Farmácia	1und.
Padaria	2und.
Loja de Souvenirs	3und.
Mini-mercado	4und.

Fonte: Bragança, 2012; Pereira, 2006; Freitas, 2013 (pesquisa *in loco*).

Quanto à área de saúde, existe uma Unidade de Saúde da Família (USF) localizada na Vila do Bonifácio, que atende a população das três comunidades, com trabalhos preventivos. Caso seja imprescindível que a população tenha tratamentos mais específicos ou em casos de emergência é necessário o deslocamento até a sede de Bragança ou muitas vezes a capital do Estado, Belém do Pará (BRAGANÇA, 2012).

A coleta de lixo feita na região é precária, realizada geralmente uma vez por semana. Ao longo da praia não se vê lixeiras, nem containers para coleta do lixo, que também não é realizado de maneira seletiva. Em algumas caminhadas na praia em questão, foi possível observar centenas de garrafas pets localizadas na parte debaixo dos restaurantes, bem como latas, restos de comida, de coco, sacos plásticos, etc.; fato que se agrava durante períodos de grande fluxo de pessoas, como no mês de julho e durante o réveillon, em que se encontra grande acúmulo de lixo e sujeira ao longo da faixa de areia, que muitas vezes acabam sendo levados pelas águas do oceano.

Em relação à educação, há duas escolas, sendo uma na Praia de Ajuruteua e outra na Vila do Bonifácio, todas de nível fundamental. Para concluir os estudos, o estudante deve fazer igual ao que se faz nas outras comunidades do município: se deslocar até a sede de Bragança, através de transporte escolar.

Diante disso, os problemas que o território da Praia de Ajuruteua apresenta tem como uma das principais causas, o desordenamento do espaço que em parte se dá pela ingerência do local, onde governo municipal, estadual e federal, através da

Superintendência de Patrimônio da União (SPU), lançam uns aos outros a responsabilidade sobre a gestão do local, o que ocasiona uma completa falta do Estado atuando no local, o que será analisado de forma relacional com o tema Turismo e seus Impactos Socioculturais, no capítulo seguinte desta dissertação.

3. SUSTENTABILIDADE SOCIOCULTURAL NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERAÇU

3.1 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O turismo tem se desenvolvido especialmente em áreas de grandes belezas naturais. O Brasil é um país rico em biodiversidade, com ecossistemas diversificados, distribuídas por todo o território brasileiro, como a Mata Atlântica, o Pantanal, o Cerrado, a Caatinga e a Amazônia, esta última, conhecida mundialmente pela rica diversidade de fauna e flora. Sabemos que tais ecossistemas sofrem com o processo de destruição devido “a exploração irracional dos recursos naturais, como mineração predatória, grandes plantações destinadas à exportação (como da soja, no cerrado goiano) e uso extensivo da terra para pastagens em vários pontos do país” (DIAS, 2007, p. 131).

Nesse cenário, surgem inúmeras possibilidades de exploração dessa biodiversidade, como o turismo que pode colaborar enormemente com a conservação desses ecossistemas, além de possuir baixo potencial impactante ao meio ambiente comparativamente com a mineração e o agronegócio. Soma-se a isso a possibilidade do turismo promover o desenvolvimento socioeconômico, beneficiando as comunidades locais.

No entanto, em alguns casos se verifica que pela falta ou implantação de uma infraestrutura inadequada, ocupação desordenada do território através da especulação imobiliária, da falta de gestão adequada das atividades turísticas, o turismo acaba por tornar-se predatório aos ecossistemas naturais, além da falta de conscientização sobre a proteção do meio ambiente por parte das pessoas que os visitam.

O desenvolvimento do turismo nessas áreas, então, deve ser uma alternativa para desestimular atividades predatórias, dando lugar para um turismo que seja mais seletivo, em lugares que a natureza esteja mais preservada e com pouca interferência das ações predatórias do homem.

Em busca do equilíbrio da relação preservação da natureza/desenvolvimento, as pesquisas sobre a prática turística em espaços naturais no Brasil se

intensificaram. Numa revisão da literatura verificou-se uma gama diversificada de estudos, seja para propor modelos e guias de “como fazer turismo” nestas áreas, bem como para medir o grau de impacto ocasionado pelo turismo, ou ainda para se conhecer qual a percepção que a comunidade local tem, acerca do desenvolvimento do turismo em seu território, entre outros aspectos relacionados ao estudo do turismo de norte a sul do país.

Dentre os estudos voltados para o desenvolvimento do turismo e a conservação da natureza, destaca-se como recorte o turismo praticado em Unidades de Conservação (UC's) que vem aumentando nos últimos anos pela oportunidade de preservação dos recursos naturais e culturais existentes, “com um crescimento mundial estimado entre 10% e 30% ao ano” (MMA, 2006, p. 07).

Acredita-se que essa atividade quando realizada em ambientes naturais de grande beleza cênica permite ao turista a vivência do bucólico e de uma vida diferente de sua normalidade, aliando a isso a possibilidade de ser uma alternativa de renda tanto para as populações residentes como para as do entorno, assim como para as comunidades tradicionais e indígenas, por meio da venda de artesanato, culinária típica, serviços diferenciados, ao mesmo tempo em que geram empregos e divisas que estimulam a diversificação da economia local.

Porém, o grande desafio consiste em fazer com que o turismo se desenvolva harmonicamente e de maneira integrada para que não venha a prejudicar a manutenção dos processos ecológicos, a diversidade sociocultural e os conhecimentos tradicionais das populações residentes e do entorno, bem como a conservação da biodiversidade (MMA, 2006).

Pensando nessa problemática crescente, em 2008, criou-se o Programa de Turismo nos Parques – trabalho conjunto entre os Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Ministério do Turismo (MTur), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) – com o objetivo de estruturar e promover o turismo nos Parques Nacionais, através do “desenvolvimento de um turismo responsável e integrado à diversidade sociocultural, aos conhecimentos tradicionais e à conservação da biodiversidade” (BRASIL, 2006, p. 3).

O Programa surgiu a partir de estudos elaborados no chamado Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais, que escolheu 25 parques nacionais que já possuem o turismo implantado, bem como as regiões e

municípios do seu entorno. Então, foram selecionados, primeiramente, seis parques que foram priorizados no que se refere a investimentos e desenvolvimento de ações conjuntas, servindo assim como piloto para o projeto. Estes parques são:

- Parque Nacional de Aparados da Serra (RS/SC);
- Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO);
- Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (MA);
- Parque Nacional do Jaú (AM); e
- Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ).

Além deste programa, o ICMBio também apoia e desenvolve diversos projetos de turismo nas diferentes categorias de Unidades de Conservação brasileiras, que permitam em sua legislação a prática da atividade turística por meio do estabelecimento de um Plano de Manejo em que constem os princípios e diretrizes para o adequado controle e a gestão eficaz da atividade.

Mas o que são as áreas naturais protegidas e as Unidades de Conservação e por que elas surgiram? Devido o aumento da população mundial e o crescimento da necessidade de exploração dos recursos naturais em prol do desenvolvimento, aumentou a preocupação do homem com a conservação da natureza.

O aumento da exploração predatória dos recursos naturais fez surgir a necessidade de criação de áreas de proteção que pudessem suportar a pressão pelo consumo do meio ambiente e que necessitassem ser conservadas por sua importância biológica e natural. É nesse contexto que se consolida a ideia de constituir áreas naturais protegidas (SANTOS, 2006).

Essas áreas naturais protegidas são entendidas como “superfícies de terra ou mar consagrada à proteção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada por meios jurídicos e outros eficazes”, de acordo com a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) (apud COSTA, 2002, p.12).

Em perspectiva histórica, no final do século XIX foi criada nos Estados Unidos a primeira área natural protegida, o Parque Nacional de Yellowstone e, a partir daí diversos países criaram parques com o objetivo de conservar as suas áreas naturais. No Brasil, a primeira Unidade de Conservação criada foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937; logo em sequência foram criados no ano de 1939, o Parque

Nacional de Iguaçu, no Estado do Paraná, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, no Rio de Janeiro (COSTA, 2002).

No Brasil, as Unidades de Conservação são legalmente instituídas pelo poder público, assim como sua forma, função e limites, tendo como objetivo promover a preservação do ambiente natural. Segundo Santos (2006, pag. 24), essas Unidades de Conservação “foram organizadas de acordo com conceitos e objetivos dispostos a melhorar as condições do ambiente de uma área”.

Visando dar condições administrativas e legais para a preservação ambiental, no dia 18 de julho do ano 2000, foi instituída a Lei nº 9.985, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), constituído pelo conjunto das Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais, definidas conforme o artigo 2º de tal documento, como sendo:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limite definidos, sob o regime especial da administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000, art. 2º)

A lei do SNUC tem como principal objetivo a contribuição para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais, e a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais, através da promoção do desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, valorizando econômica e socialmente a diversidade biológica através da proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

A lei em pauta apresenta diversas diretrizes para que o conjunto das Unidades de Conservação salvasse o patrimônio biológico existente. De acordo com a legislação ambiental brasileira, as UC's se dividem em dois grupos, com características específicas: as Unidades de Proteção Integral e as Unidades de Uso Sustentável.

As Unidades de Proteção Integral têm como objetivo básico a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos na lei do SNUC. São categorias de proteção integral as

unidades classificadas em: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre.

De um modo geral, tais UC's limitam a utilização dos recursos disponíveis, e a pesquisa científica somente é permitida mediante autorização prévia do órgão competente. Nesses casos, a visitação pública é permitida, exceto para as Estações Ecológicas e Reservas Biológicas, cuja visitação é permitida apenas com fins educacionais. Ressalta-se que nos Parques Nacionais é permitida a prática do turismo ecológico.

Quanto às Unidades de Uso Sustentável, elas visam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. São categorias de uso sustentável as unidades classificadas em: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Nessas Unidades, observa-se a possibilidade de serem constituídas terras públicas e privadas, permitindo a pesquisa científica e a visitação pública, sendo possível também desenvolver atividades de turismo.

Recomenda-se que a criação de Unidades de Conservação, principalmente as de Uso Sustentável devam, preferencialmente, ser de interesse da população, seja ela direta ou indiretamente atingida por esta, já que de nada vale criar um instrumento voltado para a biodiversidade local sem a participação da população nativa que deve tentar garantir seus interesses e se sentir parte do processo.

Recortando ainda mais o objeto de estudo, o presente trabalho se detém na categoria Reservas Extrativistas que se caracterizam como uma modalidade de Unidade de Conservação que foi criada pelo Movimento Social dos Seringueiros do Acre, e atualmente atinge diretamente no Brasil cerca de 50 mil pessoas (BECKER, 2006), a qual é um espaço territorial destinado à exploração e conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações tradicionais.

A concepção de Reserva Extrativista surgiu no Acre na década de 1970, a partir da necessidade dos seringueiros e indígenas de defender os meios de sobrevivência, pois se acreditava, naquela época, que a terra tinha mais valor

quando estava “limpa”¹⁹ e sem floresta, já que esta era considerada um obstáculo ao “desenvolvimento” da expansão da pecuária extensiva, o que “redundou em um fluxo migratório do campo para os centros urbanos” (SÁ *et al*, 2000, p. 5), das pessoas que viviam em função do extrativismo da borracha.

Devido a esse acontecimento, em 1976, o grupo em questão começou a se organizar resultando no surgimento do Movimento Social Extrativista que foi organizado com a colaboração dos Sindicatos de Trabalhadores Turais, em particular do Sindicato de Xapuri (AC), que era liderado por Chico Mendes (BECKER, 2006). As populações tradicionais que se viam obrigadas a abandonar as terras que habitavam, começaram a resistir a esse modelo de desenvolvimento visto somente de modo exógeno, o que acabou por contribuir para a consolidação de uma identidade dessas comunidades tradicionais, voltadas basicamente para o extrativismo.

Acredita-se que em tais áreas é possível promover o desenvolvimento sustentável, equilibrando interesses ecológicos de conservação ambiental, com interesses sociais de melhoria de vida das populações residentes. Estas estão classificadas em duas: Reserva Extrativista da Amazônia e Reserva Extrativista Marinha (SANTOS, 2006).

Na Amazônia, viu-se na criação das Reservas Extrativistas uma oportunidade alternativa de integrar a conservação dos recursos naturais existentes nas áreas destinadas à conservação, às atividades produtivas (BECKER, 2006). Nesse sentido, tem-se que Reservas Extrativistas, conforme o SNUC são:

[...] uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. (BRASIL, 2000, art. 18)

Ainda como esforço para definir o conceito de Reserva Extrativista em 1988 foi produzido um documento final do seminário organizado pelo Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), chamado de Carta de Curitiba, onde definiram algumas

¹⁹A palavra “limpa” está sendo utilizada no sentido de demonstrar que na década de 1970, devido à expansão da pecuária extensiva, o fato de haver grandes espaços com florestas dificultava a pecuária, devido essa necessitar de grandes pastagens para alimentação do gado, por isso se desmatava a floresta para dar lugar a essas pastagens.

características básicas das Reservas Extrativistas (apud BECKER, 2006 p. 356) listadas abaixo:

- Representam a regularização de áreas ocupadas por grupos sociais extrativistas que têm como fonte de subsistência, produtos nativos da floresta e que os exploram de modo sustentável. Podem também ser utilizadas para populações que possuem tradição na exploração e recursos florestais e que, por razões de política regional, foram removidas de suas áreas de origem e queiram a elas retornar;
- Áreas que apresentam potencial extrativista ou aquelas em que se desenvolve uma produção extrativa sustentável, cuja exploração não acarrete a exaustão de seus recursos naturais;
- Áreas criadas na base de procedimentos legais que reconheçam e legalizem áreas de extrativismo sustentado. O instituto jurídico usado é o sistema de “concessão de uso” – direito de usufruto –, para populações locais que possuam a tradição de exploração racional dos recursos florestais, organizadas em associações ou cooperativas. São criadas em áreas de domínio público, ou de domínio privado que tenham sido expropriadas para tal fim, por um período de 30 anos.
- Seus objetivos são a conservação do meio ambiente, o suporte às populações locais que desempenham atividades econômicas não predatórias, a busca pela pesquisa científica com vistas ao aumento da produtividade extrativista e a melhoria das condições de vida das populações amazônicas. Neste sentido, as RESEX's possuem dupla característica, uma vez que são, ao mesmo tempo, unidades de produção e de conservação, o que lhes confere estabilidade.
- Representam um tipo de reforma agrária adaptada às condições regionais.
- Devem constituir-se no manejo social dos recursos naturais; dentro das RESEX's, devem ser respeitadas a cultura e as formas tradicionais de organização e de trabalho (Carta de Curitiba, 1988).

Essa categoria de UC destaca-se por prever o uso dos recursos naturais existentes pelas populações extrativistas tradicionais, que dependem diretamente de tais recursos para sua subsistência. Entende-se que os recursos dessas UC's são de domínio público e por isso o seu uso é concedido às populações que se tornam beneficiárias por meio do estabelecimento de um contrato, conforme o regulamento que consta nessa mesma lei.

As Reservas Extrativistas foram oficialmente reconhecidas somente em 1991, através do Decreto Presidencial nº 98.987, de 30 de janeiro de 1991. Becker (2006) reforça a importância das RESEX para as populações tradicionais, pois:

A proposta das RESEX's, em vez de ser um meio de transição para o trabalho assalariado, valorizou as formas tradicionais de apropriação da natureza mediante o uso coletivo da floresta. Tais práticas estão sendo repensadas a partir de um novo paradigma – o da sustentabilidade.[...] (BECKER, 2006, p. 354)

A importância que a criação das Reservas Extrativistas tomou não se dá apenas no aspecto ambiental, como podemos identificar, pois, ao menos no papel, existe uma valorização das relações comunitárias que podem vir a favorecer o fortalecimento sociocultural de suas identidades e práticas, bem como as relações econômicas existentes, buscando um equilíbrio entre os três aspectos fundamentais da sustentabilidade – econômico, ambiental e sociocultural. Dessa maneira, as populações tradicionais começam a ser valorizadas e se reconhecem como atores sociais ativos com um importante papel no alcance da sonhada sustentabilidade dessas áreas.

A participação das comunidades não deve se restringir somente à luta pela conservação dos recursos naturais, atuando através do seu conhecimento tradicional a favor do planejamento e gestão desses territórios, mas também como uma forma de reivindicar as melhorias necessárias relacionadas à sua sobrevivência e qualidade de vida, como saúde, educação, transporte, etc.

Nesse quesito, o desenvolvimento do turismo nas Reservas Extrativistas pode favorecer a diversificação das formas de participação dessas localidades, se realizado de acordo com os anseios da(s) comunidade(s) que nela vivem ou que dela retiram seu sustento diário. Inegavelmente a comunidade tem papel fundamental na concepção do turismo sustentável, voltado para a proteção dos recursos naturais e da cultura local, e que efetivamente traga benefícios para todos os envolvidos. Sob esse ponto de vista, Mielke (2009) reforça que:

Para que a atividade turística efetivamente se converta em um elemento propulsor de desenvolvimento local é fundamental um alto grau de integração horizontal, ou seja, entre os atores locais, mas não podemos obviar a integração vertical, aquela entre os atores no destino e os de origem dos fluxos, sempre considerando que todos devem ter benefícios e responsabilidades. (MIELKE, 2009, p. 09)

Além disso, para que o turismo nessas Unidades de Conservação seja provedor de diversos benefícios, se faz necessário melhorar o uso dos recursos

ambientais existentes, procurando manter os processos ecológicos essenciais da área, e o turismo deve ajudar a preservar esses recursos, os modos de usos tradicionais e a biodiversidade biológica.

A partir disso, torna-se fundamental respeitar a autenticidade sociocultural e os valores tradicionais das comunidades receptoras e assegurar que as atividades realizadas sejam viáveis em longo prazo, levando benefícios socioeconômicos e culturais não somente para eles, mas para todos os agentes envolvidos.

Para que o turismo nessas UC's seja desenvolvido de maneira a suprir todos os anseios propostos, também se coloca a importância do planejamento adequado da área numa perspectiva a curto, médio e longo prazos. Quanto a isso, Fontoura e Silveira (2008, p. 03) afirmam que o planejamento deve ser realizado de "forma integrada e sustentável, integrando economia, ecologia e melhoria de vida das comunidades locais". Em complementação Sancho (2001) destaca que:

Tradicionalmente, o planejamento da atividade turística está mais voltado para as exigências dos turistas, colocando a perspectiva da comodidade e os serviços de que necessitam, enquanto a questão do bem estar dos moradores não é levada em conta [...]. É necessário proteger os fundamentos da atividade – entre os quais temos de considerar os recursos naturais – bem como garantir a entrega de uma experiência turística de qualidade que melhore a capacidade de retenção do local. (SANCHO, 2001 p. 222)

O planejamento turístico se impõe em meio a diversas problemáticas como por exemplo, o fato de que, usualmente, essa atividade se desenvolve em áreas naturais com o rótulo de segmentos turísticos do mercado, principalmente aqueles ligados ao ecoturismo e turismo de aventura, devido ao forte apelo comercial que a utilização desses termos têm junto aos turistas – ou seja, um tipo de mercadoria que permite ao turista desfrutar e contemplar a natureza, promovendo ao mesmo tempo sua conservação, através de um consumo consciente e responsável.

Além do que, com o crescimento da atividade turística nas UC's percebe-se que as áreas que mais sofrem com os impactos decorrentes da urbanização são as suas áreas do entorno, e que devido à presença em massa de visitantes, os seus objetivos e importância nem sempre são levados em conta (OMT, 2003).

A importância de planejar a execução da atividade turística nas Unidades de Conservação se dá pela amplitude dos aspectos sociais, econômicos, culturais

inerentes ao turismo, além do aumento das atividades e práticas desenvolvidas no meio ambiente por turistas.

Dessa maneira, o planejamento requer a análise do uso do solo e a gestão dos territórios na Unidade, principalmente onde serão desenvolvidas as atividades ligadas ao turismo, medindo e monitorando os impactos produzidos por sua prática, e também definindo a capacidade de carga e os limites de uso da área protegida.

As diretrizes e normas estabelecidas para o uso da área para o turismo devem constar no chamado Plano de Manejo da Unidade, sendo este o instrumento de gerenciamento da área, fundamental para que haja uma correta gestão do turismo, que visa resultar em um *feedback* positivo por parte do visitante e numa redução dos impactos negativos gerados.

Ainda para o Plano de Manejo, torna-se fundamental refletir sobre os critérios e as técnicas a serem utilizadas, apropriadas e compatíveis aos contextos ambientais e sociais específicos de cada UC, para que permitam priorizar formas e práticas do turismo, através de metodologias de planejamento condizentes com os objetivos almejados, e ainda gerenciar os impactos causados pelo fluxo de visitação de maneira que não afete a conservação dos ecossistemas.

Em parte, o planejamento ambiental adequado consegue responder aos problemas do mau uso das áreas naturais protegidas, inclusive turisticamente, já que através deste podemos prevenir os efeitos que o crescimento incontrolável da atividade promove.

Neste sentido, se faz indispensável criar mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação dos impactos ocasionados pelo desenvolvimento do turismo nas Unidades de Conservação brasileiras, com vistas a melhorar o planejamento e a gestão para que a atividade turística seja benéfica, tanto para o turista que a pratica quanto para as comunidades que o recebem.

Contra a elaboração e o estabelecimento dessa importante ferramenta de planejamento, o Plano de Manejo, constata-se uma implicação preocupante, o fato de que no Brasil há uma falta crônica de pessoal qualificado nessas UC's, geralmente sem profissionais para a realização das funções essenciais como as frequentes fiscalizações das áreas protegidas, quanto mais para implementar os Planos de Manejo dessas Unidades.

Para que o desenvolvimento do turismo contemple os princípios da sustentabilidade, se fazem necessárias articulações entre todos os agentes

envolvidos, ou seja, iniciativa privada, poder público e comunidades locais, para que a sua prática não se torne problemática. Antes, porém, devem se conhecer todos os aspectos que envolvem a atividade turística e seus atrativos na área, principalmente naquelas em que este venha a ser realizado, ou seja, as melhores atividades a serem desenvolvidas, a capacidade de carga, a infraestrutura necessária e de que maneira a comunidade local será inserida nesse processo.

3.2 PLANEJAMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO EM RESERVAS EXTRATIVISTAS

Quando se cria uma Unidade de Conservação, essa necessita de instrumentos que propiciem uma melhor gerência dos recursos da área, pois cada uma dessas UC's estabelecem seus limites para uso e exploração, que depende do tipo de categoria da Unidade. Nesse contexto, o Plano de Manejo é o principal instrumento de gestão usado nas Reservas Extrativistas. A partir da elaboração desse documento são definidas as normas de uso, zoneamento da área, bem como os programas que serão desenvolvidos na Unidade.

Na categoria em questão, o Plano de Manejo deve ser feito de forma participativa, respeitando as características das comunidades locais e utilizando-se de seus conhecimentos quanto à área protegida. A Instrução Normativa nº 01, de 18 de setembro de 2007, do ICMBio, foi elaborada a fim de estabelecer “as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista - RESEX e Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS” (BRASIL, 2007, art. 1º).

A elaboração do Plano, segundo o art. 3º dessa Instrução Normativa, deve seguir as seguintes diretrizes:

- I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;
- III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

IV – o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;

VI – a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

VII – a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e à cidadania, respeitando-se suas especificidades e características socioculturais. (BRASIL, 2007, art. 3º)

Na elaboração do Plano de Manejo da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, a empresa que conduziu o processo foi o Cooperativa de Ideias Ambientais e Tecnologias Sociais(ECOOIDEIA), contratada pelo ICMBio através do Termo de Referência N^o 14.270/2011 (Projeto BRA/08/002) para a elaboração dos Planos de Manejo das Reservas Extrativistas de Araí-Peroba e de Caeté-Taperaçu.

Assim, a ECOOIDEIA iniciou os trabalhos a partir da construção de um diagnóstico da Reserva, por meio de um estudo ambiental que descreve quais os recursos naturais existentes na área, fazendo uma análise minuciosa da situação atual de cada espaço e do seu nível de exploração. Nessa primeira fase, pouco se utiliza dos conhecimentos tradicionais da comunidade, sendo formada mais pelo chamado conhecimento científico(ABDALA *et al.*, 2012a).

Na fase seguinte, inicia-se a execução de oficinas participativas com as comunidades, com o objetivo de complementar o diagnóstico da RESEX e também conhecer os aspectos socioculturais, econômicos, bem como mapear quais as áreas utilizadas para o extrativismo, agricultura, entre outras diversas informações. Essas oficinas foram desenvolvidas através de metodologias participativas e dinâmicas, elaboradas para provocar um maior diálogo entre os participantes.

O objetivo final dessas oficinas era o de construir dois produtos fundamentais, o primeiro voltado para o planejamento da RESEX, juntamente com seus respectivos programas e prioridades definidos para a Reserva; e o segundo produto o zoneamento da área, que ajuda a definir quais podem ser utilizadas por cada atividade já identificada ou que pode futuramente ser desenvolvida dentro da Reserva, bem como priorizar as áreas para a conservação dos recursos e para serem recuperadas.

Como objetivos específicos das referidas oficinas destacam-se:

- Coletar a percepção dos participantes em relação ao processo histórico da ocupação e do uso do território e dos recursos naturais, antes e após a criação da RESEX, provocando reflexões sobre as inter-relações entre eles, quando existentes;
- Analisar, do ponto de vista dos usuários da RESEX, os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças à UC;
- Obter subsídios que orientem a elaboração do Zoneamento da UC e ao estabelecimento da sua Zona de Amortecimento (ZA);
- Estimular os participantes a estabelecerem propostas de ação e planejamento para a RESEX e região do entorno; (ABDALA *et al*, 2012b, p. 94)

Para a sua realização, o Conselho Deliberativo e os Comitês Gestores decidiram que seriam realizadas 4 oficinas, de acordo com os polos, conforme a Tabela 3. Cada oficina teve a duração de dois dias e foram realizadas em comunidades de fácil acesso.

A mobilização foi realizada através do Conselho Deliberativo, por meio de reuniões com as lideranças comunitárias e a divulgação em rádios e TV's locais, além de faixas de convocação afixadas nas principais comunidades. Ressalte-se que foi disponibilizado o transporte para levar as pessoas até as escolas onde foram realizadas as oficinas.

Além da comunidade local usuária da RESEX, as oficinas contaram com a participação de estudantes, pesquisadores e professores de instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas, como Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), Secretaria Municipal de Turismo de Bragança (SETUR) e Secretaria Municipal de Economia e Pesca (SEMEP).

Tabela 3 - Organização das Oficinas Participativas do Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu

Polos Participantes	Data das Oficinas	Local de Realização	Total de Participantes
Polo Bacuriteua e Polo Acarajó	17 e 18/07/2012	Comunidade do Bacuriteua	49 – 1º dia 33 – 2º dia
Polo Treme e Polo Caratateua	19 e 20/07/2012	Comunidade do Treme	38 – 1º dia 25 – 2º dia
Polo Tamatateua e Polo Campo	23 e 24/07/2012	Comunidade do Tamatateua	31 – 1º dia 35 – 2º dia
Polo Ajuruteua e Polo Cidade	25 e 26/07/2012	Comunidade da Vila do Bonifácio	31 – 1º dia 25 – 2º dia
		Total de Participantes	265

Fonte: Freitas, 2013.

No primeiro dia das oficinas foram realizadas várias dinâmicas e aplicadas técnicas específicas para se reconstruir os aspectos histórico-culturais das práticas produtivas desenvolvidas na Reserva; quais eram as práticas mais utilizadas e quais foram sendo agregadas, onde se tinha mais recursos pesqueiros e extrativistas e em que lugares estão escassos. Os comunitários também foram estimulados a falar sobre outras as questões que afetam o seu cotidiano, não somente relacionadas às práticas extrativistas, mas inclusive relacionadas ao seu bem estar social, como as ligadas à saúde, infraestrutura, educação, água e esgoto, etc.

Tendo em vista essa dinâmica, primeiramente, foi explicado o que é uma Reserva e qual a importância do Plano de Manejo para esta, principalmente no contexto local do momento e da construção coletiva do Plano, que reflete o por que da necessidade de estarem juntos nesse processo. Em seguida, os comunitários foram instigados a falar sobre eles – quem eram?o que faziam?e qual a sua expectativa na construção do plano de manejo? – na chamada “dinâmica do paneiro²⁰” (Imagem 7).

²⁰Paneiro - tipo de cestaria tradicional muito comum em toda a região, bastante utilizada para armazenar produtos no norte do país, como açaí, farinha, frutas, etc. Feito de fibras de árvores entrelaçadas que formam o cesto. Dentre outras, em Bragança se utiliza muito as fibras do guarimã.

Imagem 7 - Dinâmica do Paneiro

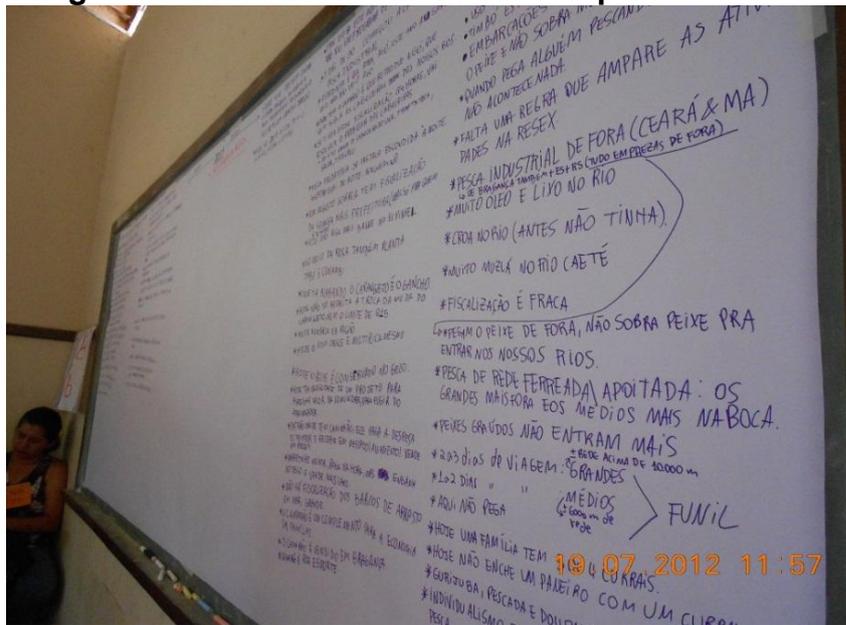


Fonte: Paula Farias (2012).

Logo após esse momento, foi aplicada uma metodologia de construção da linha do tempo em que os participantes falavam sobre as transformações ocorridas na região ao longo dos últimos 50 anos, fazendo um resgate histórico da utilização do território antes e depois da criação da RESEX. Os comunitários falavam à sua maneira, utilizando o seu linguajar, sendo sempre pedido para eles explicarem o que significavam exatamente os termos utilizados, para facilitar o entendimento dos facilitadores das oficinas.

Esta etapa do processo de busca de informações foi bastante enriquecedora, pois os comunitários descreveram características da Reserva, os apetrechos de pesca utilizados, as técnicas de retirada de caranguejo, as ameaças que foram surgindo ao longo dos anos, etc.; e ainda discorreram sobre quais são os seus problemas atuais e os potenciais, além das melhores formas de realização das práticas extrativistas. Para finalizar, foi realizada a leitura da linha do tempo para verificar se havia algo mais a acrescentar de informações (Imagem 8).

Imagem 8 - Dinâmica da Linha do Tempo



Fonte: Paula Farias (2012)

Em sequência, dividiram-se as pessoas em dois outros grupos, sendo um desses formado em sua maioria por homens, com a função de realizar uma atividade chamada de “mapa participativo”, que tinha como objetivo dar suporte para a delimitação do zoneamento da RESEX e da sua zona de amortecimento (Abdala *et al*, 2012b). Nesta atividade, três grandes mapas da área da Reserva eram mostrados aos participantes, que espontaneamente apontavam nos referidos mapas o local onde eram realizadas suas atividades produtivas; eles indicavam cada atividade por vez, para facilitar o trabalho da equipe técnica.

Foram registrados os locais mais importantes a serem conservados, segundo os usos diversos dos usuários da Reserva, bem como sua localização de acordo com o Plano de Utilização da RESEX, e a partir disso quais os potenciais conflitos identificados nessas áreas. Em complementação a esse levantamento e para ajudar a compor o mapa, também foram coletados relevantes dados sobre os nomes dos igarapés, dos furos, ilhas, localização de emburateuas²¹, etc.

Os resultados desse grupo colaboraram enormemente com o trabalho já desenvolvido pelo ICMBio ao demonstrarem os locais de pescas, os portos e

²¹Emburateua - buratêua é uma palavra tupi guarani que define o trecho de um braço de mar ou de um manguezal onde se amontoam certos vegetais halófilos, que formam um emaranhado de galhos e raízes (AURÉLIO, 1999). Considerado um local bastante piscoso e que pode também ser grafado como emburateua e embi-rateua. (Abdala, 2012a, lista de verbetes)

paradas usuais, os lugares onde havia maiores ou menores quantidades de peixes, a localização dos criadouros, os tipos de apetrechos utilizados, e os locais onde se pratica a pesca predatória, além de inúmeros outros detalhes. Da mesma maneira, os participantes também descreveram e detalharam os modos e especificidades da pesca e/ou captura do caranguejo e do camarão, bem como as atividades extrativistas e agrícolas desenvolvidas no território da Reserva e seus potenciais impactos, além do destaque dado às ilhas que possuem ninhos de pássaros.

Nesse sentido, também foi perguntado aos comunitários quais locais poderiam ser aproveitados para fins turísticos, quando foram apontadas diversas praias e ilhas nos mapas, que segundo eles, possuem uma grande atratividade para potenciais turistas, o que pode ser demonstrado pela Imagem 9 abaixo.

Imagem 9 – Grupo de usuários na Oficina Participativa



Fonte: Paula Farias (2012)

Esta etapa consistiu na confecção do mapa participativo realizada na oficina da Comunidade da Vila do Treme.

O outro grupo ficou por conta da participação nas atividades conhecidas pelo nome de “sonho e pesadelo” e “boneco”. Na primeira atividade, os comunitários falavam sobre os seus anseios e suas preocupações individuais e coletivas em relação ao futuro da Reserva, com vistas a identificar quais as oportunidades e as dificuldades que poderiam ser utilizadas no Plano de Manejo. Na segunda atividade,

o desenho de um grande boneco foi utilizado como base, onde os comunitários descreviam o perfil dos moradores, seus modos de vida e as principais atividades realizadas no território da Reserva, destacando sempre qual atividade era a predominante em cada comunidade. Nessa dinâmica, os comunitários também foram convidados a descreverem suas manifestações culturais tradicionais (artesanato, festivais, etc.).

Imagem 10 – Dinâmica do "Boneco"



Fonte: Paula Farias (2012)

No segundo dia das Oficinas, foi repassado todo o trabalho do dia anterior e o que seria trabalhado no dia. Dando prosseguimento às ações, iniciou-se a construção de uma Matriz de Planejamento com o objetivo de eleger quais as prioridades para a gestão da UC e para o Plano de Manejo de acordo com a opinião da comunidade. Tal atividade resultou na elaboração de uma matriz contendo “a visão da comunidade com relação aos temas prioritários identificados nas outras metodologias da Oficina, visando a proposição de uma estratégia de ação para o plano de manejo da RESEX” (Abdala, 2012b, p. 98).

Depois de elencados os temas prioritários, os participantes detalharam melhor suas causas e possíveis soluções, construindo assim uma visão sobre o futuro desejável para a Reserva. Logo após esse momento, foi realizada uma eleição dos temas prioritários em que cada um dos participantes escolhia três pontos

considerados importantes para o desenvolvimento e a preservação da Reserva, e após realizada a somatória dos votos, se consolidaram os temas prioritários de acordo com as comunidades.

3.3 DESAFIOS E POSSIBILIDADES DO TURISMO NA RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA DE CAETÉ-TAPERARU

Há uma preocupação bastante evidente entre diversos âmbitos da Academia, em relação a prática do turismo em Unidades de Conservação – UC's, pois essas áreas vêm recebendo um número cada vez mais crescente de turistas no mundo todo, inclusive no Brasil, bastante conhecido pelas belezas naturais que aqui se encontram. Essa preocupação se dá, por exemplo, para Dias (2007) porquê:

[...] há dificuldades de implementação de Planos de Gestão, em função da falta de pessoal qualificado e, com o aumento substancial da demanda pelo ecoturismo, há a preocupação em não deixar passar essa oportunidade, e é aí que muitos órgãos, particularmente municipais, precipitam a visitação, numa perspectiva de auferir dividendos que auxiliarão na conservação dos recursos naturais, que conseqüentemente atrairão mais turistas, e assim por diante. Ocorre que, muitas vezes diante da renda obtida, aumenta-se a infraestrutura de recepção ao turista em detrimento de outras obras necessárias para a preservação do ambiente natural. (DIAS, 2007, p.135)

Outros fatores concorrem para auxiliar nessa preocupação com o avanço do turismo sobre esses espaços, pois muitos desses locais carecem de equipe técnica especializada para sua administração, o que colabora para um tipo de solução que é a concessão destas UC's para empresas privadas.

Essa precariedade por que passa a administração pública das Unidades de Conservação no nosso país, acaba por não garantir a efetiva preservação desses ecossistemas naturais, seja em relação ao turismo ou outras atividades que dentro delas possam vir a ser praticadas.

Tais fatos também se confirmam na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, objeto deste estudo, localizada em uma extensa área com um ecossistema predominante de manguezais na costa nordeste do Estado do Pará, que conta com poucos recursos humanos na sua administração.

A área apresenta um elevado potencial turístico, com um fluxo inicial que já começa a despertar interesse, principalmente do setor público municipal e estadual, através de parceria no desenvolvimento do segmento do turismo rural, além de outros projetos voltados ao desenvolvimento dessa atividade econômica.

O que pode se observar é que esse projeto de turismo rural está sendo desenvolvido sem a devida preocupação com a participação comunitária, ou pelo menos das comunidades que serão atingidas por esse. Foram realizadas duas visitas técnicas, tanto em algumas comunidades como ao longo dos rios Caeté e Taperaçu, por técnicas da Secretaria de Estado de Turismo do Pará.

Essa afirmação se constata, pois notamos que em nenhum momento, nessas visitas, foi realizada uma mobilização ou reunião com a comunidade para falar sobre o projeto, tampouco para estimulá-los a participar na concepção deste. Findada essa etapa de visitas técnicas, serão feitos roteiros e apresentados ao ICMBio e SETUR-Bragança para aprovação. Não há informação se esses roteiros serão submetidos à aprovação das comunidades.

Este fato aponta para uma contradição entre a teoria e a prática, pois atualmente quando se trata de turismo praticado em Unidades de Conservação, principalmente nas Reservas Extrativistas, o discurso é de que deve haver participação comunitária em todas as etapas de inserção do turismo, e o que podemos observar é o oposto. A comunidade está sendo excluída de todos os processos participativos no que concerne ao planejamento das ações do projeto de Turismo Rural da Secretaria de Estado de Turismo, e por conta disso não está sendo levada em consideração seu conhecimento em torno dos atrativos da Reserva e seus saberes e fazeres locais²².

Com isto, incorre o risco de tornar a comunidade mero expectador do turismo ou “espetacularizar” suas atividades, por conta de esse ser um projeto voltado a estimular mercados e agências a operar o destino de Turismo Rural na Reserva Extrativista.

Por outro lado, há uma parceria entre a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), curso de Turismo da UFPA do Campus de Belém, Instituto Nacional de (INCRA), no que se refere a um curso de formação em Guia de Turismo Regional,

²²Este fato foi evidenciado durante as visitas de campo realizados pelas técnicas de turismo do estado, em que esta pesquisadora estava presente por conta de ser turismóloga na SETUR-Bragança.

somente para jovens que sejam declarados como moradores da RESEX ou seu entorno para atuarem como guias, monitores ambientais e multiplicadores de conhecimentos, saberes e práticas produtivas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis.

Há outro projeto semelhante, em fase de elaboração, também executado pela UFPa, porém mais articulado à área de Ciências Biológicas no Campus de Bragança, que também irá formar guias de turismo locais onde, além de exercerem o guiamento, também serão qualificados para serem multiplicadores de ações referentes a reflorestamento do mangue, educação e proteção ambiental, que conta com equipe multidisciplinar de pedagogos, biólogos, geógrafos e um turismólogo que irão conduzir o processo de execução do curso.

A ideia desses dois projetos de qualificação é que a comunidade, principalmente os jovens que estão na faixa de entrar no mercado de trabalho, tenha a possibilidade de trabalhar na área do turismo atuando como guias. Todos os três projetos tem apoio do ICMBio.

São projetos que estão distantes da questão da Praia de Ajuruteua em relação ao turismo, onde o que se observa é o contrário. Apesar de já terem retomado as discussões em torno do Projeto Orla, não há sequer nenhum projeto ligado à reestruturação e ordenamento territorial a curto prazo, nem projetos que visem o melhor desenvolvimento do turismo no local que, devido ao fluxo concentrado de turistas que frequentam aquela praia, acarreta em impactos para o ecossistema existente na RESEX e conseqüentemente para a população usuária dessa. Em relação às áreas litorâneas e a expansão do turismo nessas, Ruschmann(2008) retrata o problema do turismo em áreas de grande beleza natural quando afirma que:

[...] vem sendo literalmente “invididos” nas temporadas de férias por turistas ávidos para usufruir seu tempo livre da forma mais gratificante possível, sem considerar os riscos que sua presença (em massa) e seu comportamento individualista trazem não só para os recursos naturais, mas também para as populações autóctones e para o patrimônio histórico-cultural (RUSCHMANN, 2008, p. 09-10)

Este fato se vê na Praia de Ajuruteua, todos os anos, quando é “invidida” por milhares de visitantes, principalmente nos finais de semana do mês de julho, onde acontece programação de verão com shows, atraindo mais pessoas, causando uma espécie de “inchaço populacional”.

Como destacamos no segundo capítulo, esse advento do turismo na região se deu com a criação da estrada que liga a cidade de Bragança à Praia de Ajuruteua, que trouxe diversos benefícios para a população da região, pois o deslocamento dessas até a sede da cidade de Bragança foi facilitado com a chegada da estrada, onde uma viagem de barco de cerca de três horas, reduziu para cerca de meia hora, com a estrada.

Assim, a estrada foi construída para escoar a produção dos pescados da Vila de Ajuruteua e desenvolver as potencialidades turísticas da região (MARTINS E SOUZA-FILHO, 2001; MANESCHY, 1993; PEREIRA, 2006).

Ainda em relação à chegada do turismo na região e seus efeitos na comunidade receptora, MANESCHY(1993) destaca:

[...] a introdução do turismo teve o efeito não só de valorizar os terrenos da praia servida pela estrada, como também da própria vila. A terra entrou no circuito da mercadoria e da apropriação privada. [...] A vila passou a ser frequentada regularmente por turistas e por veranistas do município e da capital, que pra lá se dirigem com seus carros, com seu estilo de consumo urbano, com seus costumes [...]. (MANESCHY, 1993, pag. 10)

Estas e outras mudanças que o surgimento do turismo acarretou e suas influências ainda estão em processo (MANESCHY, 1993), mas em relação ao manguezal, esse fluxo de pessoas indo e vindo, ocasiona um alto impacto ambiental quando observamos, por várias vezes durante o trajeto, o despejo de lixo.

Outro ponto está no fato da estrada ter sido construída em cima de um trecho de manguezal sem nenhum estudo técnico, o que ocasionou diversos impactos ambientais negativos. Foram diversos caminhões utilizados para aterro, contendo a chamada piçarra, o que ocasionou, de acordo com Lara e Cohen (2003), no surgimento de uma área impactada de manguezal de aproximadamente 3,8 km², no Km 17, lado oeste da Rodovia. A estrada também fez com que alguns canais-de-maré fossem aterrados, como podemos ver na afirmação de Fernandes (2007) a seguir:

Os manguezais da área de estudo originalmente recebem influência das águas provenientes dos rios Caeté e Taperaçu. Com a construção da rodovia PA-458 apenas seis furos da malha hídrica da península foram preservados (Taici, Ostra, Chato, Café, Grande e Estiva), sendo o sistema hídrico, formado pelos pequenos canais-de-maré, interrompido por ocasião do aterramento. (FERNANDES *et al.*, 2007, p.56)

A degradação desses bosques de mangue se dá devido à baixa frequência de inundação pelas águas das marés, razão do aterramento que interrompeu permanentemente o fluxo em alguns pontos e, em consequência, uma grande área às margens dessa rodovia ficou praticamente sem cobertura vegetal, sendo referida como a faixa de maior impacto (FERNANDES, 2007).

Porém, esse crescimento, sem um devido planejamento e gestão também trouxe outros impactos negativos. Ajuruteua tem um problema histórico em relação à indefinição de competência gerencial. Sabe-se que a terra pertence à União, e consequentemente esta atuação compete à Superintendência do Patrimônio da União (SPU), porém por falta de uma melhor atuação no local, acaba que Município e Estado interferem em diversas questões do território da Praia, mas não resolvem os problemas.

É notório que o turismo traz até os dias de hoje, diversos benefícios econômicos, e que na sede de Bragança e na Praia de Ajuruteua é uma atividade bastante significativa, desenvolvida juntamente com a pesca, onde a Praia tem papel importante nesse incremento do turismo no Município, principalmente nos meses de maior fluxo, como fevereiro ou março (devido ao Carnaval), julho (devido às férias escolares) e dezembro (por conta das festas de fim de ano e da Festividade do Glorioso São Benedito).

O Pará, nos últimos trinta anos, teve um aumento significativo da atividade turística, principalmente no litoral, integradas pelas microrregiões do Salgado, Bragantina e Viseu, que são caracterizadas por vastas e diversificadas áreas naturais de manguezais, rios, praias e floresta tropical, que são ocupadas desde a pré-história por populações de caçadores-coletores especializados na obtenção dos recursos do mar (PINTO, 2007), sendo que a ocupação do litoral paraense se intensificou nesse período também por conta do advento dos setores imobiliário, comercial e pesqueiro, em que Pereira (2006) alerta que:

[...] este avanço ao litoral tem ocorrido de maneira rápida e desordenada, causando sérias transformações ambientais, sociais e culturais nas populações locais, que são formadas, principalmente, por pescadores artesanais, agricultores, catadores de caranguejos, marisqueiros e/ou pequenos comerciantes. (PEREIRA, 2006, p. 20)

Ainda sobre essa questão, Pinto (2007, p. 19) retrata que “no conjunto de transformações em curso nestas áreas, a que afeta de forma mais intensa estas comunidades é o turismo, pois encontra o ‘produto ideal’ para a operacionalização de seus anseios”, onde diversas comunidades de pescadores ao longo do litoral paraense estão sendo transformadas em “balneários turísticos”.

Este avanço na ocupação sobre o litoral paraense e conseqüentemente o bragantino, também se dá de forma não planejada e sem articulação entre as entidades públicas, seja na esfera municipal, estadual ou federal, que durante essas décadas pouco fez para evitar a ocupação desordenada do território da Praia de Ajuruteua, o que causa impactos nas suas formas tradicionais de organização econômica, política, social e cultural. Com isto,

A falta de planejamento sobre o uso e ocupação costeira, juntamente com toda a carga de infraestrutura que o sistema exige para gerar lucros, vem acarretando sérias transformações ambientais e na qualidade de vida da população local, tais como: redução de recursos vivos que têm importância direta na economia de subsistência da população local (peixes, caranguejos, etc.), perda da qualidade da água (aumento do despejo de esgotos, acúmulo de lixo, etc.) e modificações na sedimentologia e morfodinâmica costeira local (RIBEIRO *et al.*, 2010; SOUZA-FILHO *et al.*, 2003).

É claro e notório que só o turismo não é responsável por essas transformações ambientais e na qualidade de vida das comunidades locais, contudo, ele tem parcela significativa de influência nesse processo. Por conta do turismo nessa região ter crescido desordenadamente, sem planejamento sobre ocupação territorial, poluição sonora, visual e ambiental, tudo isso fez com que o turismo desenvolvido se tornasse um grande vetor de problemas, de cunho ambiental, econômico, social e cultural, que se inter-relacionam.

Os impactos ambientais já nos são bastante conhecidos, já em relação aos outros impactos, há na praia forte especulação imobiliária, mesmo que os terrenos sejam vendidos ilegalmente, há uma alteração na cadeia produtiva local, bem como sua diminuição, onde muitos residentes abandonaram ou diminuíram suas atividades de pesca, há um crescimento e transformação espacial da localidade, onde a estrutura populacional foi modificada, que hoje não é composta somente por famílias de pescadores, mas também por pessoas vindas de outras localidades de

Bragança e de outras cidades do Estado do Pará e Brasil, até pessoas de outros países (PEREIRA, 2006).

Ainda há dentre os impactos, devido ao crescimento do turismo, o aumento da carência por mão-de-obra qualificada e o incremento da necessidade de infraestrutura básica e de serviços públicos adequados, que hoje não atendem à população local e muito menos aos visitantes. Há também a perda de identidade local, pois não há valorização da cultura dos moradores mais antigos, havendo assim uma alteração dos padrões de vida local.

Há, ainda, devido ao grande fluxo de pessoas durante o ano, um aumento na produção de lixo, poluição sonora, venda irregular de terrenos para a construção de segundas residências, violência, assim como a destruição de dunas e espécies de plantas e árvores. Tadaiesky *et al.* (2008) destaca, por exemplo, os impactos que o lixo tem causado na região:

O volume de lixo sólido depositado no ambiente costeiro constitui uma séria ameaça ao ambiente praias e manguezal da Planície Costeira Bragantina. Ao longo dos 25 km da planície costeira, não existe nenhum sistema de coleta de lixo, sendo este depositado regularmente nos campos de dunas. Seus impactos variam desde a poluição da linha de costa até influências na saúde da população, e problemas estéticos e econômicos que abalam o turismo da área. Ocasionalmente impactos na fauna e na flora. (TADAIESKY *et al.*, 2008, pg.12)

Também se observa durante esses períodos de grandes fluxos, que diversos carros acessam a faixa de areia da praia, através de rampas construídas para esse fim e ligam sons automotivos, em volumes excessivos, causando um impacto sonoro significativo, cuja permanência também influencia no solo, causando sua compactação.

Outro fato que podemos notar em relação a meios de transporte, é o da presença de diversas motocicletas circulando no local, onde, juntamente com os carros, aumentam o risco de acidentes com os pedestres presentes, fato que ocorreu por diversas vezes na Praia.

Outra questão é a quantidade de piqueniques vindos da capital do Estado, Belém do Pará, que chegam ao local trazendo comida, bebida e como se constatou nas reuniões na Praia de Ajuruteua, esses piqueniques “deixam a sujeira, mas não deixam o dinheiro”, aumentando a quantidade de resíduos sólidos no local, que sofre com a coleta de lixo ineficiente e insuficiente, além de, na reunião realizada em

fevereiro de 2012, em Ajuruteua, ter havido diversas denúncias nas reuniões e nas OPP's sobre ônibus estarem despejando dejetos de banheiros químicos próximo ao mangue e à faixa de areia.

As comunidades residentes nas áreas da Praia de Ajuruteua, Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores, em sua maioria, percebem os impactos ambientais, porém pouco percebem os impactos sociais causados, pois o turismo traz para elas uma outra ou até uma nova opção de renda, já que com a pesca não se ganha o suficiente para sobreviver, devido ao aumento de outros tipos de pesca não artesanais.

Muitas dessas pessoas constroem pequenas pousadas em suas residências para alugar para turistas e visitantes, além do que ocorre um grave crime de venda de terrenos públicos para construção de casas irregulares, que cada vez mais está avançando para a área de manguezal próxima à praia. É possível ver diversos lotes divididos para essas vendas, com placas de “VENDE-SE”.

Ainda, para tais problemas podem-se corresponder características que afetam as áreas de Marinha protegidas, conforme delineadas pela União Internacional pela Conservação da Natureza (IUCN, 2012) quando destaca (Quadro 1):

QUADRO 1 – Características/Conflitos que afetam a RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu

CARACTERÍSTICA	COMO AFETA?	CONFLITOS
Falta de claridad en la tenencia o propiedad	La tenencia y la propiedad en el entorno marino son a menudo diferentes a las terrestres, en donde usualmente hay una propiedad pública o privada clara. Bajo la Convención de Naciones Unidas sobre la Ley Marina (UNCLOS), las naciones tienen el derecho a usar sus Zonas Económicas Exclusivas (EEZs), las cuales se extienden desde la costa hasta 200 millas náuticas, y a establecer regulaciones de manejo tales como las AMPs. Sin embargo, dentro de una EEZ, generalmente no hay propiedad individual ni Del fondo marino ni de la columna de agua y la EEZ puede ser usada a menudo y es de acceso permitido para todos aquellos que pertenezcan a la nación correspondiente.	Conflicto de uso – pesca versus turismo (embarcações; marinas etc.)

Jurisdicciones múltiples	A menudo la columna de agua, el fondo marino, la vida marina y la parte de la playa entre la pleamar y la bajamar son manejados por diferentes jurisdicciones o agencias gubernamentales, lo que puede crear dificultades para la designación y el manejo.	Esfera federal, estadual (PPA 2008-2011) e municipal.
Dificultades en la aplicación de las regulaciones y en El manejo	La restricción de entrada y de actividades en una AMP a menudo es más difícil que en áreas protegidas terrestres (y a menudo imposible), ya que normalmente hay múltiples puntos de acceso, el lugar es a menudo remoto y por consiguiente es difícil y costoso patrullarlo, y bajo las leyes internacionales, los derechos de 'paso inocente' están dados a todos los navíos. Aunque las actividades de control en el entorno marino son más difíciles que en tierra, la tecnología moderna de satélite está haciéndolo más fácil.	Esfera federal e estadual (leis ambientais)

Fonte: IUCN, 2012.

Ao analisar o relatório das OPP's realizada no Polo Ajuruteua, em julho de 2012, os participantes destacaram em relação ao turismo:

- Hoje o turista bebe e vai embora e não deixa nada;
- Pouca divulgação sobre a RESEX aos turistas;
- O turismo ecológico não é incentivado pelo Município;
- O turismo não deixa muito retorno;
- Falta incentivo ao turismo;
- Donos de pousada estão mais ligados ao poder municipal;
- A Praia não tem estrutura para receber;
- Turismo deixa lixo;
- Viver aqui é bom: peixe natural, turismo faz parte da comunidade, traz dinheiro e conhecimento;
- Tem associação de turismo, dos donos de hotéis e pousadas – Associação de Marisqueiros, Artesãos, Barraqueiros, Ambulantes, Pousadas, Bares, Restaurantes e Moradores de Ajuruteua (AMABAMA);
- Hoje não tem higiene na estrada. Muito lixo;

- Turismo tem muito potencial. (Abdala, 2012b, p. 146-147)

Quanto à área efetiva de abrangência da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, observamos que é pouco, ou quase inexistente, o fluxo de turistas, pois há uma grande dificuldade de acesso aos principais recursos, bem como não há infraestrutura turística necessária para esse fim. As populações das outras comunidades pouco se acham envolvidas com o turismo praticado na Praia de Ajuruteua.

Além disso, são pouquíssimos os extrativistas que vendem sua produção para pousadas e bares localizados em Ajuruteua, que geralmente são comprados das comunidades da Vila do Bonifácio e Vila dos Pescadores, como podemos comprovar durante as OPP's, em que, além de pouco envolvidas, se mostraram sem interesse de colocar o turismo como prioridade de atuação dentro da RESEX. Muitas vezes, o assunto turismo nem apareceu como questão levantada por eles nas Matrizes de Planejamento confeccionadas nestas oficinas participativas²³.

Porém, se observou durante as oficinas, esses comunitários aceitarem a opção de desenvolver o turismo na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, desde que de maneira ordenada e que eles tenham os benefícios financeiros que eles não conseguem ter com o turismo na Praia de Ajuruteua. Na Oficina Participativa realizada na Comunidade do Bacuriteua, os comunitários falaram em relação ao turismo que:

- Não tem influência sobre a renda;
- Para ter barraca na praia é preciso pagar e ter alvará;
- Os donos das pousadas compram caranguejo barato só de alguns, vendem caro, e não deixam caranguejeiros de outras áreas venderem seus produtos na praia, se acham os donos da praia;
- Se houvesse um regulamento que autorizasse a venda dos produtos, acreditam que seria muito bom;
- Na prefeitura cobram R\$ 50/dia para vender na praia. (Abdala, 2012b, p. 104)

Na oficina realizada na Comunidade do Treme, destacaram que “não se sentem beneficiados pelo turismo; a venda do peixe é mais influenciada pela safra,

²³Ver Matriz de Planejamento em anexo.

independente do turismo” (Abdala, 2012b, p. 119). Na oficina na Comunidade do Tamatateua o turismo sequer foi citado.

Analisando a matriz de planejamento, observamos que as suas prioridades, estão mais relacionadas a outras questões, como as relacionadas aos recursos marinhos e políticas públicas. Ou seja, as comunidades da RESEX estão preocupadas com a conservação desses recursos marinhos, bem como necessitam de políticas públicas que melhorem o seu dia a dia na reserva, como melhoria na coleta do lixo, de estradas de acesso e vias nas comunidades, bem como do transporte público, além das questões relacionadas à saúde, saneamento básico, e qualidade da água.

Com isso, conclui-se que o envolvimento das comunidades da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu com o turismo na Praia de Ajuruteua se dá sob uma relação conflituosa, por conta de estes considerarem que há um monopólio entre os donos de estabelecimentos na Praia, e que estes além de não conseguirem ter possibilidade de serem donos de estabelecimentos comerciais, também não conseguem pelo menos vender sua produção para esses comerciantes.

A partir da descrição e análise da realidade da RESEX, identificamos ser a sustentabilidade sociocultural relativa, positiva pela participação dos comunitários no destino da Reserva e de suas vidas e negativo pelos impactos provocados pelo turismo na Praia de Ajuruteua, um enclave para o turismo de massa que pouco interage com a cultura local, econômica ou socialmente. O fluxo turístico e seus potenciais benefícios não atinge a RESEX como atrativo ambiental e sociocultural, visto não ocorrer a relação turista x comunidade local, e fica limitado onde apenas o visitante vai, na Praia.

Os participantes das OPP's e reuniões destacaram que a própria população do Município de Bragança desconhece o que seja a Reserva Extrativista e por isso não dá valor às características que o local possui, e que falta mais divulgação tanto para o turista quanto para a população bragantina, para que eles possam valorizar e respeitar tanto o ecossistema do manguezal e a praia como as populações que lá residem. Esse fato faz com que haja segregação dessa população.

Em relação ao efeito demonstração, em que a população local acaba por observar as atitudes, valores e comportamentos do turista mudando seus hábitos e imitando os costumes deste, descaracterizando a cultural local (OMT, 2001), não foi possível diagnosticar, a partir das observações, que esse fato ocorra tanto na

Praia de Ajuruteua, como nas outras comunidades da Reserva. É claro que com a globalização eles se utilizam de novas tecnologias pra melhorar a qualidade de vida, porém continuam com suas práticas extrativistas. Assim, há uma diminuição das práticas tradicionais extrativistas, que não estão relacionadas ao turismo, mas a outras questões, como a diminuição do pescado na RESEX, o surgimento de outros apetrechos de pesca, a chegada das geleiras e da pesca extensiva, a diminuição do caranguejo, etc.

Como contraponto aos efeitos negativos que ocorrem em relação ao turismo, na Praia de Ajuruteua, existem alguns pontos que são positivos. Primeiramente, há o fator econômico, o turismo é um diversificador da economia na região da Praia de Ajuruteua, proporcionando aos moradores locais outra alternativa de renda, além da obtida com as suas atividades tradicionais.

Há os fatores relacionados à infraestrutura local. Como já citamos diversas vezes, com o objetivo de incentivar o turismo na região, foram construídas infraestrutura de pontes e estrada para facilitar o acesso à Praia e também para escoamento da produção, também facilitando o deslocamento desses moradores até a cidade de Bragança. Juntamente com essa infraestrutura, mesmo que de forma precária e necessitando de intervenções urgentes, a população da região pôde ter acesso à saúde, iluminação pública, escolas, etc.

Analisando todos esses fatores e procurando relacioná-los com a construção do Plano de Manejo e os subprogramas e programas contidos neste, quando nos referimos aos pontos discutidos sobre o turismo, notamos a preocupação eminente na construção de uma atividade relacionada ao turismo que valorize os aspectos tradicionais das comunidades, bem como seu conhecimento sobre os aspectos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

Cada etapa desenvolvida nas Oficinas teve em algum momento, pontos discutidos, direta ou indiretamente ligados ao turismo. Os comunitários foram instigados a falar sobre os principais problemas que eles apontavam relacionados ao turismo em Ajuruteua, que benefícios esse estava trazendo para eles, ou não, e de que maneira eles achavam que esse poderia ser desenvolvido na RESEX.

Um dos pontos mais importantes que está ligado à participação e valorização do conhecimento local ocorreu nas atividades que resultaram na elaboração do Mapa de Zoneamento da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu (Figura 14, em anexo). Os extrativistas apontaram diversos locais que eles julgaram serem áreas

prioritárias para o desenvolvimento do turismo sustentável, como ilhas, praias, pontos de melhor observação de pássaros, etc. No mesmo Mapa apontaram os diversos pontos onde deve ser preservado o manguezal, onde deverá haver menor extração e caranguejo, criadouros de peixes, etc.

Para tanto, foram apontadas diversas ações que necessitam ser desenvolvidas para que o turismo na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu venha a ser estimulado, de tal forma que se estabeleça de acordo com os preceitos do turismo sustentável e promova a sustentabilidade econômica, ambiental e sociocultural das comunidades extrativistas.

Estas ações foram definidas de maneira a abarcar a comunidade da forma mais abrangente possível na concepção de um turismo sustentável. Foram assim, pensados programas e subprogramas que visam o desenvolvimento do turismo: Subprograma de Desenvolvimento do Turismo, Programa de Conhecimento e Subprograma de Relações Interinstitucionais (Tabelas 06, 07 e 08, ver anexo).

Assim, podese inferir que se caminha em busca do estímulo a uma prática de turismo sustentável, desenvolvido a partir da base comunitária, diferente do que vem ocorrendo na Praia de Ajuruteua.

Ao operar as categorias analíticas da dialética da contradição, teoria/prática e conflito a partir do estudo da realidade do estudo, buscou-se uma interpretação das dinâmicas dessa mesma realidade, considerando os fatos sociais de maneira totalizante, com suas influências políticas, econômicas e culturais.

Ao destacarmos suas contrariedades, entende-se como síntese um olhar sobre o germe de uma possível nova fase, que pode vir a fazer parte do seu desenvolvimento histórico, se o turismo estabelecer um movimento de expansão que promova a diversidade, negando sua massificação concentrada na Praia de Ajuruteua e promovendo sua sustentabilidade, hoje, na forma como é praticado na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu e seu entorno, muito mais centrado em uma sustentabilidade econômica do que ambiental ou sociocultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais que vivem nas e das Reservas Extrativistas tem um papel bastante significativo na conservação e preservação dos recursos naturais existentes nesses espaços. A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu nesse contexto tem grande valor para estas, pois é do manguezal e dos canais de maré, furos, rios e igarapés que elas tiram seu sustento diário e para o restante da população bragantina, que tem na sua cultura o consumo os desses pescados, que fazem parte da sua dieta diária. Além disso, vimos que manguezais são importantes não só para a manutenção da diversidade biológica de algumas espécies marinhas e de muitas aves que nela vivem.

Porém, esse ecossistema vem sofrendo diversas ameaças ao longo dos anos, seja pelo aumento da pesca predatória, pela construção da estrada ou pelo turismo. Neste trabalho, buscou-se investigar o aspecto turístico, e como ele influenciou e influencia nas questões socioculturais das comunidades tradicionais da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu.

Então, a partir da descrição e análise da realidade da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, pudemos identificar que a sustentabilidade sociocultural relativa, pois é positiva pela participação dos comunitários no destino da Reserva e de suas vidas e negativo pelos impactos provocados pelo turismo na Praia de Ajuruteua.

Sob este ponto de vista, também é inegável que “muitas comunidades tradicionais vêm se confrontando com o processo de desenvolvimento acelerado, do ponto de vista econômico, através da introdução de uma nova atividade: o turismo, que vem transformar enormemente a realidade local”. (PINTO, 2007), e por conta dessa realidade o turismo que hoje é concebido na Praia de Ajuruteua, não agrega ou agrega muito pouco valor a estas comunidades, pois não interage com a cultural local, econômica e socialmente, pois a relação turista x comunidade, somente ocorre na Praia de Ajuruteua.

Para que o turismo se desenvolva na Região se faz pertinente criar novos produtos regionais e reordenar aqueles que já existem, diversificando as atividades do atrativo turístico, preservando e valorizando o patrimônio natural e cultural, pois o desenvolvimento do turismo na Praia de Ajuruteua:

[...] provocou graves consequências ao local, deixando claras a fragilidade do ambiente e a complexidade de sua gestão, demandando por capacitação e mobilização dos diversos atores envolvidos, pressupondo intervenções integradas, direcionadoras de políticas públicas nacionais envolvendo essa região. (CABRAL; MATHIS, 2012, p. 03)

Em contraponto ao turismo massivo que ocorre em diversos lugares pelo mundo, a sustentabilidade do turismo foi claramente influenciada pela origem e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável. É importante que o turismo se desenvolva sob as bases da sustentabilidade, pois protege e aumenta as oportunidades de desenvolvimento igualmente sustentável.

O desenvolvimento do turismo em UC's, em especial na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu prescinde de uma série de questões que merecem atenção. Esta área é uma área complexa, que apresenta diversos conflitos relacionados a variados aspectos, e todos eles devem ser considerados quando se pensa em desenvolver outra atividade complexa e diversificada como o turismo.

Então, o ideal seria esses conflitos sanados ou reduzidos para que o turismo não seja mais um implicador. Ou seja, é preciso melhorar a infraestrutura nas comunidades. Como se pode, por exemplo, pensar em desenvolvimento do turismo em locais que a população sequer dispõe de condições mínimas de higiene, de qualidade de água e acesso à educação. Como se pode falar em melhoria de qualidade de vida através do turismo, se nós gestores não atentarmos para pequenos detalhes que nos passam muitas vezes despercebidos, quando vamos pensar políticas de turismo para determinadas localidades?

Por conta dessa falta de cuidado e atenção em Ajuruteua, esta é alvo de críticas por parte de diversos setores. É também importante nos questionarmos sobre como podemos pensar em uma concepção de turismo sustentável na RESEX e virar as costas para a Praia? Há nesse aspecto, a necessidade de uma intervenção conjunta, a partir de uma visão sistêmica entre esses diversos setores, para que não haja contradições entre o turismo na Praia e um possível turismo sob as bases da sustentabilidade na RESEX.

A gestão do território da Praia deve ser melhor realizada e articulada, principalmente entre governo municipal, estadual, universidades e sociedade, para que em conjunto com as iniciativas privadas hajam propostas concretas e passíveis de realização que tenham como preocupação permanente o ordenamento territorial

e turístico, para que todos os que frequentem a Praia de Ajuruteua possam usufruir do local e respeitar as suas características.

Para que isto ocorra, se faz necessário que hajam projetos ligados à reestruturação e ordenamento territorial e outros que visem o melhor desenvolvimento do turismo no local.

Para ainda se pensar nesse desenvolvimento do turismo, outros fatores devem ser considerados. Há a necessidade de mais estudos sobre a atividade turística na Praia de Ajuruteua, bem como de aprofundamento nos estudos sobre a RESEX que conheçam melhor o seu funcionamento não somente nos aspectos ambientais, mas principalmente nos sociais, culturais e econômicos e desvendar como essas relações têm se desenvolvido.

A Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu possui grande potencial para o desenvolvimento do turismo, que estimule a participação da comunidade na sua concepção, gestão e execução. Durante visita técnica realizada nos rios Caeté e Taperaçu, foram observados diversos atrativos naturais que podem ser utilizados em roteiros planejados e guiados pelos próprios comunitários, bem como o turismo vir a valorizar a cultura local, através do seu modo de conviver diariamente com a natureza, seus modos de se relacionar com ela através das atividades extrativistas que são realizadas na RESEX.

Esta alternativa pode ser reafirmada, quando retomamos a questão levantada por Delphim(2004) em relação ao patrimônio natural e as comunidades, onde

A preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas. Fornece chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura que cada grupo estabelece em relação à natureza, aos significados religiosos, míticos, legendários, históricos, artísticos, simbólicos, afetivos e tantos outros que podem ser conferidos pelo homem ao mundo natural. (DELPHIM, 2004, p. 04)

Ou seja, o turismo pode ser uma alternativa para promover a sustentabilidade sociocultural destas comunidades, através da preservação e valorização das suas expressões culturais, seu artesanato, danças, história, etc.

Portanto, as ações previstas no Plano de Manejo serão de grande importância para o começo da inserção do turismo na RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu, que

necessita de apoio técnico de outros órgãos, como a SETUR/Bragança e Secretaria de Estado de Turismo do Pará, para realizar todos os diagnósticos e etapas necessários para a concepção do turismo sustentável na área, com a formulação de políticas que possam garantir o processo participativo e a inserção da comunidade, para que esta possa, efetivamente, num futuro próximo, usufruir dos benefícios que um turismo bem planejado, gerido, executado e monitorado pode promover para boa parte destas comunidades.

REFERÊNCIAS

ABDALA, G.; SARAIVA, N.; WESLEY, F. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME I - Diagnóstico da Unidade de Conservação*. Brasília: ICMBio, 2012a.

_____. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Caeté-Taperaçu - VOLUME 2 – Planejamento da Unidade*. Brasília: ICMBio, 2012b.

ABRANJA, N.; ALMEIDA, I. Turismo e Sustentabilidade. *Journal of Tourism*, Lisboa, Portugal: COGITUR, Edições Lusófonas Universitárias, n. 2, 2009.

ARRUDA, R. Populações Tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação. In: PRIMEIRO CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1.; 1997, Curitiba. *Anais...* Curitiba, 1997. p. 262-276.

BATISTA, I. H.; ALBUQUERQUE, C. C. Desenvolvimento Sustentável: Novos rumos para a humanidade. *Revista Eletrônica Aboré - Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo*, 3. ed., 2007. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/leda%20Hortencio%20Batista.pdf> Acesso em: 06 fev. 2013.

BECKER, O. M. S. A Reserva Extrativista como instrumento de gestão territorial e ambiental. In: STEINBERGER, M. (Org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

BRAGANÇA. Prefeitura Municipal de Bragança. Secretaria Municipal de Turismo. *Inventário da Oferta Turística do Município de Bragança*. Bragança-PA: SETUR, 2013.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Relatório Parametrizado ICMBio - Unidade de Conservação*. Disponível em: <<http://sistemas.mma.gov.br/cnuc/index.php?ido=relatorioparametrizado.exibeRelatorio&relatorioPadrao=true&idUc=248>>. Acesso em: 13 fev. 2013.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBIO – Mapas. Disponíveis em: <<http://mapas.icmbio.gov.br/i3geo/icmbio/mapa/externo/home.html?m8d65vgs71jslb u4df158gk3k2>>. Acesso: 13 fev. 2013.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. ICMBIO – Região do Salgado Paraense, 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/populacoes-tradicionais/producao-e-uso-sustentavel/uso-sustentavel-em-ucs/251-regiao-do-salgado-paraense.html>>. Acesso: 13 fev. 2013.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil*. Brasília: IBAMA, WWF-Brasil, 2007

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade*. Brasília: MTur/ Secretaria Nacional de Políticas de Turismo/Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico/Coordenação Geral de Regionalização, 2007.

BRASIL. ICMBIO. *Instrução Normativa nº 02, de 18 de setembro de 2007*. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do Conselho Deliberativo de Reserva Extrativista e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/in022007.pdf>. Acesso em 02/02/2012

BRASIL, *Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais*. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial formado pelo Ministério do Meio Ambiente/ICMBio e Ministério do Turismo/EMBRATUR. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de Áreas Protegidas. *Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: MMA, 2006.

BRASIL. *Decreto de 20 de maio de 2005*. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçú, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20042006/2005/Dnn/Dnn10531.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Recomendação Paris – Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: UNESCO, 16 nov. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=244>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

BRASIL. *Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 02 fev. 2012.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1967); BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil: constituição do Brasil, de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pela emenda constitucional n.1, de 17 de outubro de 1969, e as alterações feitas*. 7. ed. Brasília (D.F.): Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1982.

CABRAL, N; MATHIS, A. Zona Costeira Resiliente: Um Estudo Sócio-Ecológico do Nordeste Paraense. In: VI Encontro Nacional da Anppas, 6.; 2012, Belém. *Anais...* Belém/PA: 18 a 21 de setembro de 2012.

CANCLINI, N. G. O patrimônio cultural e a construção do imaginário nacional. Tradução: Maurício Santana Dias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 95-115.

CARVALHO, D. F. Desenvolvimento Sustentável e seus limites teóricos-metodológicos. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L. (Orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Ver. Belém/PA: UNAMAZ, UFPA, NAEA, 2006.

CAVALCANTI, C. *Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológica econômica*. Estudos Avançados, n. 26 (74), 2012.

CHEPTULIN, Alexandre. *A Dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. 354 p. (Biblioteca Alfa-Omega de ciências sociais. Série 1., Coleção filosofia

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE (CMMAD). *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.

CORIOLOANO, L. N. M. T. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

COSTA, Patrícia Cortês. *Unidades de Conservação: matéria-prima do Ecoturismo*. São Paulo: Aleph, 2002. Série Turismo.

CRUZ, S. H. R. Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008.

DELPHIM, C. F. M. Patrimônio Natural no Brasil. *Revista do IPHAN*, Rio de Janeiro: 2004.

DEMO, Pedro. *Introdução à metodologia da ciência*. 2ed. – 18. Reimp. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1980.

DIAS, R. *Turismo Sustentável e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

_____. *Turismo e Patrimônio Cultural: Recursos que Acompanham o Crescimento das Cidades*. São Paulo: Saraiva, 2006.

DIEGUES, A. C. S. Saberes Tradicionais e etnoconservação. In: DIEGUES, A. C. S; VIANA, V. M. *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da mata Atlântica: coletânea de textos apresentados no Seminário alternativas de*

manejosustentável de recursos naturais do Vale do Ribeira, realizado em 15 e 19 de junho de 1999. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB, CEC, 2004.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Populações Tradicionais e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: DIEGUES, A. C. S. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, c2000. 290 p. (Coleção ecologia e cultura)

FERNANDES, M. E. B. et al. Efeito da construção da rodovia PA-458 sobre as florestas de mangue da Península Bragantina, Bragança, Pará, Brasil.. UAKARI, v. 3, 2007. p. 55-63.

_____. (org.) *Os Manguezais da Costa Norte Brasileira*. Maranhão: Fundação Rio Bacanga, 2003.

FILHO, R. R. Patrimônio Cultural e natural: Dimensão da sustentabilidade. In: BASTOS FILHO, J. B; AMORIM, N. F. M. *Cultura e desenvolvimento: a sustentabilidade cultural em questão*. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.

FONTOURA, L. M; SILVEIRA, M. A. T. *Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha – PR*. Trabalho apresentado ao GT- 12 “Turismo e Recursos Naturais” do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul, 27 e 28 de junho de 2008.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 1978.

GIL, A.C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007. 8 reimpressão.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1999.

GROULX, Lionel-Henri. Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: POUPART, Jean et al. *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

HALL, C. M. *Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos*. São Paulo: Editora Contexto, 2001. (Tradução).

HARVEY, D. *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 6. ed. São Paulo: Editora Loyola, 1996.

IUCN – Directrices para la Aplicación de las Categorías de Gestión de Áreas Protegidas de la UICN en Áreas Marinas Protegidas - 2012. Disponível em: <http://data.iucn.org/dbtw-wpd/edocs/PAG-019-Es.pdf>. Acesso: 13/02/2013

JAFARI, J. *La cientifizacion del turismo*. Estudios y Perspectivas en Turismo. Buenos Aires: CIET, v. 3, n. 1, 1994. p. 7-36.

LARA, R. J.; COHEN, M. C. L. 2003. Sensoriamento remoto. In: FERNANDES, M. E. B. (Org.). *Os manguezais da costa norte brasileira*. São Luís, MA: Fundação Rio Bacanga, 2005. p. 11-28.

LOBO SANCHEZ, Y. D. V. *A Construção Sociocultural da ciência a partir da sua produção: A sociologia na Venezuela e a "Revista Venezolana de Ciencias Economicas y Sociales"*. Campinas, SP: [s.n.], 2003. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000305145&fd=y>. Acesso em 08/11/2012.

MANESCHY, M. C. *Ajuruteua, uma comunidade pesqueira ameaçada*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARX, Karl, *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MARTINS, P. W.; SOUZA FILHO. Impactos naturais e antrópicos na planície costeira de Bragança (NE do Pará). In: PROST, M. T.; MENDES, A. C. (Ed.). *Ecosistemas Costeiros: Impactos Ambientais*. Belém, PA: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001. 133-144 p.

MAUÉS, M. *Pássaros juninos do Pará: a matutagem e suas relações com o cômico popular medieval e renascentista*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2034/1/4662-11938-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MIELKE, E. J. C. *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, Maria C.(Org.) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001. 18 ed.

MOESCH, M. M. *Epistemologia Social do Turismo*. Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo. v.1. São Paulo: Universidade de São Paulo (ECA), 2004.

_____. *A produção do saber turístico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. *Turismo: metodologia e planejamento*. Bauru, SP: Edusc, 2005. (Coleção Turismo)

MORAES, A. C. R. *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NASCIMENTO, E. P. *Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico*. Estudos avançados 26 (74), 2012. p. 51-64.

NERI, M. C.; SOARES, W. L. Sustainable Tourism and Eradication of Poverty (Step): impact assessment of a tourism development program in Brazil. rap — Rio de Janeiro 46(3):865-78, mai/jun. 2012

NUERMBERG, A. H.; ZANELLA, A. V. *A relação natureza e cultura: O debate antropológico e as contribuições de Vygotski*. Interação em Psicologia, 2003, 7(2), p. 81-89 1.

OGX Petróleo e Gás Ltda.; HABTEC Engenharia Ambiental Ltda. *De Marajó a São Luís: Breve relato socioambiental entre as ilhas*. OGX, Grupo EBX, HABTEC, (parte integrante do Estudo de Impacto Ambiental – EIA), produção coletiva, s/d.

OLIVEIRA, E; MANSO, J. R. P. Turismo sustentável: utopia ou realidade? *Revista de Estudos Politécnicos PolytechnicalStudiesReview 2010*, Vol VIII, n. 14, p. 235-253.

OLIVEIRA, E. *Caracterização socioambiental das comunidades de Tamatateua e Acarajó, nordeste do Pará: Contribuição para a gestão integrada na RESEX Marinha Caeté-Taperaçú*. Dissertação de Mestrado em Ecologia de Ecossistemas Costeiros e Estuarinos. Bragança, PA: Universidade Federal do Pará (Campus de Bragança), 2007.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

OMT, Organização Mundial do Turismo. *Guia de desenvolvimento do turismo Sustentável*. Tradução: Sandra Netz. Porto alegre, 2003. Bookman

_____. *Introdução ao Turismo*. Tradução: Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: ROCA, 2001.

PAES-LUCHIARI, M. T. Turismo e Patrimônio Natural no uso do Território. In: PAES-LUCHIARI, M. T; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PEREIRA, L.C.C. et al. Formas de uso e ocupação na Praia de Ajuruteua-Pará (Brasil). *Revista Desenvolvimento e Ambiente*, n.13, p. 19-30, jan/jun 2006.

PINTO, P. M. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 2, n. 1, p. 11-22, jan-abr. 2007.

PIRES, P. S. Sustentabilidade: dimensão ambiental. In: BENI, M. C. (Org.) *Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão: desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. Barueri, SP: Manole, 2012.

RANAURO, M. L. *Sustentabilidade numa perspectiva endógena: contribuição das "comunidades" no plano simbólico do desenvolvimento sustentável*. Caderno Virtual

de Turismo. v. 4. n.4, 2004. ISSN: 1677-1976. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em:

REDCLIFT, M. R. Os novos discursos de sustentabilidade. Tradução: Lemuel Guerra. In: FERNANDES, M; GUERRA, L. (Orgs.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Ver. Belém, PA: UNAMAZ, UFPA, NAEA, 2006.

RIBAS, A.F.P; MOURA, M.L.S. *Abordagem Sociocultural: algumas vertentes e autores*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 11, n. 1, p. 129-138, jan./abr. 2006.

RIBEIRO et al. Estudo micrometeorológico do Manguezal de Bragança-PA. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, Número Especial 2, Manguezais do Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.aprh.pt/rgci>>. Acesso em: 07 ago. 2012.

RUSCHMANN, D. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 14. ed. Campinas: Papirus, 2008. (Coleção Turismo)

SÁ, C. P.; SANTOS, J. C.; MUNIZ, P. S. B.; MINGAN, J. P. *Estudo exploratório do extrativismo no Estado do Acre*. Rio Branco, AC: Embrapa, Acre, 2000. (Embrapa, Acre. Documentos 50) Disponível em: <<http://catuaba.cpaufac.embrapa.br/pdf/doc50.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2012.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Org. Paula Yone Stroh. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, O. D. *O desenvolvimento do turismo em unidades de conservação: Caracterização do uso público no Parque Estadual da Ilha do Mel – PR*. Dissertação de mestrado em Turismo e Hotelaria. Balneário Camboriú: Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI, 2006.

SERRANO, C. Patrimônio, natureza e Cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Patrimônio, Natureza e Cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

SILVA, K. M. et. al. *Sustentabilidade e Sociocultura: Uma Abordagem Fenomenológica das Transformações na Serra Negra, no Município de Bezerros (PE), segundo a Percepção da Comunidade Local*. Recife, PE: XIV Encontro da Rede Luso-Brasileira de Estudos Ambientais, Vulnerabilidade Socioambiental na África, Brasil e Portugal: dilemas e desafios. CDS (UnB); UFPE, 2011.

SILVA, D. B. R. N. *Levantamento do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Monumental e Memorial da Sede do Município de Bragança*. Bragança, PA: UFPA, s/d.

SOARES, G. M.; SOUZA, T. R. *Gestão Pública, Educação Patrimonial e Turismo – Um olhar sobre o Patrimônio de Maripá de Minas, MG*. XI ENCONTRO NACIONAL

DE TURISMO COM BASE LOCAL. *Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios*. Niterói, RJ, 12 a 14 de abril de 2010.

SOUZA, A. L. L. *Desenvolvimento Sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites*. Belém: UFPA/NAEA, 2002.

SOUZA FILHO, P. W. M. *Costa de Manguezais de macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos*. Rev. Bras. Geof. 2005, vol. 23, n.4, pag. 427-435.

SWART, I; HORN, A. C. 2012. *Evaluation of the environmental and social sustainability policy of a mass tourism resort: A narrative account*. HTS *Theologiese Studies/Theological Studies* 68(1), Art.#1264, 7 pages. Disponível em :<<http://dx.doi.org/10.4102/hts.v68i1.1264>>. Acesso em 17/05/2013.

TADAIESKY, N.; *et al.* Análise dos impactos ambientais provocados pelo turismo nos municípios de Bragança, Maracanã [Vila de Algodual] e Salinópolis. In: II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, 2.; 2008, Fortaleza, CE. *Anais...* Fortaleza, CE, mai. 2008.

TREVENIN, J. M. R. O turismo e suas políticas públicas sob a lógica do capital. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v.11, nº1, p. 122-133, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno>>. Acesso em: 25/04/2013.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. Trad. por Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel, Sesc, 2007.

ANEXOS



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO DE 20 DE MAIO DE 2005.

Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, no Estado do Pará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo nº 02018.004600/1999-51,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, no Município de Bragança, Estado do Pará, abrangendo uma área de aproximadamente quarenta e dois mil, sessenta e oito hectares e oitenta e seis centiares, tendo por base as Folhas SA-23-V-A e AS-23-V-C, na escala 1:250.000, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto 01, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'19.48" WGr e 0°56'3.76" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileira, segue por uma reta de azimute 231°43'02" e distância aproximada de 1.609,46 metros até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'0.36" WGr e 0°56'36.20" S, localizado na linha divisória entre os Municípios de Augusto Corrêa e Bragança, no limite do terreno de marinha, na foz do Rio Caeté; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Caeté no sentido montante, por uma distância aproximada de 17.118,12 metros, até o Ponto 3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°43'41.97" WGr e 0°59'38.90" S, localizado na margem direita do Rio Caeté, sobre o limite municipal; deste, segue o limite da zona terrestre de mangue, margeando o Rio Caeté, por uma distância aproximada de 10.695,10, metros até o Ponto 4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°45'14.96" WGr e 1°03'09.54" S, localizado na margem direita do Rio Caeté; deste, segue para a margem esquerda do Rio Caeté, no sentido jusante, pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 19.308,79 metros, até o Ponto 5, de coordenadas geográficas aproximadas 46°44'54.58" WGr e 0°57'55.50" S, localizado no Igarapé Raimundo; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 7.739,27 metros, até o Ponto 6, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'12.23" WGr e 0°57'23.56" S, localizado no Rio Taperaçu; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 12.087,35 metros, até Ponto 7, de coordenadas geográficas aproximadas 46°46'55.36" WGr e 0°54'39.59" S, localizado no Rio Velho; deste, segue pelo limite da zona terrestre de mangue, por uma distância aproximada de 13.291,77 metros até Ponto 8, de coordenadas geográficas aproximadas 46°48'38.26" WGr e 0°57'55.64" S, localizado no Furo do Jabotiteua, tributário do Rio Maniteua; deste, segue pela margem esquerda do Furo do Jabotiteua, no sentido jusante, por uma distância aproximada de 3.470,29 metros, até o Ponto 9, de coordenadas geográficas aproximadas 46°49'25.99" WGr e 0°56'32.67" S, localizado na margem direita do Rio Maniteua sobre a linha divisória dos Municípios de Bragança e Tracuateua; deste, segue pelo limite municipal, pelo Rio Maniteua, no sentido jusante, por uma distância de 14.586,88 metros, até o Ponto 10, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'43.06" WGr e 0°50'18.48" S, localizado na foz do Rio Maniteua, no limite do terreno de marinha; deste, segue por uma reta de azimute 08°30'25" e distância aproximada de 1.609,71 metros, até o Ponto 11, de coordenadas geográficas aproximadas 46°47'35.35" WGr e 0°49'26.66" S, localizado no Oceano Atlântico, em águas territoriais brasileiras; deste, segue por uma linha equidistante de uma milha náutica da linha da costa, por uma distância

aproximada de 55.022,35 metros, até o Ponto 1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro aproximado de cento e setenta e sete mil, cento e vinte metros e sessenta centímetros.

Parágrafo único. Ficam excluídas do polígono descrito no caput deste artigo:

I - uma área de aproximadamente duzentos e sessenta e dois hectares e setecentos e oitenta centiares, com o seguinte memorial descritivo: partindo do Ponto A1, de coordenadas geográficas aproximadas 46°37'19,05"WGr e 0°49'13,64" S, localizado na margem direita do Furo da Estiva, segue a montante pelo Furo da Estiva, por uma distância aproximada de 3.151 metros, até o Ponto A2, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'41.50" WGr e 0°50'16.95" S, na confluência do Furo da Estiva com o Furo do Maguari; deste, segue pela margem esquerda do Furo Maguari, no sentido jusante, por uma distancia aproximada de 1.991 metros, até a sua foz no Oceano Atlântico, Ponto A3, de coordenadas geográficas aproximadas 46°35'58.51" WGr e 0°50'25.69" S; deste, segue pelo limite da preamar máxima, por uma distância aproximada de 3.575 metros, ao longo da costa da localidade Ajuruteua, até o Ponto A4, de coordenadas geográficas aproximadas 46°36'53.33" WGr, 0°48'46.21" S; deste, segue a montante, pela margem direita do Furo do Chavascal, por uma distancia aproximada de 1.574 metros, até o Ponto A1, início desta descritiva, perfazendo um perímetro de aproximadamente dez mil, duzentos e noventa metros e setenta e cinco centímetros; e

II - a Rodovia PA 458, que interliga a sede do Município de Bragança à localidade Ajuruteua, no Estado do Pará.

Art. 2º A Reserva Extrativista ora criada tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis, tradicionalmente utilizados pela população extrativista residente na área de sua abrangência.

Art. 3º Caberá ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA administrar a Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, adotando as medidas necessárias para a sua implantação e controle, nos termos do art. 18 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, providenciando os contratos de cessão de uso gratuito com a população tradicional extrativista, para efeito de sua celebração pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e acompanhar o cumprimento das condições neles estipuladas, na forma da lei.

Art. 4º Ficam declarados de interesse social, para fins de desapropriação, na forma da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, os imóveis rurais de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados na Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, para os fins previstos no art. 18 da Lei nº 9.985, de 2000.

§ 1º O IBAMA fica autorizado a promover e executar as desapropriações de que trata este artigo, podendo, para efeito de imissão de posse, alegar a urgência a que se refere o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

§ 2º A Procuradoria-Geral Federal, órgão da Advocacia-Geral da União, por intermédio de sua unidade jurídica de execução junto ao IBAMA, fica autorizada a promover as medidas administrativas e judiciais pertinentes, visando a declaração de nulidade de eventuais títulos de propriedade e respectivos registros imobiliários considerados irregulares, incidentes na unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2005; 184º da Independência e 117º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Marina Silva

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 23.5.2005.

PLANO DE UTILIZAÇÃO DA RESEX MARINHA DE CAETÉ-TAPERACU – BRAGANÇA/PA.

FINALIDADES DO PLANO

1. Este Plano de Utilização tem por objetivo garantir a preservação do ecossistema e o uso sustentável dos recursos naturais da RESEX pelos extrativistas que dela tiram seu sustento, respeitando os limites e critérios legais, ambientais e sociais que são a base de sua criação, buscando eliminar as práticas predatórias dentro do espaço da RESEX.
2. Esta regra básica irá servir de guia para orientar e organizar as atividades dos usuários dentro da reserva, definindo as formas de exploração dos recursos da mesma sem que ocorra prejuízo ao meio ambiente, sendo a manifestação do compromisso da população extrativista e pescadora com os objetivos principais da Reserva.
3. Este Plano também expressa a preocupação e o compromisso das comunidades com a renovação e a continuidade dos recursos da reserva para futuras gerações.

RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO PLANO

4. Todos os usuários da Reserva são responsáveis pela execução deste Plano de Utilização, considerando que esta foi construída a partir das opiniões e propostas dos próprios usuários e expressa seus interesses e necessidades reais.
5. A Associação-mãe dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu – ASSUREMACATA – Bragança-PA, é a organização diretamente responsável pela aplicação dessas regras, pois representa os usuários de todas as comunidades que compõem a RESEX.
6. As demais associações e entidades representativas de classe e organizações das comunidades são corresponsáveis pela execução das regras, considerando que são entidades representativas dos interesses dos extrativistas e pescadores (as) locais.
7. Também são corresponsáveis pela execução destas regras os Órgãos Públicos Ambientais Federais, Estaduais e Municipais, bem como o Poder Judiciário em todos os níveis, considerando que o Plano se ampara na Legislação Ambiental vigente.

8. A Responsabilidade de resolver as questões e conflitos decorrentes da execução deste plano será do Conselho Deliberativo da Reserva e do ICMBio, dependendo da situação.

9. O descumprimento das normas deferidas neste plano será considerado uma quebra do compromisso com os objetivos da Reserva assumido pelos usuários, podendo acarretar ao infrator a perda temporária ou definitiva do direito de uso dos recursos, de acordo com as penalidades previstas neste documento.

INTERVENÇÃO NOS AMBIENTES DA RESEX

10. Os rios, baías, praias, furos, igarapés, ilhas, manguezais, croas, ressecas, igapós, salinas, apicuns e campos naturais são áreas de uso comum da Reserva, onde devem ser respeitadas as normas deste Plano de Utilização.

11. Nas praias, rios, igarapés e manguezais serão permitidos a pesca artesanal de subsistência pelos usuários regularmente cadastrados na Reserva, assim como a navegação de pequenas e médias embarcações, a pesca esportiva autorizada, a realização de esportes aquáticos sem danos ambientais, o turismo ecológico devidamente autorizado, a implantação de práticas de piscicultura, aquicultura, apicultura e artesanatos e outras práticas não danosas para RESEX, devidamente autorizadas e com base em estudos de impacto ambiental.

12. Não será permitida nenhuma prática de pesca predatória como, por exemplo, o timbó, cunambí e outras substâncias tóxicas nas cabeceiras dos rios e igarapés, assim como também em furos e lagos.

13. O desmatamento das margens e cabeceiras dos rios e igarapés está proibido, assim como no mangue, devendo ser cumprida a Legislação Vigente a esse respeito.

14. Fica proibido jogar lixo dentro do mangue, igarapés, rios ao longo da estrada Bragança/Ajuruteua no limite da RESEX; também não será permitido o despejo de esgoto ou dejetos das indústrias instaladas às margens do rio Caeté, dentro ou em torno da Reserva, desde que receba o devido tratamento previsto na Legislação Ambiental.

15. Nas áreas de mata, campos naturais ou salinos, serão permitidas coletas de folhas, frutos, raízes para consumo dos usuários. O Turismo nessas áreas deverá ter prévia autorização da ASSUREMACATA.

16. As ilhas da RESEX são áreas de conservação permanente, sendo permitidas Atividades de Pesquisas e Turismo Ecológico devidamente autorizado. Não será permitida a extração de madeira, desmatamento, queimadas e caçadas.

17. Nos manguezais serão permitidos a extração de mariscos, iscas e caranguejos pelo usuário devidamente cadastrado. Não será permitido o esquitejamento dos caranguejos de qualquer outra forma predatória. Também será permitido o aproveitamento de madeira do mangue para a construção de ranchos, currais ou embarcações dos usuários, que poderão utilizar folhas e raízes para fins medicinais e para seu próprio uso. Não será permitido o corte de mangue para o uso nas padarias, olarias e caieiras ou quaisquer indústrias que necessitem de madeira para funcionar, sempre obedecendo a Legislação Vigente.

18. Não será permitida a captura de aves como guarás, garças, maguari, patos, maçaricos, papagaios e outras, assim também como a coleta de ovos e a destruição dos ninhais na área da RESEX.

19. Fica proibida a captura de répteis (camaleões, tartarugas e jacarés), também de fazer queimadas nas áreas de reprodução e coleta de seus ovos, na área da RESEX.

20. Nos campos alagados fica proibida a escavação que possa comprometer o meio ambiente. Permitido a pesca de subsistência, não predatória, coleta para artesanato dos recursos naturais lá existentes de uso nas comunidades.

USO DOS RECURSOS NÃO-PESQUEIROS

21. Em relação aos recursos vegetais da RESEX, fica permitida a extração de madeira pelo usuário cadastrado apenas para seu consumo próprio, de acordo com liberação da ASSUREMACATA e do IBAMA. Também fica permitida coleta de plantas, raízes e frutas para uso próprio ou fins medicinais das comunidades. Não é permitido o desmatamento ao longo do curso d'água dos rios e igarapés; para fazer plantações ou construções é necessário o estudo dos impactos ambientais pelo ICMBio.

22. Em relação aos recursos minerais da Reserva, fica permitida a extração de areia, pedra para consumo dos usuários, de acordo com autorização do ICMBio, exceto das ilhas e margens dos rios; a extração do barro para cerâmica será permitido somente com a devida autorização do ICMBio.

ATIVIDADES DE PESCA PERMITIDAS NA RESERVA

23. Fica definida a pesca artesanal de subsistência com a modalidade de pesca permitida em toda a área da Reserva, sendo que apenas os usuários cadastrados poderão praticar esta atividade, de acordo com as leis e os itens deste Plano de Utilização. Também é exclusividade dos usuários a extração do caranguejo e outros mariscos nas áreas de manguezais da Reserva, desde que observando as Legislações Ambientais e os itens deste Plano.

24. Fica proibido qualquer tipo de pesca predatória na área da Reserva, bem como a modalidade de pesca Industrial. As formas de capturas predatórias dos caranguejos também estão proibidas.

25. A pesca esportiva será permitida, desde que autorizada e regulamentada.

26. Os apetrechos de pesca permitidos na Reserva são:

a) Tarrafas pesqueiras, até 3,0 metros de comprimento com malha superior a 25mm (vinte e cinco milímetro) ângulos opostos da malha. Tarrafa isqueira até 1,50metros de comprimento e malha de 15mm (quinze milímetros) entre ângulos opostos da malha. Tarrafa camaroeira até 3,0metros de comprimento e malha de 25mm (vinte e cinco milímetro) entre ângulos opostos de malha.

b) Anzol com linha e espinhel, sendo que cada pescador pode ter no máximo 300 anzóis, com o número de 06 a 10, dentro dos furos, rios e amburateuas.

c) Pesca de espinhel nas bacias dos rios e canais, com o máximo de 1.000 anzóis para cada pescador, numeração de 06 a 10.

d) Cacurí, com 40mm (quarenta milímetro) de espaçamento entre talas, desde que seja feita na beirada.

e) Rede para arrasto de camarão, com tamanho máximo de 200metros de comprimento com malha de 25mm (vinte e cinco milímetros) entre ângulos opostos da malha esticada, sendo operada através de dupla.

f) Na captura da caíca para comercialização, será permitido 1.000 metros de rede de malha 25x25,mm nos lombos de fora ainda nos limites da RESEX, aproveitando a fauna acompanhante.

g) Rede para pesca nos rios e furos até com 300metros e malha de 25x25mm, para cada pescador.

h) Rede tainheira; cada pescador poderá utilizar na pescaria até 1.000 metros de comprimento de malha de 35x35mm, apenas nas bacias e nos canais.

- i) Mansuá nos furos, também obedecendo ao espaçamento de talas, sem prejudicar a reprodução na Reserva.
- j) Currais com espaçamento de 35x35mm no chiqueiro e 60 braças de espia de cada lado, com 30cm de espaçamento entre as varas, com sinalização nas extremidades, sendo permitido 02 currais por família de forma coletiva, e, estando cadastrados na ASSUREMACATA, os donos de currais deverão informar a procedência dos moirões ou varas; caso seja retirado da reserva, deverá ser acompanhado de manejo e autorização da associação.
- k) A prática de tarrafeiar dentro dos poços, sendo proibido utilizar veneno.
- l) Puçá, para o uso nos campos alagados no verão.
- m) A pesca de anzóis nos emburateuas.

27. Não estão permitidos na Reserva os seguintes apetrechos e práticas de pesca:

- a) Curral nos canais, nas entradas e saída dos furos ou rios.
- b) Quando desmontar o curral não deixar a muruada ou tocos de madeira no local.
- c) É terminantemente proibida a instalação de qualquer tipo de fuzarca na área da Reserva.
- d) Qualquer tipo de redes cercando os emburateuas ou o batijão de pau nos mesmos.
- e) Rede zangaria de cercar igarapé, furo, rios ou praias para capturas de peixes ou camarões.
- f) Arrastão e apoitamento (método de prender a extremidade da rede no fundo com pedra ou âncora) de qualquer tipo de rede nas áreas da Reserva.
- g) Nas praias ou lombos para pesca de camarão, fica proibido escorar ou fixar as redes.
- h) Deixar as muruadas/varas, nos rios, furos igarapé.
- i) Não será permitida na pesca dos furos dos rios rede de malha batida (malha inferiores a permitida)
- j) Não será permitida nos portos da RESEX jogar cumieira (carcaça) de arraia e outros tipos de resto de peixe ou lixo de qualquer natureza.
- k) Fica proibido o despejo de resto de óleo diesel ou lubrificante (resíduos de combustível) das embarcações nos portos da área da RESEX.
- l) Os estaleiros dentro da RESEX não devem entulhar com o resto de embarcação ou pedaços de madeira.

m) Fica proibido a construção de estaleiro sem a devida licença da ASSUREMACATA e do ICMBio.

n) Fica proibido o uso de timbó, cunambi e outros tipos de venenos naturais ou químicos na área da Reserva.

28. Fica permitido o uso do braceamento para captura de caranguejos, respeitando as normas definidas neste Plano quanto à época, ao tamanho e ao limite de unidades capturadas. Permanece proibido o laço, a tapa, o uso de redes, o corte de raízes do manguezal, deixar garrafas pet, sacolas plásticas dentro do mangue, em qualquer época do ano. Só será permitida a captura do caranguejo pelos extrativistas devidamente cadastrados como usuários da RESEX.

29. As fêmeas do caranguejo permanecem sob a proteção total, como prevê a Legislação, não sendo permitida sua captura. Quanto ao tamanho ideal para captura, considera-se neste Plano que os caranguejos que tenham acima de 6,0cm de casco estão aptos para o consumo.

30. Fica definido neste Plano que cada tirador profissional cadastrado como usuário da Reserva poderá capturar no máximo 210 unidades de caranguejos ao dia, na época normal, obedecendo às normas vigentes.

31. Para os usuários não profissionais da Reserva na extração do caranguejo ficam estabelecidas 50 unidades, na época normal, obedecendo às normas vigentes.

32. Na época do suatá, período de reprodução da espécie, fica permitida a captura somente para a própria alimentação do tirador e sua família, obedecendo ao limite máximo de 50 unidades por tirador cadastrado como usuário, não sendo permitida a comercialização do produto, obedecendo a Legislação Ambiental.

33. Fica proibida, em qualquer época do ano, e principalmente na época do suatá, a invasão por outras pessoas ou visitantes na captura. Só será permitido pelos tiradores devidamente cadastrados.

34. Durante a captura do caranguejo, fica proibido o esquartejamento para o uso de partes isoladas, tais como, quelas, pinças, garras ou patas, e o restante jogar no mangue, furos e rios.

35. Fica permitida a implantação de cultivos tradicionais de espécies regionais na área da Reserva, também para proporcionar novas práticas na ocupação e renda na área da apicultura para os usuários da Reserva, mas mediante a elaboração e apresentação de projetos ao ICMBio, para análise e aprovação pelo CONSELHO DELIBERATIVO DA ASSOCIAÇÃO DA RESEX.

ÁREAS PROTEGIDAS:

36. Ficam definidas as seguintes áreas protegidas dentro da Reserva:

- a) Áreas onde fica vedada extração de qualquer recurso biológico e visitação. A essas áreas é permitido apenas o desenvolvimento de pesquisas científicas, que serão devidamente avaliadas e autorizadas pelo ICMBio e pelo CONSELHO DELIBERATIVO DA RESEX. Estas áreas são consideradas estoques biológicos, que irão garantir a manutenção das espécies ao longo do tempo;
- b) As zonas protegidas são consideradas importantes na renovação e reprodução dos estoques marinhos, que são as cabeceiras, rios, igarapés, furos e emburateuas, que são responsáveis pela desova de peixes de nossa região, também áreas de ninhais e criação de aves da Reserva;

Áreas Protegidas:

- Ilha do Pombal;
- Ilha do Criminoso;
- Ilha da Caba;
- Ilha da Palha;
- Ilha do Jabuti;
- Ilha do Jatitará;
- Ilha da Garça;
- Ilha do Cajueiro;
- Ilha da Salina.

c) Ficam consideradas zonas de uso restrito, onde ficam vedados alguns tipos de práticas de pesca específicas, ou a captura de alguns tipos de recursos pesqueiros específicos, já com estudos e pesquisa comprovados;

d) Fica proibido estacado onde julgar necessários, para devida proteção dos recursos pesqueiros, pelo IBAMA, e as pesquisas e estudos feitas para esses fins.

LICENCIAMENTO

37. Todos os usuários e qualquer tipo de embarcação que tenha alguma atividade dentro da Reserva deverão obrigatoriamente estar cadastrados e identificados junto à ASSUREMACATA e ao ICMBio, para que possam ter o direito de utilizar os recursos da RESEX.

38. A entrada de extrativistas e pescadores (as) de fora da Reserva para exploração dos recursos da área deverá ser autorizada pela ASSUREMACATA e pelo ICMBio, que definirão os limites e o período de exploração para esses usuários.

39. O Cadastro de Usuários da Reserva será sempre realizado pela ASSUREMACATA e pelo ICMBio.

40. Toda proposta de qualquer natureza de intervenção na área da Reserva que apresente um relevante impacto ambiental e social deve antes ser submetido à aprovação do Conselho Deliberativo e encaminhado aos órgãos ambientais competentes.

41. As categorias de usuários definidas nesta reserva são os seguintes:

a. Usuários Permanentes: aqueles que moram na área da Reserva e exploram constantemente os recursos da mesma, dependendo em grande ou na totalidade disso para seu sustento;

b. Usuários Temporários: aqueles que moram dentro ou fora da Reserva, e exploram os recursos permanentes ou para complementar seu sustento;

c. Usuários Visitantes: aqueles que não moram na Reserva e praticam a pesca ou extrativismo de forma amadora ou por lazer. Fica proibida a esta categoria a comercialização do produto extraído da Reserva.

42. Somente os usuários das categorias A e B possuem direitos de sócios da ASSUREMACATA, podendo votar e ser votados nas Assembleias da ASSUREMACATA, gozando dos direitos, deveres e benefícios plenos na exploração dos recursos da Reserva. A categoria C tem direito limitado de uso desses recursos e não são sócios da ASSUREMACATA.

FISCALIZAÇÃO DA RESERVA

43. Todo usuário cadastrado tem responsabilidade de fiscalizar a Reserva e a aplicação deste Plano, podendo denunciar à ASSUREMACATA ou ao ICMBio, e ainda a outros órgãos ambientais, qualquer irregularidade que esteja ocorrendo dentro da RESEX ou entorno.

44. Ao ICMBio e aos demais órgãos ambientais caberão a ação fiscalizadora oficial, com o poder de polícia administrativa, devendo ser acionados em caso de denúncia.

45. O Conselho Deliberativo será o Fórum mais amplo para encaminhar denúncias a respeito do cumprimento deste Plano, devendo auxiliar na fiscalização.

46. A ASSUREMACATA e as demais organizações comunitárias deverão auxiliar na fiscalização da Reserva, encaminhando pessoas para serem treinadas com fiscais comunitários voluntários.

MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES

47. As comunidades usuárias da Reserva reivindicam melhorias dos seguintes pontos necessários para garantir a sua qualidade de vida: sustentabilidade econômica, investimento para produção local, habitação, transporte, melhoria das estradas, comunicação, saúde, saneamento básico, educação diferenciada, espaços e opções de lazer e cultural para as comunidades, energia elétrica, organização comunitária.

PENALIDADES

48. Todo usuário que descumprir qualquer item deste Plano estará sujeito às penalidades aqui definidas, caso seja comprovado a sua infração.

49. As penalidades previstas nestas regras são as seguintes:

a. Advertência: no caso de ser a primeira infração, o usuário será advertido verbalmente ou por escrito pelo Comitê Comunitário ou pela ASSUREMACATA;

b. Suspensão Temporária do Direito de Uso: no caso do usuário já haver recebido duas advertências anteriores, ele terá seu direito de exploração na reserva suspenso pelo período mínimo de 30 dias e no máximo de 90 dias. Essa penalidade será aplicada pelo Conselho Deliberativo da RESEX;

c. Suspensão definitiva do direito do uso: no caso do usuário já haver recebido duas suspensões anteriores, ele terá o seu direito de uso retirado definitivamente, ficando impedido de exercer qualquer atividade dentro da Reserva, perdendo também seu registro de sócio da ASSUREMACATA. Essa penalidade será definida e aplicada pelo Conselho Deliberativo da Reserva.

50. O usuário acusado de alguma infração terá garantido amplo direito de defesa perante o Conselho Deliberativo da Reserva que lhe for imposta;

51. Além das penalidades previstas por estas regras, os usuários também estão sujeitos às penalidades da Legislação Ambiental.

DISPOSIÇÕES GERAIS

52. Este Plano de Utilização terá a validade mínima de 01 (um) ano a partir da data de sua regulamentação pelo IBAMA. As propostas de alteração da mesma só poderão ser feitas após esse período, depois de amplo processo de avaliação com todas as comunidades usuárias da reserva.

53. As propostas de alterações deverão ser encaminhadas ao Conselho Deliberativo para aprovação, e, caso aprovadas, serão levadas ao ICMBio para regulamentação.

54. Somente os usuários da categoria A e B podem avaliar e propor alterações nestas regras, através de reuniões comunitárias ou assembleias de usuários. Não serão aceitas propostas individuais, somente propostas que tenham respaldo de pleno menos uma comunidade ou organização comunitária.

55. As alterações nas regras não podem entrar em conflito com os objetivos da reserva e nem com a Legislação Ambiental vigente.

56. As atividades de pesquisa, fotografia e filmagens, bem com a coleta de material genético dentro da reserva, só poderão ocorrer mediante a prévia autorização do Conselho Deliberativo e do ICMBio.

57. As atividades de pesquisas de qualquer natureza desenvolvidas na área da reserva ou envolvendo as suas comunidades deverão deixar os resultados de todas as pesquisas, sejam elas editadas em livros, CD'S, jornais, revistas, filmagens ou de cunho curricular, para a formação de nossa biblioteca, e no estudo de manejo da RESEX.

Bragança, 29 de Novembro de 2005.

Tabela 4 - Comunidades e Polos da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu.

Polo	Comunidades
Polo Cidade	Bairro Abacateiro Bairro Alegre Bairro da Aldeia Bairro Cereja Bairro Chaú Bairro Cipoapara Bairro do Morro Bairro Perpétuo Socorro Bairro Quinze do Montenegro Bairro Riozinho Bairro da Vila Sinhá
Polo Bacuriteua	Comunidade do América Comunidade do Bacuriteua Comunidade do Castelo Comunidade da Piçarreira Comunidade da Pontinha do Bacuriteua Comunidade do Taperaçu Porto Comunidade da Vila do Meio
Polo Acarajó	Comunidade do Abacateiro Comunidade do Acarajó Grande Comunidade do Acarajozinho Comunidade do Inambucuí Comunidade do São Benedito
Polo Ajuruteua	Comunidade do Campo do Meio Comunidade da Vila do Bonifácio Comunidade da Vila dos Pescadores
Polo do Campo	Comunidade do Bom Jardim Comunidade do Cafezal Comunidade do Cajueiro Comunidade do Cariambá Comunidade do Ferreira Comunidade do Lago Comunidade do Lago do Povo Comunidade do Maçarico Comunidade da Ponta da Areia Comunidade de São Bento Comunidade de São José Comunidade de Urubuquara
Polo Tamatateua	Comunidade do Patalinho Comunidade do Porto da Mangueira Comunidade do Retiro Comunidade da Serraria Comunidade do Taperaçu Campo
Polo Caratateua	Comunidade do Camutá Comunidade do Jundiá Comunidade do Rio Grande

	Comunidade do Sítio Grande Comunidade da Taquandeuá Comunidade da Vila Cuéira (Vila Que Era) Comunidade da Vila dos Lucas
Polo Treme	Comunidade da Açaitéua Comunidade do Eldorado Comunidade da Pimenteira Comunidade do São Domingos Comunidade do Treme

Fonte: Abdala *et al* (2012a, pag. 09-10.)

Figura 1 - Matriz de Planejamento

Temas e Potenciais	Bacuriteua	Treme	Tamatateua	Ajuruteua	TOTAL
Recursos Marinhos	9	45	39	49	142
Políticas públicas	74	58	0	0	132
Fiscalização	13	44	34	36	127
Organização social e comunitária	40	14	0	15	69
Meio ambiente (florestas, cabeceiras, rios, igarapés e mangue)	16	12	17	18	63
Agricultura	0	13	46	0	59
Infraestrutura	1	4	5	40	50
Uso do território	0	0	7	13	20
Fontes alternativas de renda	19	0	0	0	19
Assistência técnica	2	16	0	0	18
Turismo	4	0	0	3	7
Caça	0	0	7	0	7
Conflitos	4	0	0	0	4

Fonte: Abdala (2012b, p.161)

Figura 2 - Mapa de Zoneamento Plano de Manejo da RESEX Marinha de Caeté-Taperaçu

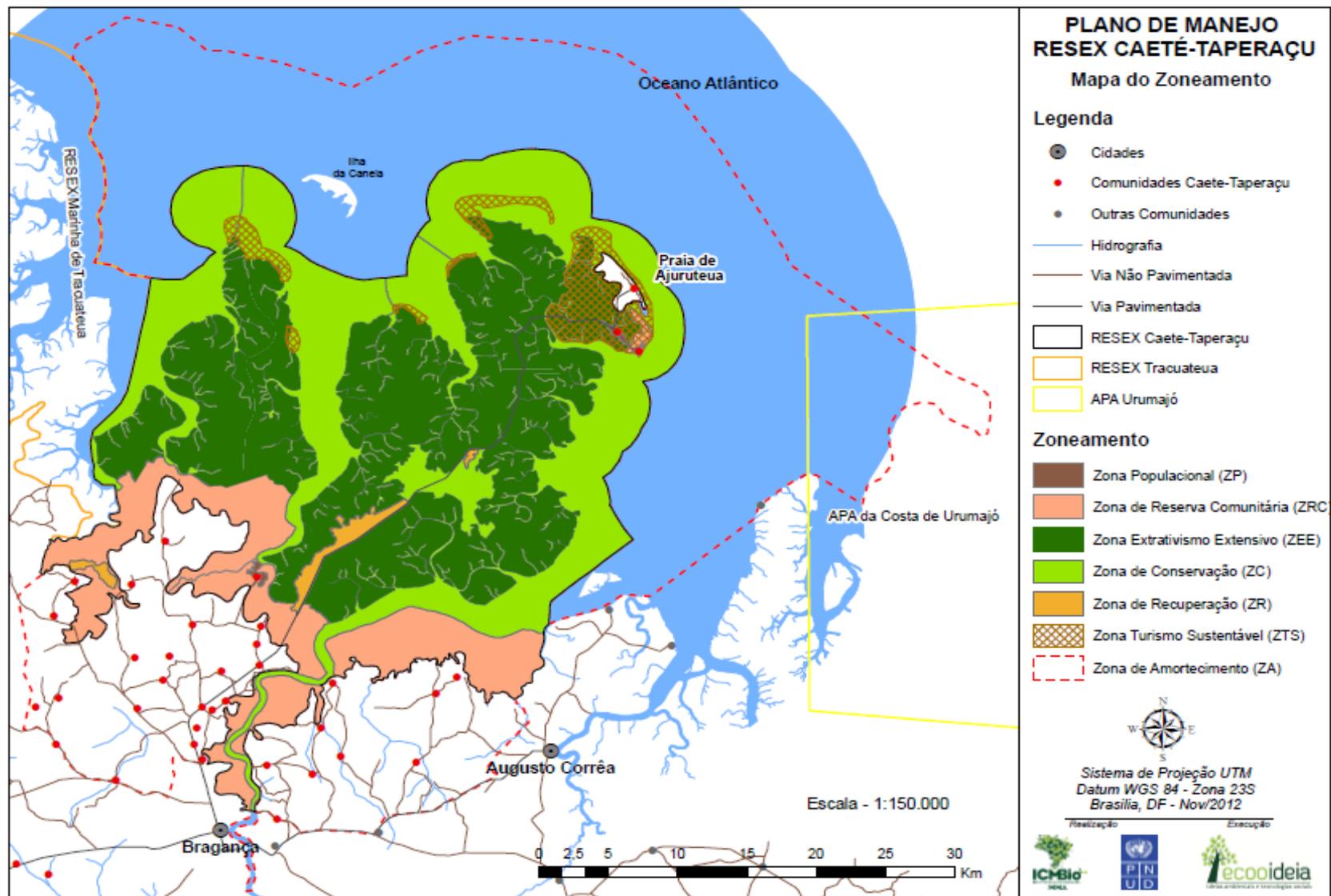


Tabela 5 - Subprograma de desenvolvimento do turismo

6.1.6 Subprograma de Desenvolvimento do Turismo

Objetivo estratégico: Fortalecer o turismo ecológico de base comunitária na RESEX.

Metas	Indicadores de impacto	Indicador no SIGE
Meta 1: Identificar o potencial para o turismo de base comunitária na RESEX.	Médio prazo: Percepção dos usuários sobre o potencial do turismo ecológico de base comunitária na RESEX.	Mensal\desempenho: Número de visitantes registrados nas unidades de conservação.

6.1.6.1 Atividades estratégicas

	Indicadores de desempenho	Indicador no SIGE
a. Promover oficina participativa: <ul style="list-style-type: none"> • Identificação e reconhecimento do potencial turístico da RESEX; • Possibilidades para a implantação de turismo ecológico de base comunitária. 	Médio prazo: Número de oficinas realizadas.	Mensal\desempenho: Número de pessoas trabalhando em serviços delegados de apoio à visitação.

Fonte: Abdala, Saraiva (2012b, p. 42-43).

Tabela 6-Programa de Conhecimento

6.3 PROGRAMA DE CONHECIMENTO

Descrição: Proporcionar subsídios para a proteção e o manejo dos recursos naturais e gestão participativa da RESEX.

6.3.1 Subprograma de Pesquisa

Objetivo estratégico: Estimular o desenvolvimento de pesquisas na RESEX e entorno.

Metas	Indicadores de impacto	Indicador no SIGE
Meta 1: Incentivar a realização de pesquisa sobre os temas de interesse dos usuários e do ICMBio.	Constante: Pesquisas realizadas.	trimestral\desempenho: Número de pesquisas realizadas.

6.3.1.1 Atividades estratégicas

	Indicadores de desempenho	Indicador no SIGE
a) Estimular pesquisa comparativa do impacto de obras de infraestrutura na RESEX e áreas contíguas.	Constante: Pesquisas realizadas.	Trimestral\desempenho: Número de pesquisas realizadas.
b) Estudar a viabilidade para a implementação de um Plano de Manejo Comunitário para uso das florestas de mangue.	Médio prazo: Estudo realizado.	Anual\desempenho: Número de pesquisas realizadas.
c) Estimular pesquisa de fauna para entendimento do impacto da caça e da captura de aves.	Constante: Pesquisas realizadas.	Trimestral\desempenho: Número de pesquisas realizadas.
d) Realizar inventário detalhado dos pontos turísticos nas comunidades da RESEX	Médio prazo: Inventário realizado	Anual\desempenho: Número de pesquisas realizadas.
e) Estimular a realização de pesquisas sobre a ecologia do mangue.	Longo prazo: Pesquisas realizadas.	Trimestral\desempenho: Número de pesquisas realizadas.
f) Estimular a realização de pesquisas sobre o comportamento ecológico de espécies de fauna do mangue, seu potencial produtivo, reprodução,	Longo prazo: Pesquisas realizadas.	Trimestral\desempenho: Número de pesquisas realizadas.

Tabela 7 - Subprograma de Relações Interinstitucionais

6.5.3 Subprograma de Relações Interinstitucionais

Objetivo estratégico: Estabelecer relações interinstitucionais para a realização de ações voltadas para a implementação e gestão da RESEX..

6.5.3.1 Atividades estratégicas

	Indicadores de desempenho	Indicador no SIGE
a) Articular parceria com o IPHAN estratégias para a identificação, reconhecimento e proteção de sítios arqueológicos.	<p>Longo prazo:</p> <p>Parceria formalizada.</p>	<p>Anual\desempenho:</p> <p>Número de parcerias institucionais formalizadas.</p>
h) Articular parcerias para identificar e promover o desenvolvimento do potencial turístico da RESEX.	<p>Médio prazo:</p> <p>Parceria formalizada.</p>	<p>Anual\desempenho:</p> <p>Número de parcerias institucionais formalizadas.</p>

Fonte: Abdala, Saraiva (2012b, p. 56-58).